

Necessário garantir democraticidade das eleições

- *O PCP manifesta-se contra uma longa série de acções do Governo PSD que põem em causa o carácter democrático das próximas eleições legislativas*

Pág. 28

Festa da Alegria começa amanhã em Braga

Págs. 6 e 23

CDU no Norte: Deputados comunistas prestam contas e um milhar de pessoas em Vilar de Mouros

Págs. 4 e 10

A face oculta da Igreja

Págs. 20 e 21



A sombra dos jovens na Luz da Vitória

- *Reportagem
de Henrique Custódio*

Págs. 14 e 15

Crescimento económico não significa desenvolvimento

- *Artigo
de João Amaral*

Págs. 18 e 19

Delegações do PCP no Extremo Oriente e na África do Sul

Págs. 12 e 13

EDITORIAL

Determinantes de uma campanha



A Comissão Política do PCP denunciou o eleitoralismo do Governo.

RESUMO

26 Quarta-feira

Mário Soares apela ao fim da greve de fome dos presos do caso FUP/FP-25 ■ Trabalhadores da Carris cumprem quase a cem por cento greve de 24 horas em defesa das suas reivindicações profissionais ■ Sete sargentos da Armada são punidos com três dias de detenção por terem participado directamente na organização da iniciativa de protesto contra a aplicação à classe do novo sistema retributivo ■ Walesa veta, pela segunda vez, lei eleitoral polaca ■ Divulgado na URSS novo Tratado da União onde se conferem maiores atribuições aos governos das Repúblicas.

27 Quinta-feira

Assembleia Municipal de Lisboa rejeita moção de censura apresentada pelo PSD ■ PCP reclama a «imediata reactivação» das Orquestras Sinfónicas de Lisboa e Porto e a criação de agrupamentos orquestrais nas principais capitais de distrito ■ Conselho de Ministros decide transformar a TAP em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos ■ É publicado o diploma que cria a comissão de inquérito ao Centro Cultural de Belém ■ Dois dias depois da Eslovénia anunciar unilateralmente a sua independência, um conflito aberto entre esta República e o governo federal da Jugoslávia origina fortes recontros de que resultam um número indeterminado de vítimas, entre mortos e feridos ■ Encerra em Hanói o VII Congresso do Partido Comunista Vietnamita, no decorrer do qual foram aprovadas mudanças em todos os órgãos da direcção partidária ■ Valentin Pavlov, primeiro-ministro soviético, critica projecto de reformas económicas na URSS, considerando-o demasiado dependente da ajuda ocidental.

28 Sexta-feira

Tem início em Lisboa o V Congresso do Sindicato dos Bancários do Sule e Ilhas ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros confirma oficialmente a deslocação de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste ■ Fogo intenso continua a lavrar na serra de Monchique ■ Produtores de Vinho do Porto manifestam-se em grande número em Felgueiras em protesto contra a proposta de estatuto para o sector feita pelo Ministério da Agricultura ■ Federação dos Sindicatos da Função Pública afirma que as greves sectoriais realizadas nos meses de Maio e Junho somaram já 134 dias ■ Mantém-se grande tensão na Jugoslávia apesar do cessar-fogo na República da Eslovénia ■ Referendo a «corrupção» e o «desleixo» da Administração, o rei Juan Carlos tece duras críticas ao Executivo de Felipe Gonzalez ■ Deputados polacos rejeitam veto de Walesa à lei eleitoral.

29 Sábado

Director da PJ de Coimbra denuncia a complacência para com os crimes económicos ■ Depois de ter consumido sete hectares de matas, o fogo que lavrou na serra de Monchique durante mais de 72 horas é finalmente extinto pelos bombeiros ■ Fogo de artifício no Aqueduto das Águas Livres, intitulado «Fogoduto», encerra as Festas de Lisboa ■ Força Aérea Portuguesa assinala no Porto o seu 39º aniversário ■ Apesar

do cessar-fogo decretado pelo Exército Federal, mantém-se uma forte tensão na Jugoslávia ■ Bush admite o uso da força contra Bagdad depois de um incidente em que foram disparados tiros contra peritos da ONU em missão na capital do Iraque.

30 Domingo

Portugal conquista título mundial de futebol de juniores ■ Carlos Carvalhas defende em Évora uma nova política agrícola que permita desenvolver a agricultura portuguesa ■ O PS afirma pela voz de Jorge Lação que o Governo está a utilizar as obras públicas para fins eleitoralistas ■ O Presidente da República recebe em Belém o ministro da Justiça e o Procurador-Geral da República com quem debate possibilidade de conceder indulto a presos do caso FUP/FP-25 ■ Atentados da Mafia em vários pontos de Itália provocam cinco mortos.

1 Segunda-feira

Cavaco Silva atravessa, pela primeira vez, a nova ponte de São João, no Porto, depois de ter faltado à sua inauguração. Afirmou aos jornalistas ter-se sentido seguro sobre o tabuleiro da ponte e que «não têm fundamento» as noticiadas divergências com o Primeiro-Ministro ■ O Dia da Região Autónoma da Madeira fica marcado pela ausência do ministro da República e dos presidentes do Governo e da Assembleia regionais da sessão solene realizada no parlamento madeirense ■ Técnicos dos serviços prisionais são destacados para ajudarem os familiares dos presos das FP-25 a elaborarem pedidos de indultos ■ A Suécia pede adesão à CEE ■ Na Jugoslávia a situação melhora com o acordo do Governo Federal em fazer regressar os militares aos quartéis na Eslovénia enquanto as milícias suspendem os combates. O croata Stipe Mesic é eleito para a presidência federal para os próximos 12 meses ■ Os seis países membros do Tratado de Varsóvia assinam o protocolo que decide o desmantelamento da organização ■ O Governo de Angola e a UNITA reiteram a disposição de fazer cumprir os acordos de paz durante a primeira visita de membros do executivo ao quartel-general da UNITA na Jamba.

2 Terça-feira

A oposição debate com o Primeiro-Ministro a cimeira do Luxemburgo. A oposição foi unânime em criticar a falta de diálogo sobre matérias decisivas para o país manifestada pelo Governo. Carlos Carvalhas refere a necessidade de a oposição ser consultada antes das cimeiras, e alerta para a asfixia dos fundos estruturais e o bloqueamento de alguns aspectos da Carta Social Europeia ■ A Comissão Política do PCP alerta para a necessidade de combater o eleitoralismo do Governo e acusa o PSD de utilizar abusivamente meios do Estado em seu proveito ■ O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e membro do PCUS, Eduard Chevandnadze, lidera um Movimento das Reformas Democráticas que anuncia ir transformar-se em partido na União Soviética ■ Na África do Sul começa com um discurso de Nelson Mandela uma conferência nacional do ANC, desmentindo o anúncio feito pelo presidente sul-africano de um acordo sobre a libertação de prisioneiros políticos ■ O exército libanês lança uma ofensiva contra posições da OLP na região de Sidon.

A batalha eleitoral do próximo Outono domina a vida política nacional no momento que passa.

Compreende-se que assim seja: as eleições legislativas de Outubro vão decidir da composição política imediata de órgãos de soberania de importância primacial para a condução dos negócios do Estado - a Assembleia da República e o Governo.

É, por isso, conveniente meter o bisturi e dissecar os interesses em jogo em todo este processo.

Em concreto: que forças vão elaborar e fazer aprovar as leis e governar o país na sequência dos quatro anos de hegemonia absoluta da direita que há mais de treze, intermitentemente e numa escalada irregular de controlo político, ocupa os «fauteuils» ministeriais a partir dos quais impõe a sua política antipopular de classe.

É uma verdade manifesta que a posse da maioria parlamentar absoluta e das alavancas do governo e recursos financeiros externos de montante excepcional, deram ao PSD, ao seu chefe e a toda a direita nos últimos quatro anos possibilidades inauditas para avançar a marchas forçadas na concretização de dois dos seus objectivos mais caros:

O primeiro, de grande fôlego, actualizar, definir em termos precisos nas novas condições e tentar dar realização prática em ritmo o mais acelerado possível os ancestrais planos contra-revolucionários da direita depois do 25 de Abril;

O segundo, imediato mas vital para o cavaquismo, tirar todo o proveito do seu transitório domínio das rédeas do Governo para manipular e utilizar em seu benefício discricionário com fins eleitorais, as formas, a força coercitiva e os recursos técnico-financeiros da máquina do Estado e de um volumoso e incontroado «saco azul» visando a renovação da actual maioria absoluta nas eleições de 6 de Outubro.

No processo de concretização deste objectivo imediato das forças mais retrógradas da sociedade portuguesa, dispõe já o povo português, e disporá ainda mais até à data das eleições, de matéria suficiente para a formulação de um juízo político definitivo acerca da natureza, da lisura de métodos e dos objectivos da demagogia cavaquista.

Principalmente, para reflectir com a necessária profundidade sobre o sentido decisivo da sua opção de voto. Basta ver o frenesim, o ridículo e os pesados custos públicos da febre inauguracionista e lapidarista de Cavaco Silva e da sua gente (de que os nove milhões de contos pagos a mais à Brisa para antecipar a inauguração do troço da auto-estrada de Cascais e o escândalo da Ponte de S. João, no Porto, em que as ordens cavaquistas

para precipitar uma inauguração marcada pela insensatez e a insegurança do tráfego, a lápide assinalando a presença de Cavaco Silva que não esteve lá e agora «uma situação de caos no complexo ferroviário do Porto (...) desde a inauguração da ponte» denunciada pela Federação dos Sindicatos Ferroviários, constituem os exemplos mais flagrantes dos móveis eleitoralistas do governo cavaquista).

Para os cidadãos que em 6 de Outubro vão ser chamados a pronunciar-se por meio do voto, o dilema apresenta-se claro:

- Ou votam no PSD e em Cavaco e uma tal opção significaria votar na concretização dos projectos antipolulares e antidemocráticos da direita;

- Ou votam contra eles e poderão atalhar e inviabilizar esses projectos, poderão imprimir um novo rumo à política nacional e assegurar de modo convincente e inequívoco a sobrevivência e aprofundamento do regime democrático para o que decisivamente contribuirá o voto na CDU.

É, porém, principalmente na base da dissecação do primeiro daqueles objectivos primordiais da direita que é imperioso contribuir para a consciencialização dos cidadãos na batalha decisiva do voto.

Tem o PCP denunciado pelas formas mais variadas da sua intervenção institucional e política a reconstituição dos monopólios em Portugal e a restauração do Estado monopolista a que febrilmente se entrega o Governo de Cavaco Silva.

O restabelecimento do capitalismo monopolista de Estado atingiu já entre nós uma fase perigosamente adiantada no plano das instituições e no plano económico-social com as inevitáveis incidências políticas.

Quando falamos em restabelecimento desta forma evoluída e desumana da exploração capitalista convém salientar que não queremos necessariamente afirmar que a restauração do poder dos monopólios possa vir a reassumir em Portugal as velhas formas do passado fascista anterior ao 25 de Abril.

O capitalismo monopolista de Estado é um sistema de domínio discricionário do grande capital sem pátria que se afirma sob formas políticas diversas.

Em dois aspectos essenciais o processo monopolista, intensificado entre nós sob o impulso do governo cavaquista, a que a revisão constitucional de 1989 com a ajuda do PS abriu largamente as portas, tem gravemente infligido a realidade nacional - no económico-social e no do exercício das liberdades.

No primeiro destes aspectos os avanços do capitalismo monopolista de Estado em Portugal têm-se caracterizado pelo domínio absoluto do ca-

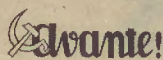
pital financeiro sobre as actividades mais lucrativas do país; pela crescente alienação - através da fusão do alto capital português e internacional - da soberania e da independência nacionais em benefício dos grandes potentados internacionais do dinheiro; pela transferência dos centros de decisão do nosso desenvolvimento económico e social para os mais poderosos círculos do capital financeiro do exterior; pela crescente dependência externa e particularmente pelo agravamento da exploração dos trabalhadores portugueses, das injustiças e desigualdades sociais na repartição dos rendimentos do trabalho a favor do capital, pelo empobrecimento dos agricultores, pelas crescentes restrições nos cuidados da saúde, das prestações da segurança social; pelo aumento sem freio da precariedade dos contratos de trabalho e do trabalho selvagem.

No domínio do exercício das liberdades o poder dos monopólios tende a cercear os direitos e liberdades dos trabalhadores e dos cidadãos, tende, pela sua própria natureza, aos abusos do poder, as formas arbitrárias de repressão política e à reincarnação de um novo Estado policial. São disso exemplos a forma desumana, susceptível de um trágico desfecho, como o Governo e o seu grupo parlamentar se comportaram no caso da amnistia aos detidos das FP-25, a criação de um superserviço de informações e de devassa da vida dos cidadãos inadmissível num Estado democrático, a recusa aos direitos sindicais dos agentes da PSP no caso da formação da sua Associação de classe, a repressão contra os sargentos das Forças Armadas que pretendem fazer ouvir a sua voz e outras ilegalidades e abusos.

A reprivatização e o regresso em força dos velhos grupos monopolistas e a criação de novos grupos enlaçados ao capital estrangeiro, o dispêndio de milhões de contos no custeio de infra-estruturas para a instalação concorrencial de multinacionais de duração precária para o desenvolvimento do país (como os 140 milhões de contos para a Ford-Volkswagen a fazer lembrar as condições em que sob o regime fascista se criou o complexo de Sines e os grandes estaleiros para petroleiros gigantes) são, entre uma multidão de outros casos, os mais frisantes que periodicamente levam ao desemprego em massa.

As grandes lutas e greves da classe operária, dos trabalhadores dos Transportes, da Função Pública, do Professorado e dos Agricultores contra a política social e económica do governo constitui a firme resposta popular ao cavaquismo governante.

O reforço da CDU e da sua força unitária, as iniciativas de massas do PCP, constituem a resposta política e a contribuição activa do sector mais consequente das forças democráticas para a necessária derrota eleitoral da direita em 6 de Outubro.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390. Fax: 795 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 080 440
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7
Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição
Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7
PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7
Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 2.707\$50
ESPANHA — 50 números: 7.090\$00
MACAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

CDU prossegue apresentação de candidatos

A Coligação Democrática Unitária continua a divulgar a composição completa das suas listas de candidatos em vários distritos. Para 13 de Julho, em Lisboa, está marcado um encontro nacional de candidatos e activistas da coligação.

Faro

Na passada sexta-feira, na capital do distrito, foram apresentados os candidatos da CDU pelo círculo eleitoral de Faro. Na mesma ocasião foi divulgado o manifesto da coligação à população do Algarve, onde se reafirma a posição dos candidatos da CDU em defesa do desenvolvimento integrado e da melhoria das condições de vida no distrito, defendendo que «é necessário e é possível fazer de 1992 o ano da Região Administrativa».

Carlos Alfredo Brito — 58 anos, residente em Lisboa, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Foi activista do MUD Juvenil. Passou oito anos de prisão nas cadeias fascistas do Aljube, Caxias e Peniche. Evadiu-se da cadeia de Aljube. Foi eleito à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. É deputado eleito pelo Algarve e Presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Foi candidato do PCP às eleições presidenciais de 1980.

Carlos Luís Carrapato Figueira — 46 anos, residente em Faro, é funcionário do PCP desde 1968. Membro do Partido desde 1964 e do Comité Central desde Maio de 1974. Trabalhou na emigração entre 1964 e 1967. Actualmente é membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP e responsável pela DORAL. Foi candidato à Assembleia Constituinte pelo círculo eleitoral de Coimbra e à Assembleia da República em várias eleições desde 1975.

Luís Catarino — 65 anos, advogado, residente em Portimão, ex-vice-presidente do MDP/CDE. Membro fundador da Intervenção Democrática. Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Presidente da Assembleia Municipal de Portimão de 1989 e 1990.

Fernando Garcia Ferreira Amaro — 39 anos, barman, residente em Portimão, suplente do CC e membro do Executivo da DORAL. Presidente do Sindicato da Hotelaria do Algarve e coordenador da União dos Sindicatos do Algarve. Membro do Conselho Nacional da CGTP. Membro da Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve.

José Estêvão Correia da Cruz — 44 anos, bancário, residente em Vila Real de Santo António. Membro da Comissão Concelhia de Vila Real de St.º António do PCP e do Plenário da DORAL. Vereador da Câmara Municipal de Vila Real de St.º António e deputado do PCP na AR de 4/11/86 a 12/8/87. Candidato em sucessivas eleições para a AR.

Manuel Setas Afonso Dias — 29 anos, assistente de Biologia Marinha e Pescas na Universidade do Algarve, residente em Faro. Independente, indicado pelo PCP. Delegado sindical do Sindicato dos Professores da Zona Sul. Membro da Comissão para a elaboração dos Estatutos para a UAL, eleito pelo corpo docente não doutorado.

Vitor Manuel Bexiga Ruivo — 42 anos, hidrometrista, residente em Faro, membro do Conselho Nacional da UDP. Membro da Direcção do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores e da Direcção da Casa da Cultura em Faro. Membro da Associação de Pais da Escola C+S Dr. Joaquim Magalhães.

Maria Alice Ribeiro de Sá Teixeira Fernandes — 35 anos, professora adjunta do Instituto Politécnico de Faro, residente em Faro, vice-presidente do Conselho Científico da Escola Superior da Educação. Coordenadora do Projecto Integrado de Desenvolvimento Regional — Implantação de novas tecnologias em meio rural. Secretária do Conselho Executivo da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Tomás Cabreira. Investigadora do Centro de Linguística das Universidades de Lisboa.

José Manuel Barroso Mendes de Moraes — 41 anos, advogado, capitão-tenente na reserva, residente em Faro. Membro da DORAL do PCP. Pertenceu à Assembleia do MFA. Membro da Direcção do Clube Militar Naval em 1970/71. Candidato à Assembleia Municipal de Faro nas eleições autárquicas de 1989.

Alvaro José Alves Pereira — 42 anos, médico, director do Centro de Saúde de Olhão e residente em Olhão. Membro da Direcção da Secção de Voleibol da ACC e da Direcção das Associações de Desportos de Coimbra e da Mesa do Congresso da Federação Portuguesa de Voleibol. Eleito da Assembleia Municipal de Olhão e Presidente do Conselho Municipal de 1981 a 1982.

Marcolino Duarte da Encarnação Jorge — 54 anos, pescador, residente em Portimão, membro da Comissão Concelhia de Portimão e do Plenário da DORAL do PCP. Membro da Comissão Nacional de Pescas junto do CC do PCP. Presidente do Sindicato dos Pescadores de Faro. Candidato em sucessivas eleições para a Assembleia da República.

Francisco da Costa Monteiro — 61 anos, agricultor, residente em São Bartolomeu de Messines, Silves. Membro da Comissão de Freguesia de São Bartolomeu de Messines do PCP. Ex-presidente da Cooperativa Agrícola de Silves. Eleito da Assembleia Municipal de Silves. Membro do Conselho Nacional da CNA.

Humberto da Palma Guerreiro — 52 anos, técnico agrícola, residente em Vila Nova de Cacela, Vila Real de St.º António. Membro da Intervenção Democrática. Vereador da Câmara Municipal de Vila Real de St.º António, eleito pela CDU, de 1982 a 1989.

Aveiro

José Manuel Amaro — 38 anos, advogado. Foi membro dos corpos gerentes da Associação Académica de Coimbra, em 1974-75. É presidente do Círculo Experimental de Teatro de Aveiro.

Joaquim Almeida da Silva — 42 anos, metalúrgico. Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN e coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro.

Maria Manuela Silva — 43 anos, professora. Membro da Direcção Nacional do MDM. Presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Santa Maria da Feira. Dirigente sindical.

António Teixeira Lopes — 46 anos, professor do ensino secundário. Dirigente sindical.

Fernando Peixinho Fernandes — 62 anos, médico. Membro da Intervenção Democrática. Director da clínica de Oiã.

Bernardino Henriques Ribeiro — 46 anos, bancário. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães.

António Cadillon Romão — 43 anos, médico. Membro da Assembleia Municipal de Ovar desde 1976.

Carlos Alberto Veiros — 43 anos, verificador de qualidade. Membro do Conselho Nacional da UDP. Dirigente sindical e membro da CT da Efacc.

Maria de Fátima Henriques Flores — 43 anos, professora do ensino secundário. Independente, proposta pelo PEV.

Ricardo Ventura da Cruz — 49 anos, arquitecto. Coordenador dos planos directores municipais de Estarreja, Ovar e Vouzela. Independente.

Joaquim Manuel Vieira — 39 anos, professor universitário. Dirigente sindical e membro do Senado da Universidade de Aveiro.

Júlio Balreira Correia — 39 anos, metalúrgico. Membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Aveiro. Membro da Assembleia Municipal de Águeda.

Jorge Resende Cortez — 36 anos, engenheiro. Membro da Assembleia Municipal de São João da Madeira.

Maria Isabel Freitas — 43 anos, operária têxtil. Dirigente sindical da Federação dos Têxteis e da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Aveiro.

Carlos Alberto Gouveia — 43 anos, professor de Educação Física. Treinador de basquetebol do Ullabum Clube.

Manuel Augusto Dias de Andrade — 73 anos, advogado. Membro da Intervenção Democrática.

Fausto de Sousa Almeida — 44 anos, técnico de contas. Dirigente da Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração.

Sónia Carla Madeira Duarte — 18 anos, estudante universitária. Membro da JCP.

João Manuel da Silva — 27 anos, engenheiro de ambiente. Membro do Conselho Nacional do PEV, ex-assessor do Grupo Parlamentar do PEV.



O presidente do Grupo Parlamentar do PCP volta a figurar como primeiro nome na lista algarvia da CDU, divulgada sexta-feira

Intervenção de Carlos Brito

Na apresentação pública dos candidatos da CDU pelo Algarve participou Carlos Brito, membro da Comissão Política do PCP, que de novo encabeça a lista no distrito.

O líder do Grupo Parlamentar do PCP afirmou que «uma questão capital da hora presente é assegurar a democraticidade das eleições em face dos escandalosos abusos praticados pelo Governo de Cavaco Silva e pelo PSD na instrumentalização em seu benefício da Televisão e Rádio públicas, do próprio aparelho e fundos do Estado».

Carlos Brito observou mais adiante que «a bipolarização entre o PSD e o PS ameaça reduzir o debate político em vésperas de eleições a uma zanga de co-madres ou a uma disputa de vizinhas». É necessário pôr a nu todos os poderes da intimidade da governação do PSD, «mas é necessário abordar de frente os grandes problemas com que se debate o País e que a demagogia cavaquista procura encobrir».

Carlos Brito salientou depois que «é preciso dizer que é ridícula a gabarolice cavaquista sobre o crescimento, quando a verdade é que, ao ritmo a que o País cresceu com o Governo do PSD, seriam precisos 24 anos para alcançarmos o nível da Espanha actual, pois nessa altura já estaria muito à frente. É preciso dizer que Portugal conta com 70% da sua população abaixo da linha da pobreza comunitária».

O líder parlamentar do PCP sublinhou ainda que «todas as políticas governamentais seguidas nos últimos anos no plano económico, financeiro, fiscal, social e laboral têm em vista acelerar a concentração de riqueza no pólo privilegiado

da sociedade o que arrasta, naturalmente, que, no outro pólo, onde se encontra a grande maioria dos portugueses, não se registem melhorias em relação aos níveis de bem-estar e se verifique, pelo contrário, o alastramento das manchas de pobreza, desprotecção e discriminação». Considera também que «é a este resultado que conduzem, tanto o processo das privatizações, como a eliminação da reforma agrária, como o pacote laboral. É a este resultado que conduzem também a febre negociata e privatizadora e a desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais no domínio da saúde, da segurança social, do ensino e da habitação».

O dirigente comunista afirmou que «são estas questões essenciais que é necessário colocar no centro do debate político, são elas que incomodam verdadeiramente o PSD e voltam ao avesso a sua política, revelando toda a injustiça que a caracteriza. Só a CDU, constituída por forças políticas que têm uma atitude de frontal oposição à política de restauração do capital monopolista, está em condições de trazer ao debate político sem transigências os grandes problemas nacionais e apontar para eles respostas e soluções».

Carlos Brito referiu-se, a seguir, à intensa intervenção do PCP na Assembleia da República em defesa dos interesses da região algarvia, salientando a decisiva contribuição dos comunistas para a aprovação da Lei Quadro das Regiões Administrativas, pondo em evidência as posições do PCP em relação à Via Longitudinal do Algarve, ao PROTAL, ao Hospital de Faro, ao Hospital do Barlavento, à Praia de Faro e à erosão da costa algarvia.

Madeira

Leonel Nunes encabeça a lista

«Existem desde já condições para que a CDU obtenha um bom resultado eleitoral, não só no plano nacional, mas também a nível regional» - afirma, referindo o apoio e a adesão recentes de muitos democratas à coligação, a Coordenadora Regional da Madeira da CDU, num comunicado à imprensa sobre o encontro de apoiantes e activistas que teve lugar no Funchal, na passada quinta-feira.

Nesta iniciativa, onde foi decidido «evoluir para a criação de uma Coordenadora da CDU, muito alargada, aberta a todos os democratas que dela queiram fazer parte», foi apontado para cabeça-de-lista na Madeira o coordenador regional do PCP, Leonel Nunes. A exemplo do que sucede no resto do País, a lista da coligação integrará militantes do PCP e do PEV e democratas independentes.

A campanha eleitoral, que está a ser estudada, numa primeira fase, por um grupo de trabalho específico, «será fundamentalmente virada para o esclarecimento das populações acerca das muitas vantagens e da necessidade» da votação na CDU, com vista ao reforço da sua influência eleitoral, social e política na região, «única forma de poder contribuir, de maneira mais decisiva, para a resolução dos graves problemas que afectam os trabalhadores e a população» da RA da Madeira - afirma-se no comunicado da Coordenadora.

PS e PSD em Coimbra O romance e o melodrama

«Depois do romance na elaboração das listas do PS, assiste-se agora ao melodrama nas do PSD» - afirmou Victor Costa, deputado do PCP e primeiro nome da CDU em Coimbra, ao caracterizar, durante um jantar-convívio da organização dos professores comunistas do distrito realizado neste fim-de-semana, a actual fase de preparação das listas social-democratas e socialistas para as eleições de 6 de Outubro. - «A discussão dos reais problemas do distrito e das suas populações continua a ser secundária. Para aqueles partidos o fundamental parece consistir na corrida aos lugares que dão acesso a cargos políticos».

Victor Costa, membro da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR, criticou ainda a equipa do Ministério da Educação, apontando dois pontos fundamentais: «por um lado, a continuada aposta na desvalorização da escola e do ensino públicos; por outro, o abandono, na prática e durante o último ano, da pasta da Educação por Roberto Carneiro, remetendo-se às funções de ministro do Desporto».

Passeio das mulheres CDU leva mil pessoas do Porto a Vilar de Mouros

Foi no passado domingo. Cerca de mil pessoas, predominantemente mulheres, juntaram-se no Porto e encheram dezanove camionetas com destino a Vilar de Mouros.

O dia convidava. O sol, quente, anunciou-se desde cedo, a entusiasmar as excursionistas. Da Maia, Gondomar, Matosinhos, Gaia e do Campo (Valongo) vinham já mulheres que, na Praça da Liberdade, se reuniram às do Porto.

Depois, já no caminho, por entre a paisagem do litoral minhoto percorrida por rios, mar e muito verde, dentro das camionetas, foi a «galhofa», as cantorias, numa alegria que durou até Vilar de Mouros, freguesia do concelho de Caminha, gerida pela CDU.

O local escolhido para o piquenique, junto ao rio e com o arvoredado necessário para fornecer algumas sombras, ficou rapidamente salpicado de mantas cobertas dos mais variados petiscos.

Num bar improvisado pelas camaradas de Viana do Castelo, vendia-se o indispensável caldo verde e broa e ainda «pratinhos» de arroz de carne e salada de polvo. Ainda aqui e acolá se comia, e já o Félix, um cantor da Areosa (Viana) atacava, acompanhado da sua própria viola, músicas populares para cantar e dançar. Impossível resistir. Não houve idade, artrose ou preconceito que resistisse à boa disposição e à imensa energia das participantes.

O calor apertava e a água convidava. A criança, essa então, mal podia esperar pelo fim da digestão. Ape-trechados ou não com o respectivo fato de banho, os



adultos também se molharam. Foi o caso de alguns «banhos à força», depois justificados pela Amália (da Comissão Organizadora do passeio) como «banhos santos», que iriam dar muita força para trabalhar para as próximas eleições.

Todos e cada um

Depois de Luísa Araújo, do Secretariado do Partido e responsável da Comissão junto do CC para os Problemas e a Luta das Mulheres, ter manifestado a sua alegria pela participação no convívio (apesar do banho forçado) e ter referido algumas linhas de força do que pensam os comunistas sobre a igualdade de direitos e a participação das mulheres em igualdade, foi a vez de Luís Sá, da Comissão Política e cabeça-de-lista pelo Porto, salientar a importância da transmissão individual da mensagem CDU.

O importante papel que cabe a todos e cada um ao divulgar o que pensa e quer a CDU, para colmatar o vazio que muitas vezes atinge a CDU nos órgãos de informação, foi uma das tónicas da intervenção de Luís Sá.

O presidente da Junta de Vilar de Mouros saudou, em nome dos comunistas da freguesia, a presença de tantas mulheres na sua terra e lembrou o que tem sido a política «cavaquista» para as autarquias.

Seguiram-se várias outras intervenções, desta feita sob a forma de versos, canções e ditos de escárnio e mal-dizer, por improvisados e insuspeitados artistas, muito aplaudidos.

«Não percebo de política»

Maria Fernanda Santos, da freguesia do Bonfim, Porto, que não é da CDU, gostou muito do convívio. Leva uma boa impressão dos comunistas, a começar pela mulher do presidente

da Junta de Vilar de Mouros que, «sem a conhecer nem nada, a apoiou com um carro para ela poder ir a um restaurante». Já participou noutros convívios e acha os comunistas muito organizados e boas pessoas.

Quanto ao voto nas próximas eleições, não quis pronunciar-se: «não percebo de política», disse, ao mesmo tempo que foi dizendo que é preciso «arrumar com o Cavaco» e que no PS também há uns «direitinhos» que preferem aliar-se à direita.

Para a Paula Alexandra, operária gráfica de 23 anos, de Ermesinde, «foi tudo bom», gostou de tudo: do passeio, do convívio, e acha importante a realização de iniciativas como esta. «Nem é preciso ser da CDU para gostar».

A Elisabete, da Lapa, preocupou-se em levar amigas que são do PS «mas apoiam muito o nosso Partido», e sabia-as satisfeitas, «o que lhes custou mais foi atravessar o rio...».

A CONVERSA NO TERRAÇO

5 JULHO NO VITÓRIA

Há quanto tempo não vês a malta do teu tempo?
E se os voltasses a ver, num terraço, numa noite deste Verão?

Ora, é isso mesmo que te vimos propor para a noite de 5 de Julho, num Encontro alargado ao maior número dos teus amigos. Conversando, ouvindo, relembrando, mas sobretudo projectando.

Sector Intelectual de Trabalho do PCP



Noites no Vitória

Tomar um copo, comer uns petiscos, ouvir boa música, dar um pé de dança, rever amigos ou fazer novos, conversar ou, simplesmente, estar ali a fruir o fresco do serão, isto a 50 metros de altura, num terraço que domina a Avenida da Liberdade e parte da «baixa» lisboeta, é um programa que alicia qualquer um. Pois qualquer um o pode fazer agora, em Lisboa, todas as noites de sexta-feira e até ao fim do Verão, bastando para isso dirigir-se ao Centro de Trabalho do PCP no Hotel Vitória, onde, por iniciativa do Sector Intelectual de Lisboa do PCP e através de convites que facilmente se obtêm nos Centros de Trabalho do Partido na cidade, começaram na última sexta-feira as «Noites do Vitória».

Fomos lá na «estreia» da semana passada e garantimos que valeu a pena! Um bom serviço de bar, grelhadores despachando ao gosto (e à mão) de cada um as vitualhas do nosso contentamento, esplanada onde nem faltou a Lua, e a cidade está lá sempre aos pés, uma pista de dança que o piano de Fernando Poitier pôs devidamente a mexer, poemas sobre Lisboa, de diversos autores e declamados por Fernanda Lapa num apontamento cultural bem doseado, bom ambiente, boa companhia — enfim, uma rica noite de sexta-feira, às vezes tão desaproveitada na rotina de tantos roteiros.

E a malta do teu tempo?!...

Posto isto, recorde-se que amanhã é sexta-feira e, portanto, temos uma das «Noites do Vitória».

Genericamente designada «À Conversa no Terraço», a próxima «edição» desta iniciativa do Sector Intelectual do PCP tem muito mais que conversa, naturalmente. Do ponto de vista musical, haverá jazz com Mário Gramago ao saxofone e a Banda Sphera, integrando Sérgio, ao piano, Xico Fernandes à bateria e Xico Zé no baixo, para além da música ambiente que acompanha sempre as iniciativas. Do ponto de vista político vão estar presentes Victor Dias e alguns candidatos do PCP por Lisboa.

Quanto ao convite, é tão sugestivo que não resistimos a transcrevê-lo na íntegra. Diz assim:

«Há quanto tempo não vês a malta do teu tempo?

«E se os voltasses a ver, num terraço, numa noite deste Verão?

«E se houvesse música, comes e bebes e a malta conversasse sobre o que lhe apetecesse?

«Ora é isso mesmo que te vimos propor para a noite de 5 de Julho, num Encontro alargado ao maior número dos teus amigos.

«Conversando, ouvindo, relembrando, mas sobretudo projectando».

Uma política para a música

A célula dos músicos de Lisboa do PCP promoveu, na passada semana, uma conferência de imprensa com a comunicação social para apresentar um conjunto de propostas sobre uma política alternativa à da Secretária de Estado da Cultura.

No documento divulgado aos jornalistas refere-se que

«é sobejamente conhecida a desprestigiante situação em que se encontram a música e os músicos em Portugal, no confronto com o que se passa não só na Europa, comunitária ou não, como em qualquer outro país cujas raízes culturais meguilhem nos valores em que se alicerçam as culturas ocidentais».

Não se conformando com o «estado de calamidade que assola» o meio musical, a célula dos músicos da ORL do PCP reclama «a tomada de medidas urgentes que possibilitem o desenvolvimento da música e as condições para a integração plena na comunidade cultural europeia a que historicamente pertencemos e de que nos temos vindo, progressivamente, a afastar».

Entre o vasto conjunto de medidas propostas, surge a exigência da «imediata reactivação das orquestras sinfónicas de Lisboa e do Porto; a criação de agrupamentos orquestrais nas principais cidades de província; a criação de agrupamentos de câmara itinerantes, a fim de se proporcionar às populações estudantis uma educa-

ção musical; a manutenção do Teatro Nacional de S. Carlos de uma companhia de ópera com todas as estruturas artísticas inerentes», ou seja uma grande Orquestra Sinfónica, um Coro profissional, um corpo de cantores profissionais, um corpo de baile e um grupo de maestros e pianistas repetidores.

Outras medidas são preconizadas, como a criação de uma companhia de ópera e ballet no São, a criação de uma rede de estúdios electroacústicos nos conservatórios e a construção de auditórios de diferentes dimensões.

Relativamente à música portuguesa, depois de considerar que os criadores musicais portugueses têm sido completamente ignorados, a célula dos músicos comunistas de Lisboa exigiu um «ine-

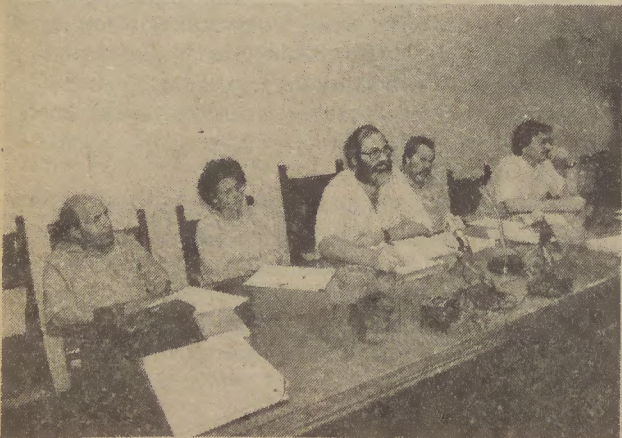
quívoco apoio aos autores» através de medidas que vão desde a edição e divulgação das suas obras até à criação de um instituto nacional para a difusão da cultura viva e suas manifestações artísticas no estrangeiro.

Defendendo grandes alterações no ensino da música, de forma a possibilitar não só «a formação de instrumentistas, mas também, de pedagogos altamente qualificados», os participantes na conferência avançaram propostas com vista à preservação e enriquecimento do nosso património musical.

Quanto à música ligeira, foi exigido que a TV e Rádio oficiais produzam sistematicamente espectáculos com artistas portugueses, com música ao vivo. É igualmente proposto, entre outras medidas, que se regulem com

urgência a utilização do «playback» instrumental em espectáculos, e que se estabeleçam quotas de edições de música portuguesa às empresas discográficas nacionais ou estrangeiras a operar em Portugal.

No encontro, realizado na Casa da Imprensa em Lisboa, participaram Alfredo Flores, músico da Orquestra Gulbenkian, Álvaro Salazar, professor dos conservatórios de Lisboa e Porto e compositor, Jorge Peixinho, compositor e professor do Conservatório de Lisboa, candidato da CDU, Mário Vieira de Carvalho, musicólogo e professor da Universidade Nova, Rosa Ventura, dirigente sindical e música da Orquestra do Teatro Nacional de S. Carlos, e António Abreu, da DORL e do CC do PCP, candidato da CDU.



Necessária para vencer o atraso Política científica nacional para o desenvolvimento do País

Encontro do PCP abre o debate sobre uma questão fundamental para o presente e o futuro

No passado sábado teve lugar na Faculdade de Ciências de Lisboa um encontro do PCP sobre política científica e tecnológica, que contou com a participação de três dezenas de pessoas directamente ligadas ao problema.

Promovido com o objectivo de abrir um espaço de debate em torno de uma questão fundamental para o presente e o futuro do País, o encontro abordou temas como o **financiamento e a autonomia administrativa e de gestão das instituições e unidades de investigação** (apresentado por Rui Namorado Rosa, professor catedrático da Universidade de Évora e convidado do Instituto Superior Técnico), **recursos humanos e sua formação** (apre-

sentado por Frederico Carvalho, investigador-coordenador do LNETI), **investigação, inovação e produção** (apresentado por Francisco Silva, engenheiro da Telecom Portugal e membro do Conselho de Governadores do Eurescom).

A intervenção de abertura foi feita por Armando de Castro, professor catedrático jubilado da Universidade do Porto. No encerramento, após um período de debate muito participado, interveio Edgar Correia, da Comissão Política do PCP.

Além de Edgar Correia e Armando de Castro, integram a mesa do encontro Zilda Carvalho (investigadora do Instituto Gulbenkian de Ciência, que presidiu), José

Vitória (professor catedrático da Universidade de Coimbra), e Manuela Brotas (professora associada da Faculdade de Ciências de Lisboa).

Antes da última sessão os participantes no encontro visitaram o **Museu da Ciência** da Universidade de Lisboa, guiados pelo respectivo director, o professor Bragança Gil. Os problemas deste tipo de instituições foram referidos numa moção aprovada durante o encontro, na qual se apela «às entidades apropriadas para que aos museus da ciência sejam atribuídas as verbas e os recursos humanos necessários ao cumprimento dos seus objectivos».

Outra moção aprovada pelos participantes no encontro recorda que, após o início

da aplicação do Programa Ciência, as prevenções e críticas manifestadas pelo PCP estão a ser plenamente justificadas, particularmente no que toca às garantias de rigor e transparência na apreciação das candidaturas. No documento defende-se o tratamento não discriminatório de todas as candidaturas, com respeito pelos critérios previamente estabelecidos; a divulgação pública dos projectos aprovados e dos projectos rejeitados, bem como dos quantitativos envolvidos; a divulgação pública da composição das comissões de avaliação; a divulgação dos pareceres das comissões de avaliação aos proponentes dos projectos rejeitados, e a possibilidade de recurso das decisões tomadas.

Novo programa de Filosofia

O teor para-religioso do novo projecto de programa de introdução à filosofia «implícito em todo o texto e claramente patente na última unidade programática que surge como o coroamento conclusivo de todo o mercado pela «constância da indentificação do horizonte incondicionado com Deus» não é passível de legitimação, já que do ponto de vista filosófico, traduz-se na perda de autonomia da filosofia, convertendo-a numa iniciação de carácter religioso».

Esta apreciação foi feita pela Organização dos professores da ORL do PCP que divulgou a semana passada algumas considerações sobre o novo projecto de programa de «Introdução à Filosofia».

Entre as muitas deficiências do projecto, os professores comunistas apontam «a imprecisão que caracteriza toda a exposição das unidades

programáticas, patente na formulação pouco rigorosa e simplista das perspectivas de abordagem dos temas, na insuficiência das razões e ligeireza das explicações nas raras vezes que se fazem opções filosóficas determinadas». Isto revela, acrescenta-se, «uma total ausência de referências científicas e priva de sentido a alegada primazia da vertente pedagógica e didáctica».

Assim, o PCP argumenta que pela sua indeterminação, «este projecto não preenche os requisitos mínimos do ponto de vista científico e pedagógico, para ser considerado projecto de programa e, por maioria de razão, muito menos é um programa novo».

O texto afirma, neste sentido, que «o único nexo de integridade e unidade neste projecto tem carácter para-religioso», o que do ponto de vista político-constitucional, recorde-se que se trata de um programa nacional para o ensino secundário, «é susceptível de violar o carácter laico que de acordo com a Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo deve informar o sistema público de Ensino».

Os professores vêem assim goradas as suas «naturais expectativas» criadas na sequência de uma reforma do ensino, de «mais e melhor qualidade» e afirmam que o actual projecto «convida à perpetuação da rotina e mostra-se indisponível e avesso à inovação». A tudo isto é acrescentada a crítica de que «até à data não foi propiciado um debate efectivo e alargado do projecto» devendo o novo programa «ter em conta a experiência e o saber decorrentes de onze anos de leccionação» assim como «favorecer em vez de dificultar uma efectiva participação dos professores ao longo dos vários momentos das sua elaboração».

Edgar Correia Aumenta a dependência

«O fosso que separa Portugal dos países e regiões mais desenvolvidos, designadamente da CEE, tem vindo a acentuar-se cada vez mais, aumentando assim objectivamente os factores da dependência científica e tecnológica nacional», afirmou Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP ao intervir no Encontro.

Depois de se referir ao «carácter desfavorável da nossa balança tecnológica com outros países», aquele dirigente do PCP revelou que, «segundo os dados mais recentes da CEE relativos ao financiamento público das actividades da I&DE (Investigação e Desenvolvimento Experimental), os 9 ecu por mil habitantes por Portugal em 1986, em dramático contraste com os 109,6 ecu da média da Europa dos doze, dois anos depois haviam sido elevados apenas para 11,6 ecu, enquanto a média comunitária ascendia já a 122,2».

Edgar Correia analisou a situação que se vive nesta área da vida do País, bem como a política do Governo PSD, que considerou caracterizar-se, nomeadamente, pela «ausência de definição de uma política científica e tecnológica nacional, pelo grave incumprimento dos objectivos estabelecidos em lei no que respeita à expansão das actividades de I&DE, pela prevalência de concepções estreitas, de natureza economicista e utilitarista, sem visibilidade intelectual» e também «pela imposição de um modelo antidemocrático e centralizador nas relações do Governo com o sistema cientí-

fico e técnico nacional e com a comunidade científica no seu conjunto».

O dirigente comunista salientou que a política do actual Executivo se tem caracterizado ainda «pela concentração num número restrito de grandes empresas, nacionais e multinacionais, dos benefícios das actividades da I&DE em desfavor das PME, que largamente predominam no tecido económico nacional» e «pela participação acrítica em instâncias internacionais, onde têm prevalecido em muitos casos apenas orientações do interesse de países industrializados e das multinacionais».

«A realidade — sublinhou — é que, com a falta de audição e de diálogo com a comunidade científica, com critérios de concursos que não são discutidos e decisões de avaliação que em muitos casos não têm qualquer transparência, com a influência ilegítima nas decisões de interesses particulares ou de grupo, é o próprio trabalho científico do País e o seu padrão de qualidade que estão a ser postos em causa e o futuro condicionado de forma negativa».

Edgar Correia afirmou que é uma questão básica fundamental «compreender que Portugal não diminuirá o seu atraso científico e tecnológico, sem dominar os factores que são a causa da sua enorme dependência e atraso em relação aos países mais desenvolvidos».

Depois de ter salientado que a definição de campos preferenciais necessários ao desenvolvimento da política científica e tecnológica e do País «não significa limita-

ções à liberdade de investigação» e de ter defendido que «toda a ciência deve ser apoiada», Edgar Correia apresentou diversas propostas do PCP específicas para esta área, nomeadamente:

— «A importância e a urgência de um debate nacional, cujo protagonismo deve ser naturalmente assumido pela comunidade científica, centrado na problemática do desenvolvimento científico e tecnológicos do País e que conduza à implementação de um verdadeiro programa dinamizador da ciência e tecnologia»;

— «A criação de um Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, democrático, amplamente participado e representativo dos níveis científico, político, social e institucional, tendo em vista a definição das orientações de uma política científica e tecnológica nacional, concebida em termos de estratégia vital para o desenvolvimento do País e a sua integração na Europa»;

— «O aumento substancial e progressivo do Orçamento Nacional de I&DE, com o objectivo de aproveitar a capacidade científica existente e de a alargar significativamente»;

— «A realização de uma política científica aberta, em que sejam explicitadas as orientações e critérios de decisão»;

— «A garantia de transparência dos mecanismos de decisão e avaliação dos projectos que concorrem a programas de financiamento, o que implica que todas as fases sejam o mais possível do domínio público».



Armando de Castro Ciência e sociedade

Na sua intervenção Armando de Castro afirmou que «os interesses gerais da sociedade identificam-se com os interesses funcionais dos investigadores e técnicos, que necessitam de ambiente livre de pesquisa e de trabalho a fim de ser possível o florescimento da liberdade criadora, que nunca se sabe de antemão que caminhos irá percorrer. Por tal liberdade de pesquisa e de aplicação técnica se bate também o PCP, na certeza de servir simultaneamente a comunidade nacional como um todo e os interesses sectoriais dos trabalhadores de I & D».

«Sabe-se, para mais, — frisou Armando de Castro — que o trabalho científico e tecnológico, visando este último, hoje, encontrar soluções de base científica para aplicações concretas imediatas, estão num perpétuo movimento, num devir que as exigências dum mundo agressivo, em que a interdependência, no entanto não pode obstar à luta pela independência, pela escolha livre de cada povo do melhor caminho para singrar na vida da sua realização autónoma, criam dificuldades particulares».

«Com efeito — acrescentou — se é certo que não podemos renunciar ao património colectivo do enriquecimento neste âmbito, no qual a nossa contribuição tem sido mínima, re-

flectindo nossa própria força relativa mínima nesse conjunto, por isso mesmo exige que saibamos administrar com o máximo de eficiência os recursos máximos aplicáveis, sempre norteados por servir os interesses próprios do devir português, sem subordinação a interesses que não são os nossos. Está também aqui, como se disse, um dos vectores centrais da luta que o PCP trava sem desfalecimentos», frisou Armando de Castro.

Nova vaga eleitoral em Vila Real

Numa recente nota de imprensa a DORVIR do PCP alertava para o surgimento de «uma nova vaga de manipulação e demagogia eleitoral do Governo e do PSD» no distrito de Vila Real. «Não há semana que passe sem a visita de um ministro, ou um secretário de Estado, ou outro qualquer membro do Governo» — afirma a direcção regional do Partido.

«Por incapacidade das estruturas locais do PSD, porque sai mais barato, porque não é fácil cativarem pessoas para presenciarem as suas iniciativas partidárias e,

sobretudo, porque não há escrúpulos nem respeito pela democracia, pelas funções de Estado e pelas regras democráticas, os membros do Governo sucedem-se na propaganda barata do PSD e do seu Governo» — afirma-se na nota.

O documento critica ainda, neste contexto, a nomeação de um deputado do PSD para presidente do Conselho Geral do Hospital Distrital da Régua e as afirmações feitas por Mira Amaral, ministro da Indústria, durante a sua visita ao distrito.



PCP MAIS FORTE EM ALVERCA

Foi sob o lema «Com PCP mais forte, Alverca será sempre Abril» que se realizou no passado dia 22 de Junho, no Salão da Misericórdia desta cidade a 4ª Assembleia da Organização de Alverca do PCP. A ordem de trabalhos incluiu a discussão da situação política e social e as eleições legislativas de 6 de Outubro, e a eleição da Comissão de Freguesia. Muitas foram as reuniões preparatórias realizadas para discussão dos documentos, assim como durante os trabalhos se registaram numerosas intervenções. Foram aprovados uma resolução política e um programa de acção até às eleições legislativas. A assembleia que cumpriu no essencial os seus objectivos, encerrou com uma intervenção de Carlos Grilo, do Comité Central e do Executivo da DORL do PCP.

O ÚLTIMO QUE FECHOU A PORTA

O interior fica cada vez mais abandonado e chegará o dia em que só restará dizer: «o último a sair que feche a porta». Dia após dia, num processo maquiavélico, iniciado há cerca de três anos sob os auspícios do Governo PSD, as estações e postos dos CTT do distrito de Vila Real estão a ser encerrados. A chamada rentabilização sobrepõe-se ao que deveriam ser as finalidades deste serviço público, ou seja «aproximar utentes, facilitar comunicações, vencer os malefícios da interioridade», afirma a DOR de Vila Real do PCP. Contudo, é o contrário que acontece e, à semelhança de Vila Verde da Raia, muitos são os postos que estão a ser fechados, obrigando a deslocações de carteiros da região como se de «mercado» se tratasse. Pisões e Borralha, no concelho de Montalegre, Caldas do Moledo, na Régua, Fontes, em Santa Marta de Penaguião, Lebução e Vrandelo, em Valpaços, S. Mamede de Ribatua em Alijó, Pinhão e tantas outras localidades são exemplos vivos de postos que baixam de categoria, de carteiros que são deslocados, de populações que passam a ter dificuldade no envio ou recepção de correio. De que servem pois os grandes discursos do Governo sobre o Interior, se as pessoas já nem uma *cartinha* conseguem pôr no correio?

MENOS DESIGUALDADE

«Mais desenvolvimento, Menos desigualdade» era o tema de um dos painéis do Encontro do PCP sobre o desenvolvimento e a justiça social no distrito de Leiria, organizado recentemente pela DORLEI e em que participaram o deputado do Parlamento Europeu, Sérgio Ribeiro, e o deputado à Assembleia da República, Lino de Carvalho. Nas suas intervenções foram abordadas questões ligadas à política comunitária, e problemas da agricultura. Nas mais de três dezenas de comunicações, os participantes debateram um vasto conjunto de aspectos relacionados com os transportes,

pescas, saneamento básico, educação, formação profissional, defesa do meio ambiente e outros. O encontro concluiu sobre a necessidade da regionalização com uma efectiva descentralização administrativa e uma melhor e mais justa atribuição de recursos financeiros ao poder local e regional, por forma a desencadear um efectivo desenvolvimento regional, com objectivos sociais e preocupações de justiça, que o crescimento económico actual não tem proporcionado. No segundo painel, que propunha a discussão do desenvolvimento integrado, foi salientado que prosseguem e acentuam-se no distrito as violações dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente das mulheres e dos activistas sindicais. A contratação a prazo atinge elevadas proporções, como está bem patente na análise dos balanços sociais de 24 empresas do distrito que revela que de 1883 trabalhadores admitidos, 1566 foram contratados a prazo. A iniciativa foi aberta por José Augusto Esteves, da Comissão Executiva Nacional, e encerrada por Lino de Carvalho.

TRANSPORTES AÉREOS PRIVATIZADOS

O organismo de direcção do Sector dos transportes da ORL do PCP condenou em recente reunião os projectos do Governo de decreto-lei e de Estatutos que transformam a TAP em sociedade anónima com vista à posterior privatização. Segundo este organismo, «tal decisão põe em causa o interesse nacional, os direitos dos trabalhadores e a segurança do serviço prestado aos utentes». Na verdade, afirma-se, «a TAP desempenha um importante papel no sector estratégico do transporte aéreo português, na ligação às Regiões Autónomas da Madeira e do Açores e ainda aos PALOPs, o que justificaria que o Governo acatelasse os interesses de Portugal e afastasse o apetite estrangeiro pelo controlo da Transportadora, seguindo até o exemplo da maioria dos países da CEE que controlam as suas transportadoras aéreas de bandeira».

Festa da Alegria abre amanhã em Braga

Com entrada livre no domingo de manhã, a edição deste ano da Festa da Alegria apresenta um aliciante programa e muitas novidades a não perder

Uma das novidades da 12ª Festa da Alegria é a publicação de uma revista-programa que recorda todas as anteriores edições da iniciativa. Com capa a cores e vinte páginas com ilustrações, a publicação contém ainda o programa pormenorizado da Festa que abre amanhã pelas 19 horas no Parque Municipal de Exposições de Braga.

A organização está a dar particular destaque ao programa de domingo, dia 7, já que a entrada será franqueada pelas 10 horas da manhã, momento em que terão lugar os jogos populares. À tarde no palco 1 haverá música tradicional portuguesa com os «Cantares da Terra» enquanto no auditório decorrerá um debate sobre a situação da mulher. Ponto alto da Festa da Alegria, o comício com Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, terá início por volta da 17 horas. Pelas 18,30 será a vez do grupo «Raízes», no palco 1, e no auditório serão projectados filmes em *video* gigante. À noite o destaque vai todo para a música de África com os «Issabary».

Não menos interessante é o programa de sexta e de sábado. Na sexta, a abrir, desfilam os Zés Pereiras. Depois, às 21,30 actuam os «Bramassaji», grupo de rock, e a seguir, pelas 22,30,

Sérgio Godinho. No palco 2, às 22 horas, cantam os «Tri-gais», no auditório, pelas 21,30 os amantes de jazz podem ouvir o Quinteto de Maria Anadon, seguindo-se às 22,30 neste recinto projecções de filmes no *video* gigante.

Sábado, a partir das 15,30, no palco 1, haverá folclore com os ranchos de S. Torcato e de Cantelães. No auditório, os debates começam às 15 horas, estando previsto para as 17 horas uma sessão com o escritor José Saramago e com o arquitecto Siza Vieira, sobre o tema «Cultura e Arquitectura». À noite, no palco 1, vai estarem evidência a música da América Latina com Julian del Valle e Banda. Logo a seguir, actuam os «Vai de Roda» e pelas 23,30 entram em cena os «Del-fins». No auditório, o rock é dos «Som Crente», após o que serão projectados filmes no *video* gigante. O programa de sábado fecha com um espectáculo de fogo de artifício.

No Boletim da DORBraga do PCP, recentemente editado, refere-se que «a Festa da Alegria há muito que transpôs os umbrais da região e os muros ideológicos que no início a cercavam. Ela é das maiores festas do Norte, ela traz-nos pedaços vivos das tradições



culturais e produtos típicos de quase todo o País. Sendo promovida pela Direcção Regional de Braga do PCP, não é marcada por qualquer ferrete sectário. Está já entrançada nas gentes e na vida do distrito, suscitando a simpatia e o incentivo de todos quantos sabem reconhecer o seu contributo para a valorização da nossa terra e da

região, divulgando com carinho e autenticidade a sua cultura, riquezas e potencialidades. Com razão a chamamos de Festa do Minho, Festa de todos». Este ano, a proximidade das eleições legislativas certamente que fará desta iniciativa «uma grande jornada de campanha pré-eleitoral do nosso Partido e da CDU».

3.ª Assembleia de Bragança Vencer rotinas, dinamizar a Organização

Realizou-se no dia 30 de Junho, no Centro de Bragança do PCP, a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Bragança.

Na reunião foram debatidas as questões de organização, a actividade política dos comunistas brigantinos desde a sua 2.ª Assembleia, realizada em Julho de 1984, tendo sido aprovados por unanimidade os dois documentos apresentados a debate pela Comissão Concelhia cessante.

Foi ainda eleita a nova Comissão Concelhia, que passa a ser constituída por 8 elementos: Amaro Luís, Fernando Gomes, Fernando Prudêncio, Leonel Veloso, Teresa Rodrigues, Nuno Barreira, Virgílio Lemos e Vítor Martins.

Na iniciativa participou o membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central e responsável da Direcção Regional do PCP — Serafim Brás da Silva — que na sua intervenção abordou questões ligadas às eleições para a Assembleia

da República, tendo informado que a lista de candidatos pelo círculo eleitoral de Bragança está praticamente formada.

Outros assuntos abordados foram a necessidade de os comunistas intervirem de uma forma mais activa no

estudo dos problemas regionais, haver a preocupação de uma maior divulgação das posições dos organismos partidários, para o que se torna necessário vencer rotinas e proceder a alterações no funcionamento da organização concelhia.

A preocupação de renovar quadros e método, deve apontar para dar uma maior atenção ao trabalho junto dos jovens, tarefa de dinamização que deve ser preocupação de todos os quadros e organismos partidários.

Mais propaganda à conta do contribuinte

A propósito da exposição «Justiça-Caminhos de Mudança», aberta em Lisboa no passado dia 26 de Junho, o gabinete de imprensa do PCP divulgou uma nota em que afirma que «é mais um meio de prosseguir a campanha eleitoral do PSD à custa dos dinheiros públicos e de instrumentalizar a máquina do Estado, tentando beneficiar o partido do Governo».

Entretanto, continua a nota, «o Governo não pode esconder com esta exposição que é responsável por um encarecimento das custas judiciais que só não foi ainda maior devido à luta e protestos de advogados e à intervenção do PCP». Os comunistas acusam ainda o Governo de manter

«uma extrema morosidade e ineficácia do aparelho judiciário, dissuadindo assim o recurso aos tribunais», denunciam a falta de eficácia e qualidade das defesas oficiais, a falta de garantia do direito constitucional à informação e consulta jurídica, a degradação do parque judiciário, a ameaça de governamentalização do Ministério Público e a deficiente reinserção social dos reclusos, bem como o estado desumano das prisões. Referindo o debate do PCP «Justiça em Portugal, Hoje», o comunicado destaca as propostas do Partido nesta área e afirma que o Governo opta por esconder as suas ineficácias atrás de operações de propaganda, como a citada exposição.

No fim-de-semana Carvalho apelou à intervenção cívica para derrotar o PSD

O secretário-geral adjunto do PCP esteve, sábado último, no distrito de Évora, onde realizou vários encontros com a população

Acompanhado por alguns candidatos da CDU pelo círculo de Évora, Carlos Carvalho esteve no Redondo, onde visitou a Câmara Municipal, o centro da vila e a zona da piscina. O dirigente comunista encontrou-se com a população de Santa Suzana, no centro de convívio, e mais tarde com os habitantes de Montoito, no Centro de reformados. O almoço decorreu na Sociedade Filarmónica de Redondo.

No concelho de Vila Viçosa decorreu um encontro com a população de Bencatel e pouco depois o secretário-geral adjunto do PCP esteve em Borba, no Jardim Público, onde o esperava uma sardinhada com a população. A volta pelo distrito terminaria em Estremoz, onde Carvalho interveio na sessão pública de encerramento da Assembleia de Organização do PCP, ao que se seguiu um jantar-convívio na freguesia da Glória.



Na foto, a festa-convívio realizada em Póvoa da Sta. Iria, domingo passado, na Quinta da Piedade, que contou com a participação de Carlos Carvalho, Daniel Branco e Carlos Braga

Nas várias intervenções que fez, Carlos Carvalho responsabilizou o Governo e o PSD pelo atraso do distrito, em comparação com outras regiões, motivo aliás da sua desertificação. Igualmente alvo de duras críticas foi a

política do Executivo relativamente aos reformados e à juventude.

Paralelamente, sublinhou a necessidade dos democratas envidarem todos os esforços para que nas próximas eleições de 6 de Outubro seja retirada a maioria ao PSD.

Relativamente ao PS, Carvalho alertou os eleitores do distrito para os perigos da sua política futura de convergência ou alianças.

Ao realçar o trabalho dos deputados comunistas na Assembleia da República e dos eleitos da CDU no Poder Local, afirmou que os comunistas e os outros democratas da Coligação cumprem os seus compromissos com o eleitorado.

Carlos Carvalho apelou aos democratas e aos activistas da CDU para demonstrarem intervenção cívica no sentido de esclarecerem e convencerem os eleitores sobre a importância do seu voto para a derrota do PSD e da sua política, criando condições para uma viragem democrática.

Apesar do forte calor que se fez sentir, e dos meses que ainda restam até às eleições, a visita de Carlos Carvalho foi marcada por um ambiente de animação e confiança.

Extractos da intervenção de Carlos Carvalho É necessária e possível uma outra política

As debilidades da nossa economia e os complexos desafios que temos nos próximos anos exigem que com objectividade, verdade e rigor, e não com a autoglorificação das políticas governamentais, que se analisem os caminhos que estamos a seguir.

A sensível quebra do investimento, nomeadamente do investimento nacional, o agravamento do défice da Balança Comercial, as elevadas taxas de juro privilegiando as actividades financeiras e as actividades especulativas, em detrimento da esfera produtiva, criando sérias dificuldades a muitas pequenas e médias empresas industriais, a marginalização da agricultura e uma errada política de preços, importações e de estruturas agrícolas, desenham um quadro nada favorável ao embate do Mercado Único e da União Económica e Monetária.

O último relatório da Comunidade sobre a situação socioeconómica e o desenvolvimento das regiões mostra-nos infelizmente, que das 171 regiões da CEE, à excepção de Lisboa e do Vale do Tejo, todas as outras regiões do País continuam a encontrar-se nas 11 menos desenvolvidas.

As fragilidades estruturais da economia portuguesa e a actual especialização produtiva excessivamente vulnerável e depen-

dente não são fatalidades nacionais. Não podemos continuar a basear a nossa especialização produtiva em produções desvalorizadas, com baixo conteúdo tecnológico e de baixa gama que assentam a sua competitividade nos baixos custos salariais. É necessária e possível uma outra política...

(...) Precisamos de uma nova política agrícola que permita desenvolver a agricultura e modernizar as explorações agrícolas e que se cruze com uma política integrada de desenvolvimento rural. Os resultados do distrito de Évora são claros: despovoamento e declínio das zonas rurais, quebra da produção e da produtividade agrícola, desemprego e subemprego nos campos. Em pleno processo de integração comunitária, quando se aproxima o período de transição, nas vésperas de uma nova reforma da PAC e da liberalização do comércio mundial com as negociações do GATT podemos afirmar que a perspectiva é altamente preocupante para a agricultura do País e nomeadamente de todo o Alentejo. Que alternativas para os cereais e que apoios e reordenamento e a reconversão cultural? Que política de água? Que estímulos para ligar a trabalhadores e agricultores à terra e evitar o abandono dos campos e das

juventude e para a sua fixação?

Tudo isto se reflecte na orientação que tem sido dada ao investimento na agricultura desde que entramos na Comunidade. Cavaco Silva, na deslocação recente que fez ao Alentejo, falou de uma forma demagógica nos custos do Alqueva. Mas não falou nos custos de não fazer Alqueva. Com esta barragem poder-se-ia diversificar, com garantia plena de água, culturas em cerca de 200 000 ha de regadio, não contando ainda com as suas valias energéticas e de abas-

tecimento de água às populações e à indústria.

Numa informação recente da Comissão das Comunidades, o sr. Bruce Millan, sobre o Alqueva diz expressamente «A Comissão está claramente consciente da importância do projecto da Barragem do Alqueva para o desenvolvimento da Região do Alentejo. No entanto, as autoridades portuguesas não consideram que este projecto estivesse amadurecido na época em que o quadro comunitário de apoio para Portugal para o período de 1989-93 foi negociado»...

CAMARADAS FALECIDOS

MANUEL BARBOSA

Faleceu aos 68 anos, no passado dia 27 de Junho, no Sanatório de S. Brás de Alportel, o destacado intelectual e homem da cultura açoriana, dr. Manuel Barbosa. Nascido em Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, fez aí os seus estudos liceais, formando-se mais tarde em Direito, na Universidade de Lisboa e em Ciências Históricas e Filosóficas, na Universidade de Coimbra.

Regressado a S. Miguel em 1948, fixa-se na Ribeira Grande onde se torna director de um Externato e exerce advocacia durante 27 anos.

Militante desde jovem contra o fascismo, foi candidato a deputado pelo círculo de Ponta Delgada nas eleições legislativas de 1969, colaborou activamente na campanha oposicionista de 1973 e no 3º Congresso Democrático de Aveiro, a que apresentou a tese «Infra-estruturas Culturais dos Açores». Autor de vasta obra literária em prosa e verso, colaborou em vários jornais e revistas dos Açores e do Continente. Nos últimos anos publicou a «Luta pela democracia nos Açores», «Memórias das Ilhas Desafortunadas», «Figuras e Perfis Literários», «Autobiografia Epistolar de Júlio Cabral» e «Memórias da Cidade Futura». Manuel Barbosa era militante do PCP desde 1947.

Executivo da DN da JCP anuncia Intensa actividade nos meses de Verão

O Executivo da DN da JCP esteve reunido na passada sexta-feira, na sede nacional, em Lisboa, para apreciar as actividades a decorrer e previstas para os próximos meses de Verão, bem como vários aspectos da actualidade com repercussões para a juventude.

Entre as várias iniciativas, aquele organismo destacou o Festival da Canção Juvenil realizado no último fim-de-semana na Amadora, o acampamento da Juventude CDU do Porto, em Amarante, e o encontro de final do ano lectivo, previsto para o dia 13 de Julho, no Castelo de S. Jorge, que contará com um programa diversificado da responsabilidade da Organização do Ensino Secundário.

Na conferência de imprensa promovida segunda-feira passada, a JCP anunciou um espaço na festa do «Avante!», onde terá expressão a criatividade dos jovens em áreas como a moda, artesanato, música, skate, e em que terá particular destaque o concurso «Tomar a Iniciativa», dedicado este ano à cerâmica artística.

A situação dos jovens agentes recenseadores mereceu o apoio expresso dos jovens comunistas, que exigiram que as entidades responsáveis resolvam a curto prazo as irregularidades já denunciadas anteriormente.

Relativamente às candidaturas ao ensino superior, nomeadamente os resultados da PGA, o Executivo da DN considerou que estes podem levar à criação de falsas expectativas de entrada nas universidades, quando a realidade é bem diferente e «mais uma vez ficarão sem ingresso milhares de estudantes». A JCP manifestou preocupação pela redução das verbas do Governo ao ensino superior público, acusando o Estado de procurar «alienar-se das responsabilidades que lhe cabem, provocando graves dificuldades de funcionamento às universidades».

O anteprojecto de Lei de Bases da Acção Social Escolar no Ensino Superior foi igualmente objecto de análise na reunião, concluindo-se que «na sua actual forma acentuaria a grave situação já existente ao nível do apoio social». Designadamente, a JCP aponta como ponto negativo a introdução das propinas, das bolsas-empréstimo em substituição de bolsas normais, o que revela que mais uma vez o Governo não levou em conta «as posições e os interesses estudantis várias vezes manifestados pelas estruturas associativas».

O Executivo da DN exprimiu a sua preocupação pela criação dos novos mecanismos de incentivo aos cidadãos que se alistem como voluntários nas Forças Armadas, por «parecerem passos para a alteração da base organizacional no sentido da sua profissionalização completa». Segundo afirmam os jovens comunistas, algumas das suas propostas com vista à dignificação da prestação do Serviço Militar Obrigatório surgem no projecto do Governo, mas «só para os militares em regime de voluntariado, pretendendo assim desencorajar os jovens do cumprimento normal do SMO». A JCP reafirmou a sua total oposição a qualquer tentativa de profissionalização das Forças Armadas, por considerá-la «atentatória do normal funcionamento do regime democrático». Durante a reunião foi ainda analisada a situação dos presos das FP-25, salientando-se que «face ao estado em que se encontram os detidos em greve de fome, é urgente encontrar uma solução política para o problema».

Por fim, o Executivo da DN saudou os jovens futebolistas da selecção de juniores pelo «excelente comportamento que tiveram no decorrer do campeonato do mundo, que culminou com a vitória no jogo final», sublinhando que «tal feito deverá ser aproveitado para alterar o apoio ao desporto, particularmente nas camadas jovens, onde é praticamente inexistente».

JESUÍNA ROCHA

Vítima de um acidente rodoviário, faleceu no passado dia 21 de Junho, Jesuína Rocha, membro do PCP desde 1974. Estava organizada na Freguesia de Almada, seu local de residência, onde era muito estimada. Era uma militante activa que revelou sempre grande dedicação e empenhamento no trabalho do Partido.

MANUEL FRANCO

Faleceu após prolongada doença Manuel Carlos Franco, quando contava 59 anos de idade. Militante activo e dedicado, era membro do organismo de direcção do sector de serviços da cidade de Lisboa. Ligado ao movimento sindical, CESL, participou activamente em todas as lutas dos trabalhadores do comércio.

MÁRIO DOMINGOS

Faleceu recentemente Mário Lopes Domingos, militante do PCP pertencente à Organização Local de Pinhal de Frades. Integrou a Assembleia de Freguesia de Arrentela, de que já fora presidente, e a Comissão de Freguesia de Moscavide. Foi membro da direcção do Centro de Solidariedade Social de Pinhal de Frades.

Aos familiares e amigos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

TRABALHADORES



FP prepara «grande acção» no período eleitoral

Mais de 200 mil trabalhadores estiveram em luta ultimamente na Função Pública. O conselho nacional da Federação (FNSFP), perante a «política discriminatória e antinegocial do Governo», prepara «uma grande acção de luta no período eleitoral (Setembro), envolvendo a generalidade dos trabalhadores do sector»

Novas greves nos transportes CP pára amanhã

Está anunciada para amanhã uma greve na CP. Os maquinistas aderiram, através do seu sindicato, mas apenas por 4 horas (10 às 14). A paralisação foi convocada para todo o dia pela Federação dos Sindicatos (FSTFP).

O recurso à greve deve-se ao facto de a administração da CP — empresa pública como se sabe — manter a recusa da semana de 40 horas, de novo regulamento de carreiras e da redução da idade de reforma.

Registe-se que a greve é convocada em conjunto por sindicatos da CGTP e da UGT. Adere também o Sindicato dos Transportes Fluviais.

Os ferroviários estiveram em greve em 7 e 21 de Junho.

Na Carris, os sindicatos anunciaram novas greves para 12 e 15 do corrente. Foi entretanto dado um prazo até amanhã, 5, para a administração desbloquear

o impasse nas negociações das carreiras.

A adesão à greve de 26 de Junho na Carris esteve muito próxima dos 100 por cento, disse à Lusa fonte sindical.

O pessoal da Carris tem recusado entretanto a prestação de serviço extraordinário. A empresa tem recorrido a autocarros alugados.

Pararam também recentemente os transportes públicos nas cidades de Coimbra e do Porto.

Agrava-se a situação no Vale do Ave

Desde o princípio deste ano encerraram, paralisaram ou faliram 11 empresas, com um total de 2745 trabalhadores, e reduziram a actividade mais cinco empresas, com 1348 trabalhadores, no Vale do Ave.

Segundo a Comissão para a Defesa e Desenvolvimento (COODAVE), as indústrias têxteis, de calçado e vestuário dessa zona viram a sua situação fortemente agravada desde Janeiro findo, havendo ac-

tualmente 12 697 trabalhadores com salários em atraso.

Num comunicado recente, a COODAVE acrescenta que há 82 empresas atingidas pela crise na região, pelo que são necessárias medidas urgentes, sobretudo na área social.

A COODAVE, secundada por fonte sindical, convida o Governo para um debate sobre a situação que se vive no Vale do Ave.

Entretanto, o ministro da Indústria e Energia, Mira

Amaral, e o presidente da CIP, Ferraz da Costa, anunciavam a criação de dois grupos de trabalho para analisar os problemas do sector têxtil nacional.

Segundo o ministro, o Vale do Ave será «a região prioritária no processo de captação do investimento estrangeiro».

No entender de Mira Amaral, a modernização do sector deve ser acompanhada por uma diversificação industrial daquela região nortenha.

Cordão humano em São Bento

Ao mesmo tempo que prossegue com os debates nas empresas sobre as alterações à legislação laboral, a União dos Sindicatos de Lisboa (USL/CGTP), que organizou quinta-feira passada no Rossio uma «tribuna pública» para discussão do assunto, marcou para 11 do corrente uma concentração em frente à residência oficial do Primeiro-Ministro em São Bento.

Esta forma de luta — um cordão humano — surge na

sequência de vários protestos de todo o movimento sindical unitário contra os pressupostos do chamado *pacote laboral* que o Governo pretende pôr em prática depois de obtida a respectiva autorização legislativa na Assembleia da República.

Assinale-se que essa autorização foi motivo de repetidas acções dos sindicatos junto da AR, do próprio Governo e de outros órgãos de soberania no sentido de evitar que fosse concedida.

Os sindicatos recusam-se a aceitar uma legislação laboral que prevê despedimentos por inadaptação, por perda de confiança, etc.

A precarização do emprego, já muito elevada, aumentará ainda mais se não for travada a maior parte ou quase toda a legislação prometida pelo Governo.

Daí que o movimento sindical continue a considerar o assunto não encerrado e apele à luta contra o pacote laboral.

Vária

SBSI em congresso. O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, com sede em Lisboa, anunciou a realização do seu V Congresso (28 e 29.6) com a presença na sessão de abertura de Torres Couto e de Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da UGT, e coordenador da comissão executiva da CGTP-IN, respectivamente. O programa proposto ao Congresso (500 delegados) é o da lista vencedora das eleições de Maio. Barbosa de Oliveira, presidente da direcção, e Jorge Sampaio, secretário-geral do PS, foram indicados para encerrar o V Congresso do SBSI.

Suspensa greve no Hospital. Depois da administração se ter comprometido a satisfazer as suas reivindicações — uma rectificação de 6,5 por cento nos salários do pessoal do bar e do serviço de refeições, nomeadamente — o Sindicato da Hotelaria do Sul suspendeu a greve marcada para 27 de Junho no Hospital da

Cruz Vermelha em Lisboa.

Fiscais da SS em greve. Os 300 fiscais da Segurança Social de todo o País paralisaram o trabalho em 28 de Junho. Segundo a Lusa, que ouviu Vítor Duarte, da CE da FNSFP, aqueles trabalhadores reclamam uma carreira específica e a actualização de uma gratificação, o que não acontece desde 1986.

Grandes lacunas na formação. Embora existam boas oportunidades para a formação profissional, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, disse à Lusa sexta-feira passada que permanecem ainda «grandes lacunas» que devem ser preenchidas por uma maior participação dos trabalhadores na «gestão dos meios de formação profissional», ao mesmo tempo que o Estado deve arcar com mais responsabilidades. No projecto «Bento de Jesus Caraça» (Escola CGTP-IN), o Governo só dispôs, por en-

quanto, de 50 por cento da verba estabelecida para 1990.

Greve dos enfermeiros. Está suspensa até Setembro a greve que os enfermeiros tinham inicialmente marcado para 20 e 21 de Junho. Entretanto, os enfermeiros madeirenses reunidos no Funchal aprovaram por unanimidade uma moção que determina a apresentação de uma queixa na OIT contra o Governo português. Motivo: «Falta de ética do Governo no processo negocial com a comissão negociadora sindical dos enfermeiros».

Greve encerra serviços alfandegários nacionais

Com mais de 90 por cento de adesão a greve de dois dias dos trabalhadores das alfândegas apenas permitiu assegurar como serviços mínimos o movimento de passageiros e a fiscalização de malas, o trânsito de animais vivos e medicamentos indispensáveis. Encerraram praticamente os serviços alfandegários nacionais. Aviões saíram irregularmente, sem o registo do formulário de tráfego, pararam os terminais TIR do Freixeiro e Alverca, os serviços alfandegários do porto de Lisboa e a Fronteira de Vilar Formoso. A deficiente aplicação do novo sistema retributivo foi uma das principais razões da greve.



Agentes da PSP em prol do Sindicato

Depois de um encontro nacional no Parque Eduardo VII em Lisboa, milhares de agentes da PSP desfilarão em manifestação até à Praça do Comércio.

Em frente ao Ministério da Administração Interna, os agentes voltaram a defender, em 25 do corrente, o direito ao diálogo com o Governo e à criação

de um sindicato. Registe-se que a manifestação (foto) foi convocada por uma comissão de apoio ao sindicalismo policial. Dela faziam parte a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, o Sindicato dos Guardas Prisionais e o Sindicato dos Funcionários Judiciais. Em 30 do corrente, houve nova manifestação no exterior do Estádio da Luz. Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, e Torres Couto, secretário-geral da UGT, participaram na manifestação de 25 e transmitiram o apoio das centrais à luta dos agentes da PSP.

COMUNIDADE EUROPEIA

Empresas da Comunidade obrigadas a passar a escrito relações de trabalho

Contratos de trabalho escritos obrigatórios na CEE a partir de 1993

Os ministros dos Assuntos Sociais da CEE, reunidos a semana passada no Luxemburgo, aprovaram uma directiva que obriga todas as empresas da CEE a celebrar contratos por escrito com os trabalhadores, nas relações de trabalho iniciadas após 1 de Julho de 1993.

A obrigatoriedade de prova escrita não é automática para as relações de

trabalho anteriores à data da entrada em vigor da directiva, sendo o empregador apenas obrigado a fazê-lo mediante pedido expresso do trabalhador.

Segundo a Comissão Europeia, a presente directiva - que carece ainda de parecer, não vinculativo, do Parlamento Europeu - visa garantir ao trabalhador o direito a ser informado, por escrito,

das condições essenciais da sua relação de trabalho e aplica-se a «todos os trabalhadores assalariados que tenham um contrato ou uma relação de trabalho, definida pelo direito em vigor num Estado membro».

Por condições essenciais entende-se, designadamente, a identidade das duas partes, o local de trabalho, a categoria profissional, o tipo de funções, a data do início da actividade, a eventual duração do contrato, o período de férias, o montante do salário, a duração diária ou semanal do trabalho, entre outras condições.

Os Estados membros podem não aplicar a nova directiva apenas nos casos em que os trabalhadores tenham um contrato de trabalho cuja duração seja inferior a um mês ou 8 horas semanais, ou ainda nas relações de trabalho com carácter ocasional ou particular (caso de empregadas domésticas a dias e pequenas tarefas executadas por estudantes).

De registar que o ministro português foi o único que levantou objecções à directiva. Segundo informações da Lusa, o ministro do Emprego, Silva Peneda, defendeu que a directiva fosse aplicada obrigatoriamente apenas aos tra-

balhadores com um contrato ou uma relação de trabalho «atípica» (a prazo ou de carácter sazonal) e facultativa nos restantes casos. A justificação apresentada foi a de que a prova escrita de uma relação normal de trabalho deveria ser entendida como «um direito do trabalhador e não como uma obrigação do empregador».

O Conselho de ministros, no entanto, acabou por decidir que a prova escrita funciona como um direito do trabalhador nas relações de trabalho já existentes à data da entrada em vigor da directiva, e como uma obrigação do empregador para as iniciadas após essa data. Neste último caso, o empregador tem dois meses, a contar da admissão do trabalhador, para entregar a este a declaração escrita, podendo o trabalhador, caso tal não se verifique, recorrer para os tribunais após um período de duas semanas para uma tentativa de conciliação.

Recorda-se que a presente directiva faz parte do programa de acção em que se baseia a «Carta Social Europeia», adoptada pelos Doze em Dezembro de 1989, em Estrasburgo. Margaret Thatcher, então primeira-ministra britânica, recusou-se a subscrever a Carta.

Coligação de Esquerda reúne em Braga

O Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, em que se integram os deputados do PCP Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Barros Moura, reuniu em Braga nos passados dias 2, 3 e 4 de Julho.

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC), as questões regionais na perspectiva da CEE, tendo em conta a situação concreta do Vale do Ave e a importância que a indústria têxtil assume para a economia de Portugal, foram alguns dos temas abordados durante os trabalhos.

Durante a sua permanência em Braga os deputados do Grupo Coligação de Esquerda efectuaram encontros com a CNA, as Associações de Agricultores do Alto Minho, Cooperativa Agrícola de Barcelos, Velha Cooperativa de Barcelos, União de Sindicatos de Braga, Associação do Vale do Ave, Comissão de Defesa do Ave, tendo algumas destas entidades participado nos debates.

Os eurodeputados tiveram ainda um encontro com o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, e outros responsáveis do PCP.

Cimeira europeia sem consenso para União Política

A cimeira de líderes dos Doze, realizada sexta-feira e sábado passados, no Luxemburgo, adiou para Dezembro as principais decisões respeitantes à realização da União Económica e Monetária (UEM) e da União Política (UP) da CEE, limitando-se a reafirmar (e mesmo assim sem muita convicção) o desejo de que as conferências intergovernamentais terminem até ao final do ano.

Com efeito, para além das promessas de Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, relativas ao reforço dos mecanismos de apoio da CEE aos países menos desenvolvidos da Comunidade (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), mantiveram-se no essencial as divergências em torno das questões mais polémicas da UEM e da UP.

Segundo a agência Lusa, citando fontes do Luxemburgo, Jacques Delors empenhou-se em minimizar a importância das discussões so-

bre a coesão económica e social, pedindo um «cheque em branco» aos países menos desenvolvidos a troco da promessa de que o reforço da coesão será decidido em 1992, independentemente de tal objectivo figurar de forma mais ou menos precisa no tratado da futura união.

Para já, o presidente da Comissão anunciou para 1992 um novo pacote económico e financeiro, semelhante ao que em 1988 deu origem à duplicação dos fundos estruturais até 1993. Entre outras coisas, Delors defendeu um aumento de 50 por cento das verbas destinadas aos fundos entre 1988 e 1993 e falou na criação de um quinto recurso financeiro proporcional à riqueza dos Estados membros. Mas manteve a posição de considerar desnecessária a modificação dos artigos do actual tratado da CEE sobre a coesão dado que, na sua opinião, eles já permitem o reforço dos mecanis-

mos de apoio às regiões mais pobres do espaço comunitário.

Sem consenso permanecem igualmente questões como a política externa e de segurança comum, o reforço dos poderes do Parlamento Europeu (em detrimento dos do Conselho de Ministros dos Doze) e o alargamento das competências da CEE no domínio social.

Menos polémicas parecem ser, para os líderes dos Doze, as negociações sobre a UEM, que terão já reunido o consenso em torno de 85 por cento dos dossiers.

Mas se os debates sobre o projecto de tratado da futura união europeia não registaram avanços significativos no Luxemburgo, o mesmo não se pode dizer no que respeita à cooperação no âmbito dos assuntos policiais e judiciais. À margem da esfera das competências da Comunidade, os chefes de Estado e de Governo da CEE decidi-

ram, por unanimidade, estudar a criação de um corpo europeu de polícia - o Europol - para o combate ao tráfico de droga e ao crime organizado, após a supressão das fronteiras internas, em 1993.

Por proposta da Alemanha, os Doze vão estudar, no âmbito da conferência intergovernamental sobre a união política, a criação de uma agência central europeia de polícia criminal, que deverá estar operacional até final de 1993, data a partir da qual deverá ter competência para actuar em todo o território da CEE.

A Holanda, que assume agora a presidência da Comunidade, fica com o encargo de promover a assinatura dos tratados sobre união política e monetária da Europa. A sua reivindicada capacidade de consenso não conseguirá no entanto impedir o processo que se anuncia de uma Europa «a duas velocidades».

Juventude para a Europa

Os ministros da Juventude da CEE aprovaram a semana passada o lançamento da segunda fase do programa «Juventude para a Europa», cujo objectivo é promover o intercâmbio e a mobilidade dos jovens na Comunidade. O montante disponibilizado - 4,5 milhões de contos (25 milhões de ecus) - será utilizado de Janeiro de 1992 a Dezembro de 1994 e representa um aumento de 67 por cento relativamente aos 15 milhões de ecus dispendidos na primeira fase do programa. Segundo o ministro Couto dos Santos, 20 mil portugueses vão beneficiar este ano de programas nacionais e comunitários de intercâmbios de jovens. O conselho de ministros aprovou ainda uma resolução sobre as «acções prioritárias» da Comunidade no domínio da juventude, que incluem a intensificação da cooperação entre as estruturas responsáveis pelo trabalho a favor dos jovens, a informação, a promoção do espírito de iniciativa e de criatividade, a cooperação na formação de animadores.

Projectos para os Açores

Foram assinados no passado dia 26, em Ponta Delgada, vinte e dois projectos participados pela Comunidade Europeia no âmbito do Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR). O orçamento global dos projectos está estimado em 4,4 milhões de contos, dos quais 2,1 milhões se destinam às empresas proponentes como subsídios a fundo perdido, e respeitam a áreas dos lacticínios, confecções, artes gráficas, abate, tratamento de carnes, extração de basalto, britagem, fabrico de cantaria, serralharia e ferragem, mobiliário, recuperação de pneus, carpintaria e tabacos.

Os projectos em causa serão executados nas ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Faial e Pico.

Protocolo com Marrocos

O IV Protocolo financeiro de Marrocos com a CEE, destinado ao período 1991/96, poderá fornecer àquele país financiamentos no valor de 438 milhões de ecus (cerca de 80 milhões de contos), a partir de Novembro próximo.

De acordo com a Lusa, uma missão de programação da Comunidade deverá deslocar-se em breve a Rabat para acordar com as autoridades marroquinas quais os projectos a financiar.

No quadro do protocolo anterior, Marrocos beneficiou de uma ajuda financeira da CEE, entre 1986 e 1991, da ordem dos 324 milhões de ecus, dos quais 151 milhões foram concedidos pelo Banco Europeu de Investimento (BEI).

CEE/EFTA no impasse

A reunião realizada a semana passada entre representantes da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e da CEE com o objectivo da criação de um Espaço Económico Europeu (EEE), terminou sem progressos significativos, apesar de se continuar a apontar a data de 1993 como a mais provável para a entrada em vigor do mesmo. Segundo Jacques Poos, presidente em exercício da CEE, o tratado sobre o EEE «está quase terminado», apesar de subsistirem alguns problemas, que se prendem com o acesso da frota pesqueira comunitária, em particular a Espanha, a zonas de pesca da Islândia e com a dotação de um fundo de coesão para ajudar as regiões menos desenvolvidas.

Islândia contra a CEE

A população da Islândia continua a rejeitar, por ampla maioria, a adesão à CEE. Segundo uma sondagem divulgada há dias pelo Instituto Sociológico de Reikjavik, apenas 26 por cento da população é favorável a uma eventual adesão. Essa percentagem aumenta se se considerar que o país manterá o controlo total sobre os seus recursos pesqueiros. Apesar desta opinião negativa, cerca de metade dos inquiridos na Islândia - que é membro da EFTA - prevê que antes do ano 2000 o país poderá fazer parte da Comunidade.

Nova PAC

O projecto de reforma da Política Agrícola Comum (PAC), analisado a semana passada em Bruxelas, aponta para uma reforma escalonada entre 3 a 5 anos baseada numa redução de 35 por cento dos preços dos cereais na Comunidade. A proposta, apresentada pelo comissário Ray Mac Sharry, prevê uma descida progressiva do preço de garantia dos cereais de 155 ecus a tonelada, nível actual, para 100 ecus. Em compensação, os agricultores poderão obter uma ajuda por hectare, condicionada pelo congelamento de 10 a 15 por cento das terras, com excepção das pequenas explorações. Segundo o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, esta proposta permitirá reforçar a posição da CEE nas negociações do Uruguai Round sobre a liberalização do comércio internacional, actualmente bloqueadas devido às divergências entre a Comunidade e os Estados Unidos sobre a redução dos subsídios à agricultura.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Deputados da JCP em hora de balanço

Acção sem paralelo em defesa da juventude

Apesar das condições difíceis em que se desenrolou a Legislatura que agora terminou, onde pontuaram de forma marcante os malefícios da maioria absoluta PSD, os deputados da Juventude Comunista eleitos nas listas do PCP foram inegavelmente os que mais se empenharam na defesa dos interesses dos jovens, desenvolvendo um trabalho a todos os títulos meritório, sem paralelo em qualquer das outras bancadas.

Os números, a este respeito, não deixam margem para dúvidas: com incidência directa na área juvenil, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou 22 projectos, dez dos quais foram debatidos em plenário e quatro aprovados, enquanto o PSD rubricou um (1).

Claro está que o valor da actividade desenvolvida não se mede apenas pelos números. Testemunho da importante acção por si desenvolvida é ainda, natural-

mente, o conteúdo das matérias que foram objecto da sua iniciativa legislativa, cumprindo destacar, a este respeito, temas tão diversos como o acesso ao ensino superior, o serviço militar, a objecção de consciência, o emprego juvenil, a formação profissional, a situação do sistema educativo, o associativismo juvenil ou o combate à droga.

Para o bom trabalho desenvolvido não é entretanto alheio, como salientaram em conferência de imprensa António Filipe e Paula Coelho, que estavam acompanhados por Amélia Pardal e Morais, jovens candidatos nas listas da CDU às próximas legislativas, a ligação intensa que mantiveram com os jovens portugueses e suas estruturas, contacto onde foi permanente a preocupação de ouvir as suas opiniões e aspirações.

Foi aliás na base desta auscultação que foram redigidos muitos dos diplomas

apresentados e tomadas outras iniciativas que levaram inclusive à utilização das mais variadas figuras regimentais no decorrer dos quatro anos de Legislatura.

Assim aconteceu, por exemplo, no caso do acesso ao ensino superior, matéria que constitui uma verdadeira bandeira de luta dos jovens deputados comunistas, levando-os a socorrer-se de todos os mecanismos ao seu alcance para alterar o sistema vigente: o projecto de lei; a ratificação; a pergunta ao Governo; a declaração política; a intervenção, antes e depois da ordem do dia; a audição; a conferência de imprensa; o projecto de deliberação; o voto de pesar.

Atenção particular foi também dedicada à questão do emprego e formação profissional, tendo-lhes sido atribuída, na fase final da Legislatura, a realização em nome da Comissão Parlamentar de Juventude de

um Relatório subordinado ao tema cuja apreciação e votação deverá muito provavelmente ocorrer em breve.

Para além do seu papel central nesta iniciativa, António Filipe e Paula Coelho levaram ainda a cabo muitas outras acções no âmbito deste assunto, designadamente em torno da situação socioprofissional dos jovens e da sua inserção na vida activa, dos problemas dos trabalhadores-estudantes e do escândalo do Fundo Social Europeu.

A apreciação das verbas do Fundo Social Europeu para a formação profissional, recorde-se, constituiu um dos grandes escândalos da governação do PSD, tendo mesmo levado à realização de um inquérito parlamentar que a maioria acabou por abafar com a força dos seus votos.

Com efeito, quando faltavam cerca de três meses para a data prevista para a



Os números falam por si: na V Legislatura, os jovens deputados do PCP apresentaram 22 projectos de lei, enquanto os deputados da maioria cometeram a proeza de elaborar um...

conclusão do inquérito, a maioria decidiu pôr-lhe fim, elaborando para o efeito o que na altura foi interpretado como um pseudo-relatório cujo único objectivo foi o de isentar de responsabilidades o Governo e o PSD em relação às numerosas fraudes do Fundo Social Europeu que então encheram as páginas dos jornais.

Ao assumir como único objectivo a desculpabilização do Governo pela situação criada, o relatório ignorou pura e simplesmente o objectivo do Inquérito, escamoteando ainda os ele-

mentos apurados e produzindo conclusões que não correspondem à verdade dos factos.

No quadro da produção legislativa respeitante à juventude, nota de realce ainda na parte final da Legislatura a questão do Serviço Militar e da Objecção de Consciência, cujos processos contaram com a participação activa dos deputados da Juventude no Grupo Parlamentar do PCP, quer com projectos e propostas próprias, quer com a sua intervenção directa nos trabalhos em plenário e em Comissão.

Deputados comunistas prestam contas no Porto

A DORP do PCP e os deputados comunistas eleitos pelo círculo do Porto promoveram, no passado dia 2, uma conferência de Imprensa para dar conta à população da actividade desenvolvida durante o seu mandato. Na ocasião foi divulgado um balanço dessa actividade, que a seguir se reproduz em largos extractos.

1. Ao terminar a V legislatura os deputados do PCP eleitos pelo círculo do Porto pretendem prestar contas aos eleitores e fazer um balanço do trabalho desenvolvido durante os quatro anos do seu mandato.

(...) Assim, ao longo do mandato e com o objectivo de continuar próximo dos eleitores, de aprofundar o conhecimento das questões mais prementes dos trabalhadores dos diversos sectores de actividade, dos agentes sociais, culturais e económicos, das forças apostadas no desenvolvimento do distrito do Porto, estivemos nos vários concelhos, reunimos com as mais diversas entidades, visitamos escolas, hospitais e centros de saúde, fábricas, bairros, colectividades sociais, culturais e desportivas, autarquias, actividade que teve um ponto alto nas recentes jornadas legislativas do distrito do Porto.

Em colaboração com o colectivo partidário organizaram-se em Novembro as Jornadas Regionais do Porto para aprofundamento das propostas sobre o Orçamento de Estado, a que depois demos expressão na Assembleia da República através da apresentação de múltiplas propostas.

A interligação do trabalho dos deputados com as organizações regionais e concelhias esteve também presente na preparação e realização de três importantes Encontros sobre o desenvolvimento do Vale do Tâmega, de Santo Tirso e do Vale do Sousa onde foram debatidos os problemas daquelas sub-regiões e apresentadas as propostas fundamentais para combater os estrangulamentos ao desenvolvimento e dar resposta aos anseios das suas populações.

(...) Foi através da voz dos deputados comunistas do Porto que foram levados e levantados os problemas do sector têxtil, as questões da habitação e da recuperação dos centros históricos do Porto e Gaia; a defesa do ambiente e o necessário combate à poluição dos rios e do litoral, aos problemas da poluição sonora e da exploração de pedreiras em zonas urbanas; a conservação da floresta e os problemas dos agricultores designadamente no escoamento do vinho e na comercialização da carne; os problemas dos trabalhadores, das mulheres e dos jovens; a repressão nas empresas e o escândalo do trabalho infantil; os problemas dos reformados, incluindo dos trabalhadores bancários do Norte a quem continua a ser negado o 14.º mês; os problemas da saúde, dos hospitais, da saúde materno-infantil, dos cuidados primários e da toxic dependência; as deficiências de rede escolar, o acentuado abandono e insucesso escolar, as dificuldades da Universidade; a vida cultural do distrito, incluindo as dificuldades financeiras dos grupos de teatro e outros organismos culturais; o atraso na construção das infra-estruturas fundamentais para o desenvolvimento da região, designadamente do nó ferroviário do Porto e de várias ligações rodoviárias com destaque para a prometida ponte do Freixo e respectivos acessos; a degradação das vias férreas de ligação ao interior e de muitas estradas fundamentais para o necessário desenvolvimento harmonioso do distrito do Porto; a denúncia das irregularidades do processo de privatização do «JN» e as suas consequências; a defesa do património histórico e cultural, área onde apresentámos importantes iniciativas legislativas.

Mereceram particular destaque na Assembleia da República pela voz dos deputados comunistas as questões do desenvolvimento da região e as formas institucionais que melhor sirvam esse objectivo. Foi com a participação empenhada e persistente do PCP que foi possível aprovar na fase final da legislatura duas importantes leis, apesar das suas insuficiências e limitações. Trata-se da criação das Áreas Metropolitanas e da lei quadro da regionalização.

Apesar das limitadas competências dos órgãos da Área Metropolitana do Porto, a sua criação é um primeiro passo na descentralização administrativa que se impõe para encarar de frente os estrangulamentos ao desenvolvimento desta importante zona urbana e procurar uma maior coordenação no âmbito do ordenamento do território e dos investimentos necessários e designadamente um melhor aproveitamento dos fundos comunitários.

Destacamos também a aprovação dos projectos de lei do PCP que permitiram a elevação a cidade de Gondomar, Valongo, Ermesinde e Felgueiras e novas vilas no distrito, designadamente Santa Marinha do Zêzere, Paço de Sousa, Barrosas e S. Pedro da Cova.

A oposição que o PSD mantém há 3 anos quanto à criação de novas freguesias não permitiu que nestes últimos três anos se aprovassem os projectos de lei que prevêem a criação das freguesias de Triana e de S. Pedro de Azevedo.

(...) O balanço agora apresentado constitui uma acrescida razão para a utilidade e necessidade do reforço do grupo parlamentar do PCP e para uma forte votação na CDU nas eleições legislativas de 6 de Outubro, abrindo caminho a uma alternativa democrática de governo e de política, capaz de promover o bem-estar social e o desenvolvimento da região e do País.

O trabalho realizado dentro e fora da Assembleia pelos deputados comunistas e o reconhecimento que vem recolhendo junto de largos e crescentes sectores da população do Porto, permitem-nos confiar em que tal resultado se venha a verificar no próximo dia 6 de Outubro. Tanto mais que a lista de candidatos da CDU pelo Círculo do Porto divulgada a semana passada, reúne todas as condições para continuar, enriquecer e aprofundar aquela actividade.

A pluralidade da sua composição — candidatos do PCP, do PEV, da UDP e da Ass. Intervenção Democrática/ID e outros independentes sem filiação partidária; a renovação verificada, combinada com a experiência de muitos candidatos: o seu empenhamento e intervenção nas mais variadas áreas de actividade social e profissional; os conhecimentos e as qualificações reunidos pelos candidatos da CDU e o traço de seriedade e honestidade que os caracteriza, são seguras garantias de uma intervenção parlamentar combativa e construtiva, orientada exclusivamente para salvaguarda dos interesses do povo, do País e do distrito.

Com uma imensa alegria

Joaquim Pires Jorge

Estas são histórias da História de Joaquim Pires Jorge, dirigente do Partido Comunista Português, escritas na primeira pessoa, tal como foram contadas, ao longo de entrevistas sucessivas, a um jornalista. São histórias da História da classe operária portuguesa que valem pelas experiências e pelas lições que encerram na vida duríssima e exemplar de um revolucionário. Joaquim Pires Jorge morreu, mas deixou a lição da sua vida. É isto também, como dizia Pablo Neruda, o Partido: «Fizeste-me ver a clareza do mundo e como é possível a alegria. Fizeste-me indelével pois contigo não termino em mim próprio.»



3º Encontro dos Baldios A nossa lei continua em vigor

«A sentença do Tribunal Constitucional é pela segunda vez consecutiva uma grande vitória dos povos dos baldios», congratularam-se os compartes, conselhos directivos de baldios e os pastores transmontanos, reunidos no seu 3º Encontro, realizado na cidade de Vila Real, domingo último. Os participantes, mais de oitocentos, referiam-

se à sessão daquele órgão que julgou a 11 de Junho o Decreto-Lei aprovado pela Assembleia da República com os votos favoráveis do PSD e do CDS e decidiu que 11 dos seus artigos vão contra a Constituição.

«Com justeza e propriedade», salienta a proclamação aprovada por unanimidade, «valeu a pena lutar,

tínhamos a razão do nosso lado, lutámos e mais uma vez ganhámos».

Os trabalhos do encontro incidiram sobre o aproveitamento dos recursos dos terrenos baldios, nas suas diversas aptidões e potencialidades, numa perspectiva de desenvolvimento múltiplo e aproveitamento integral da floresta e da economia de montanha.

O documento divulgado aponta como objectivos a desenvolver e implementar ulteriormente «a recuperação florestal da imensa área ardi-da; o aproveitamento dos incultos que só na região ascendem a 350 mil hectares; o fomento de acções de sensibilização dos utentes para a preservação do património arqueológico, na sequência do aparecimento muito frequente de vestígios de civilizações antigas». Este trabalho terá de contar com a participação das comunidades locais, e visa evitar o êxodo das populações serranas e assegurar o necessário equilíbrio social e económico, bem como melhorar as condições de vida na região.

Os participantes entenderam ser necessário que entidades oficiais, como o Ministério da Agricultura, Direcção-Geral das Florestas e outras, prestem o devido apoio técnico na concretização das acções preconizadas.

O encontro exigiu igualmente o respeito escrupuloso da Lei dos Baldios, o fim das hostilidades, a manutenção de um clima de interajuda e de concórdia entre os conselhos directivos de baldios e os serviços florestais, bem como apelou ao papel mais activo por parte dos conselhos directivos de baldios e o reforço do secretariado, enquanto órgão de coordenação, apoio e ajuda aos conselhos directivos de baldios.

No final do debate, realizou-se um desfile pelas principais ruas de Vila Real de compartes e pastores dos baldios com gado miúdo.

Partidos da oposição exigem maior diálogo sobre CEE

O PCP, o PS e o CDS defendem que o diálogo entre o Governo e a oposição quanto às questões europeias deve revestir-se de novas fórmulas devido à renegociação dos tratados das comunidades e à futura presidência portuguesa da CEE, segundo notícia divulgada pela agência Lusa.

Cavaco Silva ouviu durante cerca de duas horas as sugestões da oposição e, no final da reunião destinada a comunicar aos partidos com representação parlamentar os resultados da Cimeira do Luxemburgo, o ministro dos Negócios Estrangeiros anunciava que vai passar a reunir-se nos meses de Julho, Agosto e Setembro com representantes dos partidos da oposição para abordar as questões comunitárias.

João de Deus Pinheiro diria também que está pronto a colaborar com as comissões parlamentares dos assuntos europeus e dos negócios estrangeiros, mesmo durante o período de férias da Assembleia da

República, para continuar o diálogo com a oposição sobre matérias comunitárias.

Jorge Sampaio, líder do PS, foi o primeiro dos dirigentes dos partidos da oposição a falar com os jornalistas após a reunião.

«Este processo é completamente desadequado em relação às matérias em jogo», afirmou Sampaio, considerando que nesta fase da integração europeia «há que criar mecanismos permanentes de consulta com a oposição».

O processo de consultas à oposição deve decorrer previamente às cimeiras europeias, no entender de Sampaio.

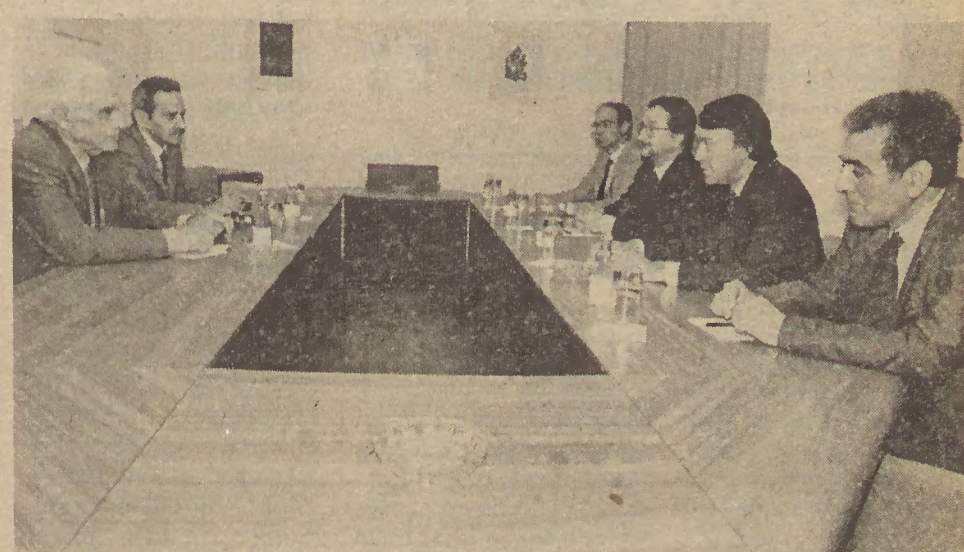
Quanto aos resultados da Cimeira do Luxemburgo, o líder socialista considerou que as questões mais importantes, nomeadamente a palavra final sobre a revisão dos tratados, foi remetida para a Cimeira holandesa de Maastricht, a 8 e 9 de Dezembro próximo.

O secretário-geral-adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, referiu que

neste encontro manifestou ao primeiro-ministro três preocupações: a necessidade de a oposição ser consultada antes das cimeiras, a «asfixia» na aplicação dos fundos estruturais por parte das autarquias e o «bloqueamento» de alguns aspectos da carta social europeia, como a redução dos horários de trabalho.

António Feu, representante do PRD nesta reunião, fez «um balanço positivo», mas defendeu a realização de maiores contactos a nível institucional sobre a questão europeia.

Freitas do Amaral, dirigente do CDS, defendeu a criação «de novos mecanismos de diálogo e de consulta entre Governo e oposição» adiantando que desde já esta obtivera duas garantias do executivo: reuniões de «representantes qualificados da oposição» com o MNE e reuniões deste com as comissões parlamentares dos Assuntos Europeus e Negócios Estrangeiros.



Encontro PCP-PRD

Uma delegação do PRD, chefiada pelo seu presidente, Pedro Canavarro, foi recebida, a seu pedido, pelo secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. O encontro decorreu quarta-feira da semana passada, no Centro de Trabalho do PCP da Rua Soeiro Pereira Gomes.

5ºs Jogos da cidade de Lisboa Participaram mais de 15 mil jovens

Terminaram, no último fim-de-semana, no Terreiro do Paço, os 5ºs Jogos da cidade de Lisboa, que envolveram 15 mil jovens nas múltiplas modalidades disputadas, o que representou um aumento do número de participantes na ordem dos cem por cento. Na foto, um pormenor de um jogo de futebol de salão.



Pessoal da AEP protesta contra despedimentos

Ameaçados com um processo de despedimento colectivo, os trabalhadores da AEP (Automática Eléctrica Portuguesa) protestaram quinta-feira passada junto à residência oficial do chefe do Governo.

O despedimento envolve 465 dos 700 trabalhadores da empresa.

Se não for evitado, o despedimento colectivo terá efeito a partir de 16 de Agosto.

É de lembrar que o Es-

tado português detém 48 por cento do capital da AEP.

Os trabalhadores pretendem que o Primeiro-Ministro intervenha no sentido de evitar que 465 pessoas fiquem sem trabalho.

A concentração de quinta-feira prolongou-se das 9 às 16 horas em São Bento.

Foram enviadas cartas a Cavaco Silva solicitando uma audiência.

Acções de luta na Petroquímica

A administração da Petroquímica e Gás de Portugal abandonou as negociações do acordo de empresa (AE). Os sindicatos e a comissão negociadora propuseram acções de luta aos trabalhadores.

Nessas acções pode incluir-se a greve, prevista pelos sindicatos para a primeira quinzena deste mês.

Estão em causa reivindicações não contempladas no acordo que os dirigentes da empresa fizeram com a UGT.

Os sindicatos sublinham

a necessidade de reajustar o enquadramento profissional e actualizar o valor da refeição nocturna.

Os aumentos salariais (13,8 por cento) acordados com a UGT são considerados insuficientes pela Federação dos Sindicatos da Química (Fequifa) e pelo Siesi (Indústrias Eléctricas dos Sul e Ilhas).

Estas organizações consideram que «a situação económico-financeira da empresa tem evoluído de forma altamente positiva nos últimos anos».

INTERNACIONAL

Saudação à 1.^a Conferência do ANC

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Nacional Executivo do Congresso Nacional Africano (ANC), a mensagem que aqui reproduzimos:

Queridos Camaradas,
É com emoção que o Comité Central do PCP saúda a 1.^a Conferência do ANC e por intermédio dos seus delegados todo o povo da África do Sul.

Ao cabo de tantas décadas de lutas gloriosas, de tantos sacrifícios o ANC, força destacada da luta contra o regime ignominioso do *apartheid*, realiza a sua primeira Conferência, inserido num processo que levará inexoravelmente ao fim do *apartheid*.

A libertação de Nelson Mandela e os acontecimentos que se lhe seguiram são o corolário de toda uma

longa luta do povo sul africano tendo o ANC à cabeça e de uma nova correlação de forças na região com a conquista da independência de Angola, Moçambique, Zimbabwe e Namíbia.

A luta do ANC, e de todas as forças progressistas e democráticas da África é, neste fim de século, marcada por fenómenos contraditórios e preocupantes, uma afirmação da força vitoriosa dos povos, quando unidos e dispostos a lutar por uma causa justa.

Somos solidários com a luta do ANC pela abolição total e completa do *apartheid* e consideramos que até à sua efectivação é fundamental manter a pressão internacional, da qual fazem parte as sanções económicas.

Condenamos a instrumentalização, feita pelas forças reacionárias dentro e fora do poder, de grupos sociais e étnicos para violentamente pôr em causa o processo de democratização da África do Sul, tentando por esse meio enfraquecer as posições conquistadas no seio do povo sul-africano pelo ANC.

Queridos camaradas,
Na actual situação internacional sobressai o hegemonismo do imperialismo norte-americano que aproveitando-se da crise da URSS e de outros países socialistas, tenta impor no

mundo os seus desígnios, como ficou demonstrado na guerra do Golfo.

Apesar dos avanços do plano do desarmamento verificados entre a URSS e o EUA, os aspectos mais agressivos do imperialismo não foram eliminados.

Só com a luta dos trabalhadores, dos povos e de todas as forças interessadas na paz é possível manter aberta a via para prosseguir o desarmamento e a cooperação.

Neste sentido torna-se hoje mais urgente o reforço da cooperação entre todas as forças do progresso social e da paz.

Camaradas,
Lutamos em Portugal por uma alternativa democrática ao actual Governo de direita cuja política realizada tem estado ao serviço da constituição de novos e velhos grupos económicos.

O objectivo do PCP é a convergência com o Partido Socialista de molde a que ambos os partidos obtenham nas próximas eleições, uma maioria aritmética e política na Assembleia da República que permita operar uma viragem na vida nacional.

O PCP considera que a fim de alcançar esse objectivo é fundamental não só retirar ao partido do Governo a maioria absoluta que actualmente detém, mas também o reforço elei-



toral do PCP e da Coligação Eleitoral CDU composta por comunistas, verdes, independentes e outros democratas que a apoiam.

Camaradas,
Expressando os nossos votos de grande êxito aos trabalhos da Conferência, manifestamos a nossa vontade de continuar a agir

para que se reforcem os laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o ANC.

Viva a 1.^a Conferência do ANC!

Viva a Amizade entre o PCP e o ANC!

Viva a Amizade entre os Povos de Portugal e da África do Sul!

Delegação do PCP no Congresso do ANC

No quadro das relações tradicionais de fraternal amizade e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Congresso Nacional Africano, uma delegação do PCP participa no Congresso do ANC que se realiza em Durban entre 3 a 6 de Julho.

Esta é a primeira vez que uma delegação do PCP se desloca àquele país.

Um difícil processo de renovação

«O partido atravessa uma fase complexa do seu processo de renovação», sublinha Marlies Deneke, vice-presidente do PDS, numa curta conversa em que ficou particularmente realçado o grande esforço — que está a ser feito pelos comunistas alemães — de reorganização e de repensar de princípios e orientações, num

quadro político e socioeconómico muito difícil.

Nesta fase de renovação, Marlies Deneke referiu, por um lado, os problemas resultantes do simples facto de hoje se contar com militantes tanto do Leste como do Ocidente, marcados «por experiências de vida completamente diferentes»; por outro, os problemas co-

muns a todo o partido.

De entre estes, Marlies Deneke destaca, como factor decisivo, a análise da História, a grande responsabilidade inerente a tal re-exame, e que deverá reflectir-se e contribuir para a construção de um socialismo democrático.

Sonja Kiesbauer, do Comité dirigente de Bona, re-

fere-se às deficiências no campo do trabalho teórico, a necessidade de «libertar o marxismo-leninismo de velhos dogmas e definir o que é útil para nós no presente». A necessidade de desenvolver trabalho teórico em simultâneo com «a análise da situação social e os processos em desenvolvimento».

E é esta situação social e os processos em curso que assumem hoje um carácter mesmo dramático para muitos alemães de Leste.

Marlies Deneke diz que o PDS esteve de acordo com o processo de unificação, mas por outros caminhos que haveria que definir através de uma procura mais demorada. O que aca-

bou por acontecer, é que «o processo de unificação em si não levou a qualquer unificação no plano económico e social, procedendo-se pura e simplesmente a uma anexação da ex-RDA». Os trabalhadores da ex-RDA viram a sua situação piorar e a economia nacional está a ser destruída. O desemprego sobe em flecha.

Face a esta situação, e embora não existam ainda «ideias claras quanto à forma de ultrapassar os problemas sociais decorrentes da unificação», o PDS bate-se em particular por que o governo «invista no emprego e não no desemprego».

No que se refere às relações bilaterais e à visita feita ao nosso país a convite do CC do PCP, o PDS defende a opinião de que «entre partidos de esquerda deverá ser implementado, mais rapidamente que até agora, um processo de mútuo entendimento». Partindo do princípio de que «ninguém está na posse de verdades definitivas», e tendo em vista a necessidade da «convergência das forças de esquerda», num momento em que o capitalismo ataca frontalmente as regalias sociais dos trabalhadores.

Delegação do PDS

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal, entre 26 e 30 de Junho, uma delegação do Partido do Socialismo De-

mocrático (PDS) da Alemanha, composta por Marlies Deneke, vice-presidente, e Sonya Kiesbauer, activista do trabalho feminino na Presidência do PDS.

Esta delegação manteve conversações com uma delegação do PCP, composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Albano Nunes, do Secretariado do CC, e Manuela Bernardino, membro suplente do CC, sobre aspectos da situação nos dois países e actividade dos respectivos partidos, bem como questões da actualidade internacional.

Foi expressa a solidariedade recíproca entre os dois Partidos. Face às medidas de discriminação e perseguição contra o PDS e, em particular, perante o recente congelamento dos seus bens, a delegação do PCP confirmou à delegação

do PDS a solidariedade dos comunistas portugueses.

Durante a sua estadia em Portugal, a delegação do PDS realizou várias reuniões de trabalho sobre diferentes áreas de actividade do PCP: sobre agricultura, com Agostinho Lopes, membro da Comissão Política; sobre o trabalho das Mulheres, com Luísa Araújo, membro do Secretariado, Fernanda Mateus, da Comissão Executiva Nacional, e Helena Bastos, do CC; sobre questões de organização, com Blanqui Teixeira, membro do Secretariado, e sobre o trabalho parlamentar, com Jerónimo de Sousa, da Comissão Executiva Nacional. A



Momento do encontro entre as duas delegações

INTERNACIONAL

Jugoslávia

Pausa no clima de tensão

A Jugoslávia vive neste momento um período de tréguas, após os confrontos armados que se seguiram à declaração de independência por parte da Eslovénia, coincidindo com um período em que a presidência da federação se encontrava paralisaada.

O acordo obtido através da mediação da «troika» da CEE (constituída pelos ministros dos Estrangeiros da Holanda, Itália e Luxemburgo) estipula, no fundamental, o regresso das tropas federais, entretanto enviadas para a Eslovénia, e a suspensão por três meses das declarações de independência, proclamadas o mês passado. A moratória deverá permitir que sejam alcançados acordos constitucionais entre as seis repúblicas e as duas províncias que compõem a federação.

Uma pausa que se afirma

num quadro de profundos problemas — de raiz histórica ou incentivados pela actual crise económica — entrecruzados de conflitos sociais e políticos.

Os conflitos, hoje reavivados, entre sérvios e croatas, vêm de longe. Entre as duas guerras mundiais, o reino da Jugoslávia viveu precisamente importantes conflitos internos, nomeadamente ligados a rivalidades entre sérvios e croatas. Então, o reino sérvio, com uma população mais numerosa, afirmava a sua hegemonia, enquanto as disparidades regionais se agravavam.

A II Guerra Mundial e a luta contra a invasão hitleriana, viriam a criar uma outra situação no país, unindo diferentes populações contra um invasor comum. A nova Jugoslávia nasceu em 29 de Novembro de 1945, e

reúne um intrincado mosaico de etnias, línguas e religiões: Mais de vinte nacionalidades coabitam num território de 255 804 quilómetros. Com excepção da Eslovénia, todas as Repúblicas são heterogéneas.

Entretanto, ao longo destes anos, e a partir desta diversidade, em simultâneo com a unidade forjada nomeadamente durante a guerra, estabeleceram-se interligações, em particular socioeconómicas, que qualquer fórmula política a estabelecer para o futuro terá que ter em conta.

A situação actual e os confrontos de nacionalidades que se estão a viver, terão a ver com uma realidade mais vasta de afirmação de identidade de diferentes povos e minorias, como com interesses e pretensões de hegemonia política, e simultaneamente não

podem ser desligados da situação de crise económica, agudizada a partir do início dos anos 80. Uma crise que tenderá a ter, no futuro, consequências no plano social não menos acentuadas do que as de hoje.

De notar que a Jugoslávia registou — numa prolongada fase da sua existência, no pós-guerra — importantes taxas de crescimento. A deterioração económica, com início nos anos 70, está também ligada à própria degradação das condições de comércio, no plano internacional, em função da política das multinacionais. De 1979 a 1985, o nível de vida caiu para valores equiparáveis aos de vinte anos atrás.

Em simultâneo com esta quebra geral, e apesar das ajudas às zonas menos desenvolvidas, as disparidades entre as Repúblicas acen-

tuam-se: no Kosovo o desemprego atinge 20% da população activa enquanto na Eslovénia é quase inexistente. Dados a que há que somar a austeridade imposta pelo FMI para o reembolso da dívida.

Todos os ingredientes para uma crise estão aqui presentes e as soluções a encontrar no imediato terão que os ter a todos em conta, mais o contexto internacional e europeu em que os factos evoluem.

Haverá um futuro para a Jugoslávia? Os factos parecem indicar que novas formas de unidade serão possíveis, nomeadamente de

carácter federativo. No plano externo, a própria intervenção da CEE testemunha, quer das preocupações, quer do interesse numa não desintegração do país (que aliás, também no plano socioeconómico, colocaria problemas incontornáveis). A União Soviética, por seu lado, manifestou-se pela «unidade e integridade territorial», afirmando entretanto reconhecer «o direito dos povos da Jugoslávia a determinarem eles próprios o seu destino». Um direito inquestionável que, neste quadro complexo, não é nada fácil de concretizar.

O papel do movimento da Paz

O lugar e o papel do movimento da Paz a partir de uma realidade marcada quer pela guerra do Golfo quer pela Cimeira de Paris sobre segurança e cooperação europeias — estiveram no centro dos debates da XIII Assembleia da Paz, que se realizou, conforme noticiámos, no passado dia 22 de Junho.

A Assembleia concluiu unanimemente que os movimentos de Paz continuam a desempenhar um papel muito importante na sensibilização da opinião pública para os problemas da paz e da guerra, enquanto voz independente e diferente, isenta das pressões do poder e dos interesses e ideologias de partidos, capaz de desenvolver de forma criadora e inovadora a análise e os caminhos para a abordagem e solução dos conflitos

entre os povos.

Da análise da situação internacional concluiu-se que, apesar de alguns sinais positivos, cada vez mais ténues, a situação se mantém contraditória e envolve grandes perigos para a paz.

Não se trata só da recente guerra do Golfo, a qual, curiosamente, qualquer das partes envolvidas procura fazer esquecer, ou manter secreta toda a dimensão da enorme catástrofe que se abateu em primeiro lugar sobre os povos do Iraque e do Kuwait, assim como sobre os povos palestino e curdo, e na prática todos os povos da região.

Os participantes nos trabalhos da Assembleia referiram também alguns sinais preocupantes de alargamento e reforço do papel da NATO e de outras instituições político-militares,

como a UEO (no momento em que se dissolve o Pacto de Varsóvia) e a recente criação de forças de reacção rápida no âmbito da NATO, condenando de forma inequívoca a participação de efectivos das Forças Armadas Portuguesas neste projecto.

Muitas outras questões foram debatidas, nomeadamente as relações Norte-Sul, o processo contraditório e complexo das negociações para a paz em Angola e Moçambique, a situação dos palestinianos, a luta do povo sul-africano e muito particularmente a situação em Timor-Leste e o crime de genocídio praticado pelo governo da Indonésia contra o povo mau-bere. A Assembleia considerou muito grave a multiplicação de conflitos raciais e étnicos, a crescente mani-

festação exacerbada dos espíritos nacionalistas, constituindo ameaça muito séria para a paz.

Neste quadro os participantes na Assembleia consideraram como indispensável a necessidade do reforço e consolidação do prestígio e da autoridade das Nações Unidas enquanto lugar privilegiado para o debate e resolução dos conflitos.

Como temas e áreas de intervenção prioritária, foram consideradas: iniciativas sobre a Segurança e Cooperação Europeias; reforço da solidariedade com o povo sul-africano e participação na organização da recepção a Nelson Mandela (na sua eventual visita a Portugal), dinamização da solidariedade com o povo palestiniano e iniciativas de solidariedade com o povo de Timor.



A delegação do PCP, composta por Álvaro Cunhal, Francisco Lopes e Albano Nunes, à partida para uma viagem a países da Ásia

Delegação do PCP ao Extremo-Oriente

«Na situação internacional que hoje atravessamos é altura para reforçar, e não para enfraquecer, os laços de cooperação entre os comunistas, entre as forças revolucionárias e progressistas no mundo» — palavras de Álvaro Cunhal quando da partida de uma delegação do PCP ao Extremo-Oriente, numa viagem que incluirá visitas à República Popular da China, República Popular Democrática da Coreia, Japão e Índia.

Iniciando a sua visita à República Popular da China, a delegação do Partido Comunista Português, composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretaria-

dó, e Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central, encontrou-se ontem com Song Ping, membro do Bureau Político do CC do Partido Comunista da China, que em seguida ofereceu um banquete de boas-vindas no Palácio do Povo.

A delegação realizou conversações com uma delegação do PCCh, dirigida por Zhu Liang, membro do CC e Chefe do Departamento Internacional e que integrava ainda Li Shu Zheng, Chefe-adjunto do mesmo departamento, Zhu Dacheng, e outros camaradas.

A visita prossegue com a realização de outros encontros e conversações previstos.

Médicos contra a guerra nuclear reunidos em Estocolmo

Reunido em Estocolmo, o X Congresso Mundial da International Physicians for the Prevention of Nuclear War (IPPNW), que terminou dia 1 de Julho, centrou os seus trabalhos na necessidade de mudanças profundas, para que não mais seja possível uma devastadora guerra como foi a do Golfo Pérsico.

Realizaram-se sessões especiais sobre o Médio Oriente em que foram apresentados os elementos até agora disponíveis sobre as destruições causadas pelas operações militares, o seu

impacte sobre o ambiente e a saúde dos povos da região, com particular ênfase sobre as consequências dos incêndios que continuam a consumir centenas de poços de petróleo, e sobre os problemas de saúde das populações deslocadas e refugiadas.

Carl Sagan, astrónomo norte-americano particularmente conhecido entre nós pelos seus trabalhos de divulgação científica transmitidos pela televisão, apresentou o relatório sobre «O estado do nosso planeta», incluindo o desastre am-

biental resultante da guerra do Golfo.

Um outro importante assunto em debate: o que se refere às consequências da produção de armas nucleares para saúde e ambiente, o papel dos laboratórios de armas secretas no prosseguimento da corrida armamentista nuclear e as forças económicas que impulsionam a produção de armas e a sua exportação.

Outro tema do Congresso foi a «Comunicação», também na perspectiva do modo como os *mass media* dão forma a métodos alter-

nativos de resolução de conflitos e percebem a ameaça nuclear.

No Congresso participaram mais de dois mil médicos de setenta e dois países representando as respectivas associações nacionais.

Três membros da Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear tomaram parte nos trabalhos. Foram recebidas mensagens de chefes de Estado e de governo de muitos países, nomeadamente do presidente português.

Saudação a Du Muoi

Por motivo de eleição de Du Muoi como secretário-geral do Partido Comunista do Vietname, o secretário-geral do Partido Comunista Português enviou ao camarada Du Muoi a saudação que transcrevemos.

Querido camarada:

Por motivo da sua eleição como secretário-geral do Partido Comunista do Vietname transmito-lhe as nossas fraternais saudações.

A evolução da situação mundial, com os acontecimentos nos países do Leste da Europa, as mudanças na correlação mundial de forças e novas expressões na natureza exploradora e agressiva do imperialismo e dos seus novos planos de hegemonia mundial, torna-se mais necessária do que nunca a amizade e solidariedade recíproca dos partidos comunistas e de todas as forças progressistas. São razões bastantes para confirmarmos o profundo interesse dos comunistas portugueses no fortalecimento das tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade entre os nossos dois partidos, no interesse da causa comum do socialismo.

Quando o helicóptero da Força Aérea Portuguesa desembarcou um conjunto de personalidades no campo de treinos do Estádio da Luz, as dezenas de milhares de pessoas que cercavam o edifício ondularam e vergaram às rajadas de pó, muitas abrindo-se nas bandeiras que empunhavam, todos defendendo o rosto e os olhos, ninguém esmorecendo no ímpeto apaixonado que ali os levava para apoiar a nossa selecção de futebol de sub-20. A equipa dos jovens atletas entrara pouco antes em autocarro, aos olhos e aplausos da multidão para uma jornada inesquecível e, meia hora depois, todos cumpriam os gestos do que ali os convocara: os atletas, nos balneários, equipando-se para uma final memorável, os 120 000 espectadores construindo nas bancadas do recinto o apoio concreto das grandes multidões após trajectos superlotados, várias horas do sol e, até, o pó necessário à cómoda viagem dos maiores deste País, enquanto estes passeavam nas entranhas luxuosas do Estádio um apoio alcatifado que todo o País, menos o recinto da Luz, ia vendo pela televisão. Estava montado o espectáculo. Feito, como sempre, de pequenas e grandes representações a entretencer esse outro grande encontro que é, também sempre, o do público com os artistas, o seu trabalho e o espectáculo em si. Ganha que foi a Taça, sofridos, apaixonados e passados os 120 minutos de jogo, vistos, ouvidos e lidos todos os pormenores desta grande final do Campeonato Mundial de Futebol de Juniores, é deste espectáculo dentro do espectáculo que vamos falar, no quadro de uma realidade que salta à vista — a presença maciça da juventude neste e noutros actos desportivos, num crescendo que não se explica como linear epifenómeno do Campeonato Mundial de Juniores entre nós realizado.

A sombra dos jovens na Luz da

Às cinco da tarde — uma hora depois da abertura dos portões do Estádio da Luz e duas antes do início do Portugal-Brasil — as imediações do grande recinto benfiquista fervilhavam de gente e bandeiras, churascos e apitos, pregões de vendedores e coros improvisados. A cor e os coros eram, de resto, a nota dominante no ondular permanentemente duma multidão que não se cansava de chegar e de gritar, saindo em golfadas das bocas do Metro, das

filas de autocarros, das estradas próximas, numa vertigem que afunilava no túnel de acesso ao estádio onde o eco convidava a todas as estridências.

Sendo já em si esmagadora a multidão que continuamente emergia do vasto túnel de acesso para, de imediato, se abrir em duas vagas que abraçavam a cintura do recinto, o que mais impressionava era a juventude evidente do público. O que se reflectia na qualidade e intensidade das manifestações que ritualizam estes espectáculos, quer pelo fôlego nas, digamos, «expressões sonoras», quer pela alacridade que impetuosamente evoluía com as próprias multidões.

Mas não era necessário esforço interpretativo para denotar a presença esmagadora da juventude na final Portugal-Brasil; bastava olhar os rostos e os corpos, os gestos e os jeitos que animavam as massas de espectadores para se chegar a essa evidência. E é aqui que bate o ponto, convindo, por isso, ouvir opiniões qualificadas.

Por exemplo, para o professor Melo de Carvalho, com quem conversámos no meio da euforia da vitória dos nossos jovens (e de quem registámos, em primeiro lugar, «a grande satisfação pela vitória de Portugal, como prova da grande capacidade da nossa juventude e do que ela não faria, ainda muito mais, se tivesse condições para uma vida diferente!»), a juventude tem hoje «um peso de carácter social, cultural e económico que tem vindo a aumentar constantemente», num quadro em que «toda a sociedade portuguesa está em grande transformação, quer em relação a si própria quer ao desporto», colocando, a este, novas questões.

Da mitologia à prática

Uma dessas questões estava ali, afluindo aos por-

tões do Estádio da Luz e inundando o recinto com o que ele tem de mais impressionante: a capacidade de albergar 120 000 pessoas (ainda por cima maioritariamente jovens) à volta de um espectáculo de futebol. Por quê tanto entusiasmo durante as horas que estiveram no Estádio e a assistir ao jogo? Concentrando-se no objectivo central de apoiar a nossa selecção, eles lá estavam, movidos por inesgotável energia, ora ondulado movimentos que percorriam todas as bancadas, ora comandando coros que inflamavam o estádio, impondo aplausos e protestos, vaías e incitamentos e até a tensão do silêncio.

Mas se o jogo era o objectivo, nem sempre foi o objecto das atenções. Como em qualquer manifestação de massas, o pormenor construía o conjunto ou aproveitava-se dele, aqui exibindo manifestações cuidadosamente ensaiadas em casa, ali criando outras no improviso da vizinhança, além respondendo à procura de um tom que, a coberto da festa, desse de qualquer modo expressão aos sentimentos individuais. A mitologia do futebol, como qualquer alienação, é um escape adequado para as frustrações pessoais do cidadão e, em particular, dos nossos jovens que se debatem com crescentes problemas de trabalho, habitação, formação profissional, etc. Homenagear os jovens da selecção é, nesse sentido e para os outros jovens, uma transferência afectiva com o seu quê de redentor.

Por isso «será bom não sobrevalorizar o tipo de resposta que o desporto dá à juventude, querendo parecer que a actividade desportiva é a questão principal da vida dos jovens, que não o é», como nos comentava o professor Melo de Carvalho, considerando que neste processo «há que considerar a emergência de novas necessidades da juventude,

por um lado, e por outro a ausência de resposta a essas necessidades por parte da sociedade».

Era contudo óbvio, no Estádio da Luz no domingo passado, que os jovens encontram no desporto motivos suficientes para uma forte adesão, mas a questão, como também a colocava o professor Melo de Carvalho, estará em averiguar «se é uma adesão à prática do próprio futebol, ou só à sua mitologia», considerando que se verificam as duas coisas: «alguma adesão à prática do futebol, tornada difícil por falta de estruturas (é ver a situação das escolas e dos próprios clubes), e, por outro lado, é também a imagem do êxito possível que os jovens têm à sua frente, concretizado na equipa portuguesa, e que ambicionam igualmente para as suas vidas. Trata-se de um fenómeno contraditório, como contraditória é a vida dos jovens na actualidade».

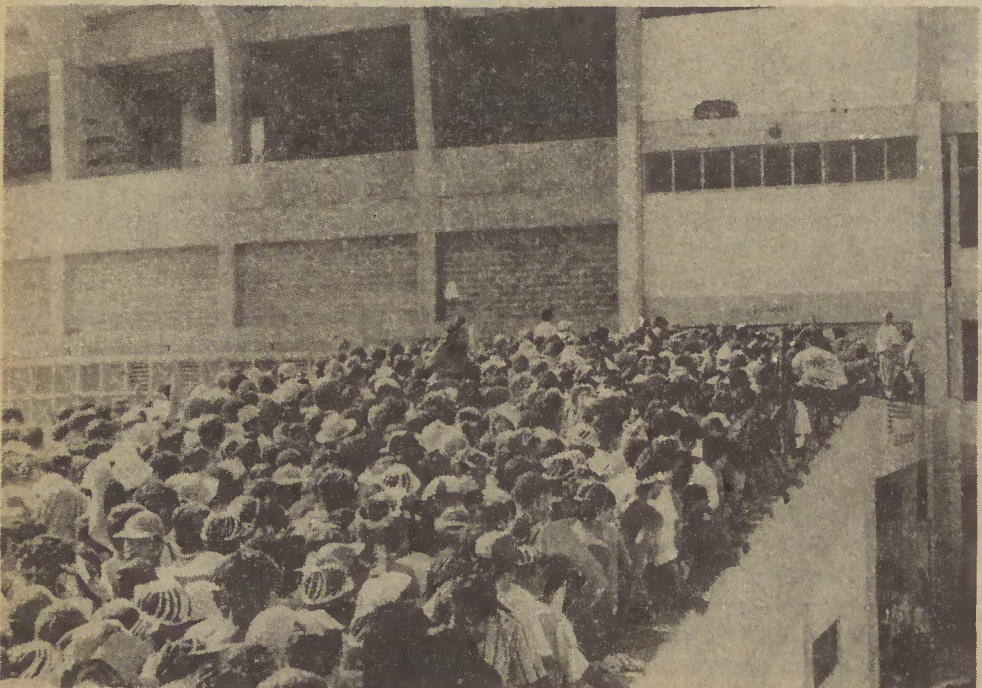
Por quê tanto entusiasmo?

Portanto de novo a pergunta: Por quê tanto entusiasmo e que fazer dele?

Para o jornalista Carlos Pinhão, um homem com a vida quase toda ligada ao desporto, e que também encontramos nesta «gesta» de domingo, «o futebol continua a ser um espectáculo com um extraordinário poder de atracção», como mais uma vez se viu nesta final, e «quando se diz que o futebol sem golos não tem piada», o jogo de domingo passado deu uma resposta concludente pois «decorreram duas horas sem qualquer golo e não consta que alguém tivesse desistido de seguir até final o emocionante duelo travado entre os jovens portugueses e brasileiros». Quanto à presença maciça dos jovens (que não pode ser apenas explicada pelo preço mais barato dos bilhetes), impôs-se «não fazendo questão de levar bandeiras de todas as



Dois horas antes do encontro já a multidão saía em golfadas das bocas do Metro, das filas de autocarro, das estradas próximas, numa vertigem que afunilava no túnel de acesso e dele emergia para se abrir em duas vagas que, logo, abraçavam a cintura do recinto



Cada entrada do Estádio era um mar de jovens



a festa!

AMORA-SEIXAL • 6, 7 e 8 SETEMBRO

Avante!

Director

António Dias Lourenço
SUPLEMENTO N.º 3
4 de Julho de 1991
Não pode ser vendido
separadamente



QUE SAUDADES TEMOS

FALTAM
SÓ
DOIS
MESES!

Faltam apenas dois meses! A seis, sete e oito de Setembro lá estaremos, todos, para o reencontro.

Reencontro com um país que na Atalaia se expõe em modos próprios de ser, de estar colectivo, em torno da alegria, do riso, da ternura...

Para lá de outros significados «Avante» e «Atalaia» são sinónimos daquilo a que nós, os comunistas, chamamos «a festa!»; maneira simples de retratar aqueles encantos, aqueles cenários, cores, sons, luzes, sentimentos, objectos, pessoas, trabalho...

Coisas novas, surpresas, alegrias grandes e pequenas; que nos são caras...

É na Atalaia; num local à borda do Tejo, ali ao Seixal.

Chama-se, mais uma vez, Festa do «Avante!».

Já houve quem definisse a «festa!» como o lugar de todos os encontros. Assim é: nesta «festa!» ciclicamente desaguardam mundos vários. Contados em colóquios, cantados em

música, mostrados em artes plásticas. E teatro, e desporto, e folclore, mais artesanato, jogos tradicionais, gastronomia.

Com o nosso povo e outros que cá se vêm mostrar.

Uma esplanada com vista de privilégio para o Tejo, as

cancões do imenso Palco 25 de Abril escutadas em novo

anfiteatro, os livros, a Bienal, o Inforfesta, a Cidade

Internacional, as exposições políticas.

Será, mais uma vez, um encontro, precedido de outros onde você poderá estar.

O encontro com muitos muitos amigos que no terreno, em sucessivas jornadas de trabalho (também outra forma de festa) ajudam a construir esse mundo com vida de três dias,

marcados para daqui a dois meses.

Há outras formas de ajudar a nascer esse mundo. Há outras formas de tomar parte na realização da «festa!». Uma delas é

adquirindo uma Entrada Permanente (EP) para os três dias que farão a história que será feita e contada depois de longos

meses de preparação.

Para além de tudo o que uma EP oferecerá ao seu possuidor na Atalaia em Setembro, a sua compra antecipada tem esta

imensa qualidade: participar na concretização de um grande

acontecimento, tornando-o melhor, mais rico, mais

diversificado, mais de todos...

Talvez queira participar, desde já...

Assinale na agenda os dias seis, sete e oito de Setembro. Para chegar à «Atalaia» há quem trabalhe a preparar os acessos

mais fáceis, os possíveis. Por estrada ou atravessando a ponte «25 de Abril». Talvez até a disfrutar de uma viagem

pelo Tejo, do Terreiro do Paço ao Mar da Palha, desaguardo depois na «festa!».

Faltam só dois meses para irmos à «festa!». Que saudades temos...

Carlos Lopes e Albertina Dias

estão com a Corrida da Festa

Albertina Dias e Carlos Lopes são dois dos grandes nomes do atletismo português que deram já o seu apoio à realização de mais uma edição da «Corrida da Festa». Muitos outros nomes importantes ligados à modalidade têm vindo a anunciar o seu apoio a esta iniciativa já com tradições no calendário desportivo nacional, através de depoimentos que iremos divulgando ao longo das próximas semanas neste suplemento dedicado à «festa!».

Albertina Dias será uma das atletas de alto nível que participará mesmo na competição, facto que no seu caso pessoal ocorre pela primeira vez, algumas semanas depois desta atleta marcar presença nos campeonatos mundiais de atletismo, que irão ter lugar no próximo mês de Agosto. Albertina representa as cores do Maratona Club de Portugal e tem há anos o estatuto de alta competição. Do seu curriculum desportivo avultam a vitória nos três mil metros, de que é detentora do record nacional em pista coberta, na Taça da Europa, em Viseu no passado mês de Junho, e a conquista do segundo lugar no campeonato do mundo de corta-mato. Tal significa que Albertina atingirá a «Corrida da Festa» numa forma que se aproximará certamente ao ponto mais alto este ano conseguido pela desportista.

Carlos Lopes, por seu lado, já não é um «estranho» à «Corrida da Festa», pois para além de diversas vezes ter manifestado o seu apoio à iniciativa, como este ano mais uma vez sucede, ainda no ano passado deu o tiro de partida à prova.

Uma prova que no próximo dia oito de Setembro iniciar-se-á e concluir-se-á junto ao campo do Amora efectuando um percurso com cerca de 14 quilómetros aberta a todos os que desejem nela participar, em todos os escalões. As inscrições são gratuitas e deverão ser efectuadas entre o próximo dia 22 de Julho e dois de Setembro, pessoalmente na Avenida António Serpa, nº. 26 2º. esquerdo, 1000 Lisboa, das 9 e 30 às 13 horas e das 14 às 18 e 30. Os atletas também podem inscrever-se pelo correio, enviando para a mesma morada o seu pedido. Neste caso a entrega dos dorsais será feita no próprio dia da corrida, a partir das oito horas, junto ao campo do Amora.

O responsável pela organização das iniciativas desportivas na Festa do «Avante!» é Augusto Flores e a Comissão de Organização da IV Corrida da «festa!» é composta pelos seguintes elementos: Costa Lourenço, Carlos Marques, Vladimiro Simões, Orlando Duarte, António Borges, Lisete, Regina, Antonieta Lourenço, Luís Barroso, Américo Ferreira, Vítor Reis, Rafael Cândido, José Carlos, José Jorge, Galvão Correia e António Vilela.



«Dentro daquilo que a Corrida da Festa do «Avante!» nos habituou com muitas pessoas a colaborarem com a sua participação, não deixará com certeza, este ano, de ser uma competição à altura das responsabilidades já adquiridas nas edições anteriores. Faço votos para a sua continuidade com êxito de que são capazes as pessoas experientes que a organizam.»

Carlos Lopes

«Apoio a Corrida da Festa do «Avante!», pois a organização bem o merece. Foi em corridas como esta que apareci para o atletismo. Não podendo estar presente em edições anteriores, por variadas razões, este ano vou estar presente, dando assim o meu contributo à organização.»

Albertina Dias

Jornadas de Trabalho

Transportes de Cacilhas ao terreno

Os comunistas orgulham-se de, com as suas mãos, o seu esforço, a sua imaginação, o seu trabalho terem a capacidade de ajudar a construir anualmente um acontecimento com as características da Festa do «Avante!». É o esforço de muitos milhares, que ao longo dos meses concebem e constroem a «cidade de três dias» a representar em cor, luz e som o país que nós somos e a visão do mundo que temos.

A participação dos comunistas e de muitos amigos nas Jornadas de Trabalho

que até Setembro todos os fins-de-semana ocorrem na Atalaia é pois um acto importante e imprescindível para a concretização da «festa!».

Todos os anos assim é.

Aqui fica a notícia da existência de transportes para todos os que desejem participar nessa outra festa que são estas Jornadas de Trabalho: para a região de Lisboa, tal como o ano passado, partirão autocarros para o terreno da «festa!» de Cacilhas em frente ao refeitório da Parry & Son.

Já nos próximos sábado e domingo têm marcadas jornadas de trabalho as organizações do PCP do sector público e de Cascais enquanto para o fim-de-semana posterior, a 13 e 14 de Julho, contar-se-á com a presença na Atalaia das organizações de Loures, zona ocidental de Lisboa, célula da Câmara Municipal de Lisboa, Amadora, sector sindical, Alenquer, Arruda e Azambuja.

MÚSICA EM LISBOA

Se a «festa!» é um local de encontros, um dos pontos de encontro obrigatório é o Café-Concerto no espaço reservado a Lisboa. Entre um momento de descanso, uma conversa, uma bebida, as oportunidades de entretenimento serão várias: marcante no Café-Concerto da «festa!» será este ano a música - de África, do jazz ou da música popular portuguesa.

Dois palcos, um bar e um restaurante compõem a estrutura essencial deste espaço que se quer aprazível, com alguma capacidade de isolamento do que exteriormente vai ocorrendo, e com uma decoração agradável, convidativa à permanência.

Dissemos que a música iria ser ponto frugal do programa do Café Concerto. É verdade, mas o jazz, a música popular portuguesa e africana para além de se irem ouvir em espectáculos ao vivo serão motivo para conversas/debates, exibições de *slides* e vídeo. Obrigatório será, sempre, dançar...

Filmes dos anos 30 e 40

Mas há outros assuntos a abordar, outras formas de entretenimento a oferecer pelos responsáveis deste espaço: «à conversa» vão estar convidados e visitantes sobre temas como as tradições e a cultura popular.

Um dos pontos de partida para essas discussões será a exibição de uma montagem de cenas de filmes portugueses dos anos 30 e 40.

Conversas que serão igualmente forma de reconstituir as «tertúlias» que os intelectuais lisboetas constituíram e animaram nos anos do pós-guerra. A morte este ano de Michel Giacometti será também assinalada no Café-Concerto da DORL. A evocação do seu trabalho, insubstituível para a música tradicional portuguesa, será motivo para se escutar música e se falar dela.

Mas não só de música irá viver o espaço concebido pela DORL, essa Lisboa que ocupará parte substancial

da «festa!», sensivelmente na mesma zona do ano passado.

Feira da Ladra

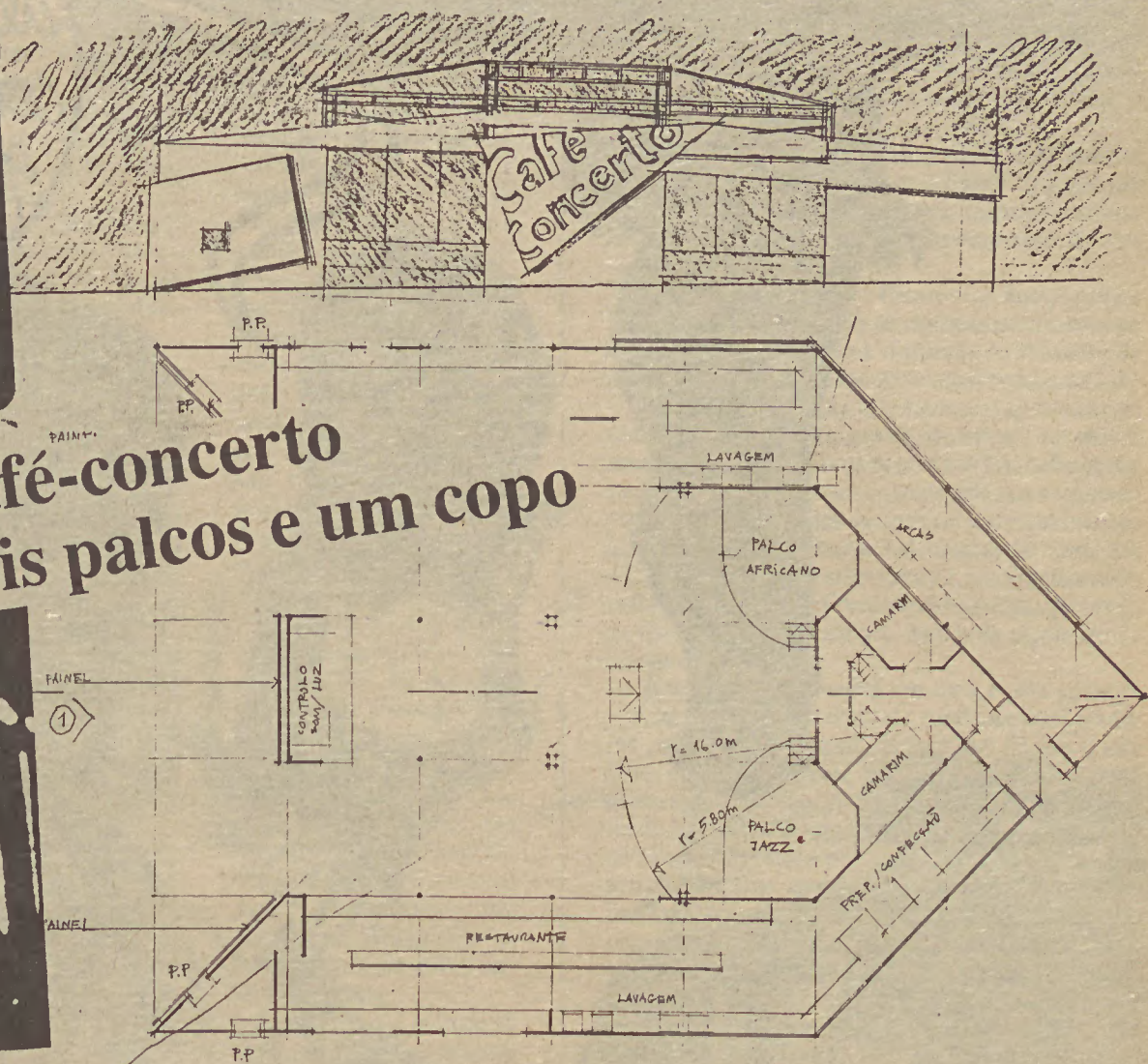
Para Lisboa está programado todo um conjunto de actividades que têm particular atenção às componentes culturais que representam mais significativamente a cidade. Diversas formas artísticas vão ali expressar-se e, claro, a gastronomia terá um papel determinante, com os tradicionais fornos de Vila Franca a serem instalados na «festa!».

Para além disso estamos em condições de anunciar a realização de uma Feira da Ladra, a reproduzir uma das manifestações mais genuínas e populares da capital do nosso país.



O café-concerto na zona de Lisboa será um dos locais mais aprazíveis da «festa!». Música, dança, conversas e Giacometti vão lá estar.

**Café-concerto
dois palcos e um copo**



FESTIVAL DA CANÇÃO JUVENIL

Uma das iniciativas para a «festa!» deste ano levadas a cabo pela Direcção de Organização Regional de Lisboa (DORL) e pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP) é a terceira edição do Festival da Canção Juvenil que no fim-de-semana passado, na Amadora, apurou já as bandas que irão apresentar-se na Atalaia.

Apurados ficaram os Tusa Lusa, os Vera Cruz e os Pagem, bandas vencedoras na modalidade de música rock.

A modalidade de Música Popular não teve nenhum participante. O único solista a concurso não compareceu.

As organizações regionais de Lisboa do PCP e da JCP haviam seleccionado 21 bandas de quatro concelhos (Loures, Amadora, Lisboa e Vila Franca de Xira) de entre as seis dezenas de inscrições vindas de todo o distrito, concorrentes às modalidades de música rock e solista.

Do primeiro ao 17º. lugar, a classificação final ficou assim ordenada: Tusa Lusa, 38 pontos; Vera Cruz, 36 pontos; Pagem, 32; Pátia e Zé Manel Suicida, 30; Orelha Gogh e Coty Cream, 29 pontos; Mata Hari 28; Estalada Total, 27; Grupo Alto Risco, 26; Bartolomeu Pirata, 25; Contrabanda, 24; Actus Tragicus, 23; Má Honda e Barba do Syd Adão, 21; e Tropa Morta, 20 pontos.

Apuradas três bandas para a Atalaia

«EP»

— entrada permanente — é o nome do pequeno bilhete que dá acesso ao recinto da «festa!» durante os três dias da sua realização. Não é preciso discutir muito para adquirir uma, nem sequer fazer rimas ao desafio. Basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP, em todo o País, e nas mãos de dezenas de milhares de activistas. A «festa!» está aí a chegar! Compra já a tua EP!

O Sol bate-me na Testa
estou farta de esperar,
nunca mais começa a Festa
para vós irmos dançar...

Setembro é que é o mês
de mostrar o nosso feito
compra já a tua EP
que o traje está a preceito!





A moldura impressionante do Estádio da Luz, momentos antes do jogo Portugal-Brasil

vitória

■ Henrique Custódio

cores clubistas para apoiar a equipa nacional, constituindo uma bela demonstração desse extraordinário poder de sedução do futebol, apesar de todos os maus tratos que lhe são infligidos amiúde pelos ditos responsáveis».

No mesmo sentido se pronunciou o professor

falível o aproveitamento do júnior como sénior, bem se sabe que vão ficar pelo caminho muitos daqueles que mais agora prometeram, como também é verdadeira a inversa de aparecerem em grande plano seniores que passaram despercebidos quando juniores, mas não se lhes feche as portas antes de

Quem não perdeu tempo com reflexões foi este Governo, que não hesitou em se pendurar no esforço e no talento da jovem equipa nacional para contabilizar méritos alheios.

Fielmente seguidos por uma equipa de televisão, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva e o ministro da Educa-

ficava a desconfiar que a brilhante prestação da equipa portuguesa saíra directamente duma reunião de Conselho de Ministros.

Roberto Carneiro, a quem, decerto, foi distribuído um papel mais solto e menos institucional, atordoadou os microfones com a confissão dos «nervos que sofreu», da excitação em que estava, do orgulho que tinha na «vitória da nossa juventude» e da vergonha que não teve em atribuir «ao trabalho deste Governo» a revitabilização do desporto em Portugal, quando se sabe como a ponto de a FIFA ameaçar, há um ano e tal, retirar-nos a sua organização — isto para não falar do desprezo permanente, grosseiro e generalizado do executivo de Cavaco Silva para com a prática desportiva, seja nas escolas ou nos clubes, nas colectividades ou nas federações, do Minho aos Açores, continuando a impor ao País uma miséria infra-estrutural de nível terceiro-mundista.

E pensar o que se poderia fazer, só no plano desportivo nacional, com os nove milhões de contos dados como «prenda» à empresa que adjudicou a auto-estrada do Estoril se ela a terminar antes das eleições...

E todos cumpriram, assim, os gestos do que os levava ao Estádio da Luz: a grandiosa multidão, eminentemente de jovens, dilatando pela cidade a alegria de uma vitória que, se não emerge dum desporto que todos têm condições para praticar, ao menos mostra como sonhar é bom, a magnífica equipa de Carlos Queirós, que tão garbosamente demonstrou o que também nós, portugueses, podemos fazer quando temos um mínimo de condições para isso, o Governo de Cavaco Silva, que se não demonstrou que foi, ele próprio, o inventor da bola de «cautchu», andou lá perto.



Jovens, sempre os jovens

Melo de Carvalho, fazendo notar que «apesar de todo o futebol nacional estar a viver uma grande crise», a brilhante carreira da selecção portuguesa aglutinou, sem dúvida, crescentes entusiasmos entre a juventude. O porquê dessa brilhante carreira está «num trabalho feito com condições mínimas, como as que foram dadas à formação orientada por Carlos Queirós, o que deu logo os seus frutos». E sublinhava: «Por aqui se vê onde poderia chegar o desporto nacional em geral se lhe fossem dadas condições de funcionamento...».

Para Carlos Pinhão, e referindo-se concretamente à nossa selecção de futebol, «agora convirá retirar deste êxito todos os ensinamentos devidos — bem se sabe que é

lhes serem concedidas as hipóteses de prosseguir uma carreira em que se iniciaram de forma tão auspiciosa, não se lhes barre o caminho natural da promoção à categoria principal dando a preferência desenfreada a jogadores estrangeiros de nível e de rendimento sempre duvidosos».

E mais: «Tudo isto que acontece no futebol, mais grave se torna naquelas modalidades que não têm receitas de bilheteira que justifiquem esses investimentos volumosos em jogadores estrangeiros», pelo que deseja «que esta bela jornada que os nossos futebolistas juniores proporcionaram constitua um motivo mais de reflexão que tenda para a construção de um desporto preferentemente de portugueses para portugueses».

ção Roberto Carneiro — indiferentes aos clamores do Estádio que, de resto, lhes ignoraram a presença — encenaram durante todo o espectáculo a sua própria representação para o País, ora cumprimentando de frente para a câmara enquanto fingiam não dar por ela, ora afixando entusiasmos que sabiam indispensáveis ser vistos em casa dos eleitores.

Cavaco Silva — que, de tanto almoçar e confraternizar com os jogadores portugueses nos dias que antecederam a final, acabou a dar a impressão que já fazia parte da equipa — sorriu, no final, o primeiro comentário que a RTP procurou, assumindo a vitória ainda quente do fulgurante remate de Rui Costa como algo de tão «nacional», de tão «prestigioso», que se

A ESCRAVIDÃO DOS JOGADORES

Os juniores são hoje heróis. Mas o futuro é condicionado. Como aos mais velhos, *oferecem-lhes* a Lei das Transferências.

Muitas palavras de apreço pelos jovens portugueses que no estádio da Luz se sagraram campeões mundiais de sub-20 em futebol foram proferidas após o jogo com o Brasil por dirigentes de clubes desportivos nacionais. Muitos prometeram mesmo dar possibilidade a esses jovens de virem a actuar nas equipas principais dos clubes de primeira grandeza no nosso futebol, com preferência em relação a jogadores estrangeiros.

Boas vontades aparentes apelaram ao fim da situação criada com os jogadores igualmente campeões mundiais em Riade — grande parte deles *arrasta-se* pelos bancos dos suplentes (quando para tal chegam a ser convocados) ou joga em equipas de divisões inferiores desde que há dois anos obtiveram o título máximo da modalidade do escalão etário a que então pertenciam.

Mas nos bastidores, e enquanto decorria o campeonato do mundo, o Pleno do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol (que em última análise é resultado da vontade expressa eleitoralmente pelas associações de futebol, logo dos dirigentes dos clubes) confirma a chamada Lei das Transferências.

O futuro profissional e competitivo destes jovens poderá passar pelas determinações dessa lei.

Será muito difícil, para eles, abandonar os clubes a que estão vinculados (com a possibilidade de melhorias económicas e competitivas) e para o patronato cria-se uma situação legal que permitirá a manutenção, durante anos, do mesmo nível salarial.

Ao tomar esta decisão o Conselho de Justiça declara improcedente a pretensão de algumas associações de impugnar esta lei e ignora o parecer do Provedor de Justiça que considera o regulamento inconstitucional.

Este tipo de posição não é novo, já que desde há muitos anos que os dirigentes do futebol, em todo o mundo, das federações nacionais à FIFA, defendem a alegada ilegitimidade dos poderes judiciais e legislativos nos diversos países em intervir nos regulamentos que governam a vida do futebol, mesmo que, como diz o Provedor de Justiça sobre esta lei, tais regulamentos «afrontem o direito da liberdade de trabalho, o princípio da igualdade e, mais do que isso, o da dignidade da pessoa»...

Ironicamente há poucas semanas, e pela primeira vez, os clubes acordaram com o Sindicato dos Jogadores um contrato colectivo de trabalho. Só que o teor deste documento criado pela Liga dos Clubes (uma associação dos clubes com equipas nas divisões cimeiras do futebol que pretende a sua integração na estrutura de Federação) vem na prática fazer abortar esse acordo e, inclusivamente, aproveita-se dele para justificar a Lei das Transferências quando é reconhecido no contrato colectivo o legítimo direito dos clubes em serem compensados pela formação ou promoção do jogador de futebol.

Para muitos clubes, economicamente será muito importante uma verdadeira aplicação desta Lei. As pretensões do patronato são tão sérias que até o *papão* comunista tratou de ser levantado por Valentim Loureiro, presidente do Boavista e da Liga dos Clubes, ao *dennunciar* a intervenção do Partido Comunista no processo, depois de uma tomada de posição do PCP sobre esta matéria.

Restará agora saber, depois do que dizem o Provedor de Justiça, algumas associações e o Sindicato dos Jogadores, se se registará mais uma vez aquilo que o Provedor denuncia: «as pessoas ficarem sujeitas à indiferença do Estado, num complacente *laissez passer*, perante o exorbitante uso de poderes públicos que a certas entidades são atribuídos ou consentidos na sua área de actividade».

Esta lei pretende regular o processo de transferências dos jogadores de futebol e estabelece todo um agravamento financeiro para o clube potencialmente comprador que provocará, na esmagadora maioria dos casos, a desistência de contratação.

Se não houver ninguém interessado em pagar essas quantias, o jogador fica automaticamente ligado ao clube com que tenha firmado pela última vez contrato e sem qualquer actualização salarial.

Uma situação de «esclavagismo», no dizer do advogado do Sindicato dos Jogadores.

No fundo, a reedição do famigerado *direito de opção* em vigor no tempo do fascismo.

Regionalização

O feito e o muito por fazer

A Assembleia da República aprovou por unanimidade nos últimos dias da presente legislatura a Lei Quadro da Regionalização o que indicia uma, pelo menos aparente, confluência de vontades. O acontecimento em si tem significado, mas exige uma séria e rigorosa leitura política do processo que conduziu à sua aprovação, das perspectivas e desenvolvimentos previsíveis.

A dimensão e importância nacional que a regionalização assume não aconselha à sua redutora e individual apropriação por esta ou aquela força política. Mas não impede, antes pressupõe, uma avaliação dos contributos ou impedimentos aduzidos por cada partido neste já longo processo que urge não deixar eternizar.

O Governo e a sua maioria procurarão apresentar-se, agora que a Lei-Quadro foi aprovada, no papel de dever cumprido e não resistirão, por certo, à tentação de acrescentar tal evento à galeria dos pretensos êxitos governativos diariamente expostos pela comunicação social aos olhos dos portugueses. Assim deve ser entendida a pronta conferência de Imprensa dada pelo ministro Valente de Oliveira para assinalar o evento.

É por isso necessário que neste momento se afirme que tal acontecimento não constitui uma súbita conversão do PSD à causa da regionalização e aos conceitos de democracia participativa e descentralização que ela encerra.

Constituirá um logro querer parecê-lo e um grave erro de avaliação crer em tal.

Não subestimamos o significado da aprovação do diploma na Assembleia da República. Com a sua aprovação é removido um dos muitos obstáculos artificialmente atravessados no caminho da regionalização do país. É por isso um passo e não pouco importante.

A verdade, porém, é que o Governo tem pouco, muito pouco, a ver com esta Lei-Quadro quer no que respeita ao conteúdo quer quanto ao movimento social que a acabou por impor.

A versão final da Lei-Quadro acolhe um vasto conjunto de alterações, para as quais o PCP contribuiu de forma muito significativa, que se traduzem numa evolução positiva assinalável.

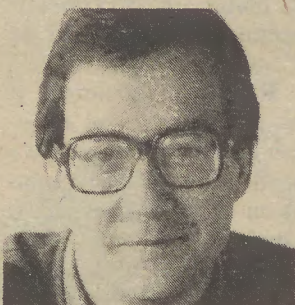
São de registar, entre outros: o alargamento do elenco de competências a matérias como turismo, rede viária, património, planeamento; ampliação da representatividade da assembleia regional com aumento do número de membros quer eleitos directamente pela população, quer pelas Assembleias Municipais; a redução dos poderes da figura do governador civil regional; a salvaguarda explícita das competências e autonomia do nível municipal; soluções menos centralizadoras no domínio dos instrumentos de planeamento.

Não foi possível, porém, ir mais além em algumas outras matérias. Mantêm-se, apesar de reduzidos, poderes excessivos na pessoa do representante do Governo nas regiões, a recusa do método proporcional na eleição da Junta Regional e, acima de tudo, a existência de um conjunto de disposições inexplicavelmente vagas, a obrigar a novas iniciativas regulamentadoras e legislativas.

Por outro lado a sua aprovação constitui não uma dádiva do Governo, mas um recuo imposto pelos que há muito lutam e reclamam pela criação das regiões administrativas.

O movimento social em defesa da regionalização é um protagonista não pouco relevante no resultado agora obtido. Um movimento social que traduz e confirma uma profunda identificação e aspiração populares que, em vésperas de período eleitoral, o Governo e o PSD consideraram recomendável não afrontar.

A aprovação da Lei-Quadro não iliba o Governo pelo protelamento injustificado imposto ao processo de regionalização, nem permite que se apresente ao país como tendo dado solução à criação das regiões.



JORGE CORDEIRO
Membro suplente do CC

A aprovação da Lei-Quadro não iliba o Governo pelo protelamento injustificado imposto ao processo de regionalização.

Nada justifica, a não ser uma deliberada intenção nesse sentido, que se tenham deixado correr quatro anos de legislatura para dar um passo possível logo no seu início, bem como o conteúdo vago e pouco preciso que procurou manter na Lei-Quadro.

Impõe-se alargar no movimento social e na opinião pública a ideia de que a Lei-Quadro não significa por si só a regionalização. Impõe-se agora um conjunto de novos procedimentos que porão uma vez mais à prova a vontade política em regionalizar.

A aprovação da Lei-Quadro repôs em movimento o processo institucional da regionalização exigindo agora

que sobre ele se faça incidir o esforço e a pressão necessários para não permitir que volte a parar.

A consagração no texto da Lei-Quadro da disposição que possibilita eleições regionais em 1992 representa uma importante conquista conseguida que é necessário agora viabilizar.

Fazer de 1992 o ano da instituição das regiões é um objectivo realista a constituir um desafio e um elemento de clarificação de posições.

Impõe-se avançar decididamente no início da próxima legislatura com a definição da proposta de áreas de partida, regime de finanças regionais, regulamentação de transferência de competências e serviços e dos contratos-programa.

Uma lei de áreas de partida que dê às Assembleias Municipais, através de consulta, a palavra decisiva rejeitando soluções de gabinete impostas administrativamente cujo efeito prático será o de se traduzir no acentuar de uma polémica, relativamente secundária, que pode continuar a servir de pretexto (entre outros) para os que defendem uma cautela infinita e interminável no processo de regionalização.

Um regime de finanças que dê às regiões os meios financeiros adequados, assente numa participação nas despesas do Estado e em receitas próprias de cada região e que assuma uma função correctora das desigualdades e assimetrias regionais.

Uma regulamentação da transferência de competências e serviços e que aponte claramente para uma efectiva descentralização, de eliminação de disposições centralistas, arbitrarias e pouco transparentes.

O prosseguimento efectivo dos trabalhos com vista à instituição das regiões dependerá seguramente, em larga medida, da luta e do movimento popular, da intervenção das autarquias, dos agentes económicos de cada região do país. Mas dependerá igualmente da composição da Assembleia da República a sair das próximas eleições legislativas. A derrota da direita e a obtenção de uma maioria democrática é sem dúvida uma condição indispensável para um alargamento mais expedito. O reforço das posições da CDU e do grupo parlamentar do PCP — a força mais consequente na luta pela criação da regionalização — é seguramente o elemento mais favorável à concretização em 1992 da criação das regiões administrativas.

Pelo seu lado, o PCP assume o compromisso de manter uma postura de inteira disponibilidade e empenho para viabilizar esse objectivo. Fica o desafio para que outros esclareçam com clareza suficiente quais as suas verdadeiras intenções.



Nas páginas centrais em destaque:
Economia - pequeno curso

Publicação bimestral

Propriedade:
Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 Lisboa Codex
Telef. 793 62 72
Nº Contribuinte: 500940673

Director da publicação:
Fernando Blauqui Teixeira

Administração:
Editorial 'Avante!', SA
Rua de S. Bernardo, 14
1200 Lisboa
Telef. 67 01 93

Redacção:
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 Lisboa Codex
Telef. 793 62 72

Distribuição:
CDL - Central Distribuidora Livreira, SA
Av. Santos Dumond, 57 - 2º - 1000 Lisboa
Telef. 76 11 31/2

Impressão:
Heska Portuguesa
Venda Nova - Amadora

Depósito legal - 1622/88

Tiragem: 10 000 exemplares

2 ABERTURA

Uma tarefa central

4 MESA REDONDA

Mobilizar energias

13 ASSEMBLEIA

Resistência e iniciativa ao serviço do país

18 CAMPANHA

Campanha eleitoral e propaganda

23 ORGANIZAÇÃO

A organização e a campanha eleitoral

26 SOCIAL

Reformados e deficientes

31 TEMA

Marxismo hoje

34 FESTA

Festa do «Avante!» ponto de encontro

36 ACTIVIDADE

Eleições nos bancários do Sul e Ilhas

39 LUTAS

Lutas na hotelaria

42 PÁGINA ABERTA

Aprender e ensinar

43 CRÍTICA

A mentira e a verdade — II

46 ECONOMIA

A repartição do rendimento nacional

51 NOTAS, FACTOS, ETC.

«Povo traíçoero, manhoso e vigarista»
• A gratidão ou o engano? • «Prouder, Stronger, Better!» (Mais orgulhosa, mais forte, Melhor!) • Adivinhação

56 DOCUMENTOS

Proclamação eleitoral do PCP

Nota - O documento sobre o Sector Empresarial do Estado publicado no nº 192, de Maio-Junho passado, foi aprovado pela Comissão Política do Comité Central





Fogos florestais

Ausência de prevenção reacende flagelo

A defesa da floresta contra os fogos florestais volta a ser tema de candente actualidade quando o País já começa a ser de novo percorrido pelos incêndios.

O ano de 1990 ficou assinalado como o segundo pior ano da década durante o qual ardeu 27 por cento da área florestal do País, sendo os prejuízos globais directos da ordem dos 50 milhões de contos.

Como se refere no Relatório da Comissão da Assembleia da República para a Análise dos Incêndios, recentemente aprovado por unanimidade, «as consequências são alarmantes: dezenas de milhões de contos de prejuízos; dezenas de vidas perdidas; desertificação do interior centro-norte; alteração rápida por interesses de momento das espécies florestais tradicionais (o eucalipto deve a sua enorme expansão à ocupação das áreas ardidas); alterações de microclimas; modificação na textura dos solos; destruição da fauna e da flora».

Durante o Verão passado o Grupo Parlamentar do PCP empenhou-se no levantamento da grave situação decorrente dos fogos florestais, sensibilizando o País, visitando as zonas ardidas de que resultou um relatório que apresentado à Assembleia da República deu lugar à reunião de urgência da Comissão Parlamentar para os fogos florestais.

Do trabalho da Comissão foi agora debatido na Assembleia um Relatório de apreciação da situação que constitui uma forte acusação à ausência de uma política séria de prevenção contra os fogos florestais.

Não parece, contudo, que o Governo tenha tomado minimamente em consideração os alertas que durante o ano foram sendo lançados pelo PCP e outras forças políticas e sociais.

É que já estamos em Junho e já arderam cerca de 8000 hectares de floresta e mato, sete vezes mais que no mesmo período do ano passado.

Porque a Primavera foi mais quente do que é habitual, dirá o Governo! Mas isso é uma das variáveis do problema, tendo em conta as nossas condições climáticas, que tem de ser permanentemente equacionado no quadro de uma política de prevenção. E a verdade é que, ao longo de um ano, desde o Verão passado, o Governo e o PSD praticamente nada fizeram nesta matéria, além de declarações de intenções e somente quando já se avizinhava o início da «época» dos fogos.

O senhor ministro da Administração Interna, em Abril, anunciava que o Governo vai dar este ano prioridade à prevenção dos incêndios.

Mas a verdade é que a realidade desmente o ministro.

Escorando-se na sua postura ultraliberal e a pretexto da minimização do papel do Estado — o que significa pôr o Estado ao serviço dos grandes interesses florestais privados — o Governo e o PSD ainda não apresentaram (e vai para 12 anos que estão no Governo) um Programa de Ordenamento dos Espaços Florestais baseado na floresta de uso múltiplo (como preconiza o Relatório) e que constitui a primeira condição de base para uma séria política de valorização da floresta e de prevenção contra os incêndios. Não se deram passos significativos na rearborização de áreas da zona do pinhal que sofrem já a erosão resultante de sucessivos fogos. Recentes estudos sobre a situação da floresta revelam números preocupantes: nos últimos dez anos teriam desaparecido cerca de 100 000 ha de pinhal em consequência dos fo-

gos florestais o que constitui um altíssimo prejuízo para o País.

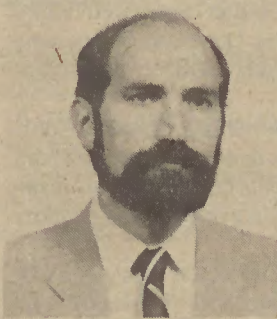
O Governo não promoveu a multiplicação da rede de caminhos necessária a melhorar as condições de acesso à floresta.

Não foram tomadas medidas sérias para reduzir os elevados níveis de combustibilidade existentes através de um programa de apoio à limpeza equilibrada dos matos e lenhas secas.

Foi anunciado o aumento dos postos de vigia. É positivo. Mas é inaceitável que o seu arranque e a vigilância estejam dependentes do fim das aulas dado que o recrutamento é feito entre os estudantes em férias (sem preparação adequada) e o ano lectivo ainda não terminou. E é feito entre os estudantes (o que até se poderia traduzir numa medida com efeitos pedagógicos positivos se tivesse preparação e fossem acompanhados por pessoal especializado) porque as magras verbas orçamentais não dão para pagar a pessoal especializado.

As Comissões Especializadas de Fogos Florestais têm menos dinheiro que o ano passado, como reconhece o próprio ministro, e continuam a não ser dotadas de

A verdade é que o País continua a defrontar-se com uma política casuística que, não definindo uma estratégia florestal integrada de longo prazo, não permite uma intervenção eficaz contra um dos principais inimigos da floresta.



LINO DE CARVALHO
Deputado do PCP

um mínimo de meios mecânicos próprios que lhes permitissem intervir com eficácia nos fogos.

É gritante a ausência de meios financeiros e a demora no apoio às vítimas de incêndios. Só este ano, em Maio, começaram a ser pagas indemnizações a proprietários e populações vítimas de incêndios no ano passado.

Os pequenos proprietários vítimas de incêndios continuam a estar nas mãos dos especuladores-abutres porque não há um verdadeiro programa de organização da produção florestal e de promoção das associações de produtores e continuam por criar ou ser estimulada a criação de parques de recepção do material lenhoso ardido (com condições de corte, transporte e pagamento) como preconiza o Relatório e é proposto, inclusivamente, no plano sectorial à melhoria da transformação e comercialização do material lenhoso recentemente elaborado pela Direcção-Geral de Florestas e pela DGMAIAA (Direcção-Geral dos Mercados Agrícolas e da Indústria Agro-Alimentar).

Continua a não haver uma coordenação eficaz entre as diversas entidades que intervêm nesta área e mesmo

no que se refere aos meios de combate tarda a criação de corpos especializados na luta contra os fogos na floresta.

O novo Programa de Acção Florestal (PAF II) poderia ter constituído uma oportunidade para a mobilização de recursos comunitários com vista à rearborização de áreas ardidas. Mas o facto de se continuar a impor uma área florestal superior a 5 ha (completamente desadequada às estruturas das explorações florestais do País) para os produtores poderem ter acesso às ajudas afasta mais de 80% das explorações com área florestal.

Entretanto, só em Abril deste ano saiu a regulamentação que permite pôr em prática o novo 797 florestal quando esta linha de ajuda aos investimentos florestais deveria ter sido introduzida logo no primeiro ano de adesão à Comunidade.

A verdade, é que o País se continua a defrontar com uma política casuística, que não definindo uma estratégia florestal integrada de longo prazo não permite uma intervenção eficaz contra um dos principais inimigos da floresta, os fogos e os interesses económicos que se perfilam por detrás dos incêndios.

É o próprio director dos Serviços de Produção Florestal da DGF que afirma publicamente que Portugal não possui capacidade nem está organizado para resolver o problema dos fogos florestais.

Nos últimos dez anos arderam mais de 850 000 ha da floresta portuguesa. O ano de 90 foi o segundo maior ano de sempre com cerca de 130 000 ha. Mas os serviços oficiais já alertam que este ano pode ser pior.

A protecção da floresta portuguesa contra os incêndios poderia proporcionar, e exigiria um vasto consenso e convergência nacional com vista à defesa deste importante património social, ambiental e económico.

Pela parte do PCP, foram dados significativos contributos ao longo desta legislatura com propostas concretas, apresentando, entre outras iniciativas, um Programa de Emergência para a Defesa da Floresta Portuguesa e um Programa de Rearborização para as Áreas Ardidas.

A maioria PSD e o Governo disseram que não mas também não avançaram com nenhuma proposta alternativa. Teceram loas à sua obra e agora, quando os fogos já percorrem de novo as nossas florestas, é que promovem reuniões, acusam o clima, fazem declarações de intenções e apontam algumas medidas avulso que, mesmo assim, deveriam ter sido preparadas, no mínimo, no Inverno passado. Lá mais para o Verão veremos ministros de helicóptero a derramarem lágrimas de crocodilo e a falarem das mesmas medidas que anunciaram o ano passado.

O PSD e o Governo foram, ao longo destes anos, de uma completa inoperância e ineficácia na prevenção e combate aos fogos florestais, prosseguindo uma política que provoca o abandono de terras, incentiva a desertificação humana das zonas serranas (de que as constantes tentativas de alteração da Lei dos Baldios, de novo declarada inconstitucional, são exemplo), promove uma política que desenvolve de forma anárquica e incontrolada a floresta industrial de crescimento rápido, não avança com uma política integrada de desenvolvimento rural.

Entretanto o PCP assumiu já um compromisso de apresentar, na próxima Legislatura, um programa de ordenamento florestal para o País.

Crescimento económico não significa desenvolvimento

Desenvolvimento e crescimento não são sinónimos: o crescimento económico não induz de per si desenvolvimento, incluindo nas suas vertentes social e regional.

A situação portuguesa tem a este propósito significativos ensinamentos. Efectivamente, tem sido assinalado um elevado nível de crescimento da economia portuguesa nos últimos anos. É certo que ele não é tão elevado como isso, convindo, para haver rigor, analisar o que dizem os números e não o que diz a propaganda governamental. E os números mostram, por exemplo, que Portugal teve o mesmo crescimento da Espanha:

Evolução do PIB - Média Anual (%) 1986/90

Portugal 4,5 - Espanha 4,4

Em relação à Irlanda, Portugal está a ficar para trás:

Evolução do PIB - Média Anual (%)

Portugal 4,8 - Irlanda 5,2

Um indicador tão relevante como é o do PIB por habitante é claramente desfavorável a Portugal, no mesmo período:

PIB por habitante em paridade de poder de compra

Portugal +3,5; Espanha +4,5; Irlanda +5,3

Sendo estes os números reais, e não sendo assim o crescimento económico o sucesso que se tenta apregoar, mesmo assim a situação portuguesa é demonstrativa da tese proposta (de que crescimento não é desenvolvimento).

Vejamos alguns indicadores significativos. Por exemplo, o indicador salários e repartição do rendimento nacional.

	1986	1987	1988	1989
Peso dos salários no rend. nacional	44,8	43,3	43,3	42,0
Peso dos lucros no rend. nacional	6,9	11,6	11,8	12,8

Outro indicador: Ganhos horários médios de um operário industrial, em paridade do poder de compra: Alemanha - 9,60; Bélgica - 8,94; Irlanda - 8,52; Grécia - 5,57; Portugal - 3,98.

Outro indicador: Índices de Pobreza

	Taxa nac. pobres	Taxa de pobres na pop. com +65 anos
Portugal	18,6	35,6
Espanha	14,4	?
Grécia	12,9	25,6
Irlanda	11,3	27,9

Outro indicador: PIB por habitante em paridade do poder de compra (distribuição regional): CEE - 100;

Portugal - 56,2; no continente - 56,4; na região norte - 41,9; na região centro - 50,2; Lisboa e Vale do Tejo - 69,7; Alentejo - 45,9; Algarve - 46,0.

Em Portugal, somos todos pobres, mas, claramente, uns mais do que outros!

Outro indicador:

Taxa de desemprego em Portugal (1990) (%):

Total do país - 5,1; Região norte - 3,1; Região centro - 3,1; Lisboa e Vale do Tejo - 7,4; Alentejo - 12,4.

Outro indicador:

Distribuição Regional do Investimento no âmbito do «Sistema de Incentivos de Base Regional»:

Região norte - 21,9; Região centro - 26,3; Lisboa e Vale do Tejo - 44,7; Alentejo - 3,9; Algarve - 1,0.

Estes números e indicadores são suficientemente significativos. Quando, juntamente com o crescimento quantitativo da economia, se agrava a repartição funcional do rendimento em prejuízo dos rendimentos do trabalho, se visa o desmantelamento de serviços essenciais como os da saúde, se bloqueia o acesso à habitação, se incentiva a proliferação da precarização do emprego (forma refinada de esvaziamento dos direitos económicos e sociais e das garantias fundamentais dos trabalhadores e de aviltamento do

mundo do trabalho), quando se agravam as desigualdades regionais e se acentuam as desigualdades entre o litoral e o interior, quando alastram manchas de pobreza, então, estamos seguramente longe de um processo de desenvolvimento. O Governo abdica de orientar a economia e faz fé absoluta no mercado mesmo quando está à vista que as desigualdades se acentuam e que são postergados interesses maioritários. O Governo tudo sacrifica à consequência inevitável daquilo que, de forma brilhante, o Prof. Simões Lopes qualifica como «ausência de política», e que ele próprio «desmistifica» nos seguintes termos: «Não há objectivos, estratégia, opções, filosofia, interesses que vão sendo servidos? Há em termos especiais (regionais) essa ausência de política, que significa subalternização dos factores de desenvolvimento regional assente nos recursos naturais e humanos, a prevalência do mercado e das economias de escala, o privado da produção sem preocupações de distribuição. O resultado é um processo de desequilíbrio cumulativo, extremamente difícil de controlar. As economias de escala e os recursos externos são apropriados por alguns; as desequilíbrios paga-as a sociedade sem quaisquer preocupações de justiça».

Bem ao invés, o desenvolvimento tem no centro das suas preocupações o Homem e as suas necessidades profundas, e o debate sobre as formas de as satisfazer.

O desenvolvimento necessário

Não há política de desenvolvimento que se possa afirmar como tal se não visar, no País que somos, garantir o emprego e a qualidade da relação de trabalho, irradiar as manchas de pobreza e as suas causas, harmonizar a vida colectiva, financiar com largueza a educação e a saúde, promover a construção e melhoria da habitação e apoiar as camadas mais desfavorecidas, dar um impulso vital às regiões bloqueadas, distribuir a riqueza e o progresso por todas as regiões do país.

Isto tem de ser feito com medidas de política. Como já foi escrito, «o mercado é um regulador automático mas não determina as normas de acção das unidades do sistema e visa essencialmente o curto prazo. O planeamento é um regulador da própria regulação automática e perspectiva-a no contexto do médio e longo prazos. O mercado é ignorante quanto ao futuro, pois o futuro é cada vez menos um prolongamento do passado».

No debate sobre as medidas de política, o papel dos destinatários é essencial. O processo de desenvolvimento para atingir os seus objectivos, necessita pela sua própria razão de ser e dinâmica, da participação e intervenção criadora dos destinatários.

O processo de afastamento dos interessados que o Governo tem vindo a seguir na elaboração de políticas (de que é exemplo extremo o que sucedeu na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional - PDR, de que foram afastadas as autarquias e os agentes sociais e económicos), esse processo de afastamento constitui o que se pode com justiça apodiar de processo de desertificação da vida democrática pela marginalização a que vão sendo sucessivamente votados os interessados.

O governo compromete a estrutura e funcionamento de um qualquer sistema democrático de planeamento que, ao invés de se projectar em estruturas participadas e descentralizadas, continua a ser centralizado e progressivamente esvaziado de conteúdo e eficácia. E não são seguramente os CCR's quem pode preencher as funções de orgânica regional de planeamento. Não só por carecerem de legitimação que só o voto popular confere, mas também porque assentam na estrutura hierárquica da Administração Central, recebendo o impulso decisório de cima.

Às CCR's aplica-se exactamente o que foi referido pelo Prof. Simões Lopes: a via chamada *top-down*, de cima para baixo, «representaria sempre o primado da vontade política central, seria sempre contranatura, já que poderia ser facilmente utilizada para impor as directivas e os desejos do centro às regiões».

É por tudo isto, que a criação das regiões administrativas dotando-as de significativas atribuições e competências, é decisiva para o sucesso do processo de desenvolvimento. Citando Luís Sá: «O desenvolvimento deve assentar na

participação e intervenção activa dos seus destinatários - as comunidades, e os homens e mulheres concretos que as integram - e, nesse sentido, a descentralização é por si um factor de desenvolvimento e, muito em particular, a regionalização. Na medida em que a regionalização é mobilizadora das populações favorece o desenvolvimento centrado nas necessidades colectivas e contribui para o combate contra um mero crescimento», gerador de desigualdades e injustiças.

(...)Tendo em conta a necessidade de as Regiões Administrativas deterem atribuições específicas na área do desenvolvimento, o enunciado de atribuições contido na lei Quadro das Regiões Administrativas aprovada pela Assembleia da República é **pobre**, e necessita de ser substancialmente melhorado e enriquecido na legislação complementar. O artigo 17º limita-se a fazer um enunciado: as

Regiões detêm atribuições nos domínios do desenvolvimento económico e social; ordenamento do território; ambiente, conservação da natureza e recursos hídricos; equipamento social e vias de comunicação; educação e formação profissional; cultura e património histórico; juventude, desporto e tempos livres; turismo; abastecimento público; apoio às actividades produtivas; apoio à acção dos municípios.

É importante que todos estes títulos estejam registados na lei. Mas é necessário que eles sejam **preenchidos** com as atribuições concretas. Por exemplo, no projecto apresentado pelo PCP, essa matéria preenchia **todo**

um título, com dez artigos, que alinea a alinea, especificavam um vastíssimo leque de **atribuições concretas**.

O desenvolvimento tem no centro das suas preocupações o Homem e as suas necessidades profundas e o debate sobre as formas de as satisfazer



JOÃO AMARAL
Deputado do PCP na AR,
suplente do CC do PCP

Autonomia regional

Também quanto ao Plano Regional, a lei Quadro merece um comentário. A elaboração destes planos é uma das mais importantes atribuições das regiões. Mas sendo certo que o plano regional se **há-de subordinar à lei e aos planos nacionais**, não será concebível que não seja aprovado pelos órgãos competentes da região, com autonomia e sem formas (directas ou encapotadas) de tutela de mérito. O Governo propôs, na sua proposta de lei, ao arripio desta ideia, que os Planos Regionais fossem sujeitos a ratificação governamental. Esta pretensão governamental foi derrotada e não figura na lei Quadro. Mas ficou um resquício: haverá ratificação quando o Plano «exceda as receitas financeiras» das regiões. A norma é mesmo assim suficientemente nebulosa e não deverá ser interpretada no sentido de restringir a autonomia das regiões.

O desenvolvimento regional é também um processo de solidariedade nacional. O sistema de finanças regionais deve reflectir essa solidariedade. Num País com as assimetrias de que Portugal padece, a existência de um significativo fundo de perequação é determinante. Neste quadro, há que seguir com atenção o conteúdo da legislação complementar, na matéria das finanças regionais. A questão é tanto mais relevante quanto a norma da lei Quadro que refere a participação das regiões no produto das receitas fiscais do Estado tem como um dos parâmetros a sua validação «em função do esforço financeiro próprio da região». Sabe-se o que isto quer dizer: que o valor é tanto mais alto quanto mais as regiões penalizarem os seus próprios habitantes com imposições fiscais. Este «convite» à fiscalidade regional acabará sempre por conduzir ao contrário do que se pretende com o processo de regionalização, já que só as regiões mais ricas podem colher mais benefícios desse sistema, e as regiões mais pobres, sem terem quem tributar, sem terem actividades económicas para tributar, acabarão por ficar mais pobres.

A lei Quadro das Regiões Administrativas contém frases no seu artigo 45º que importa conhecer. Diz o artigo 45º, sob a epígrafe «primeiras eleições»:

«1. A lei da instituição em concreto (de cada região) fixará a data da eleição da assembleia regional, que deverá ocorrer no prazo máximo de 180 dias após a sua entrada em vigor.

2. Se a data recair a menos de um ano da eleição geral dos órgãos das autarquias locais, transfere-se a eleição para essa data».

Isto significa que a lei da criação das regiões administrativas e a lei da instituição de cada região (só possível depois da consulta às assembleias municipais) deverão estar concluídas até antes do termo de 1992, para que as eleições regionais e a entrada em funcionamento dos órgãos regio-



nais se realize até ao termo de 1992. Caso contrário, aplicar-se-á o número 2 do artigo citado, e as eleições só teriam lugar em fins de 93, quando se realizassem as eleições gerais autárquicas.

Não há razão nenhuma - e seria inconveniente - que se demorasse esse tempo todo para pôr as regiões administrativas nos carris. É importante recordar que se aproxima o processo de elaboração de um novo Plano de Desenvolvimento Regional e é **imprescindível que não se repita o que se passou**. Desta vez, devem ser as regiões a determinarem o conteúdo do PDR. Não se pode repetir o que se passou com o actual PDR, com níveis preocupantemente baixos de execução, como foi revelado recentemente no relatório de execução do Quadro Comunitário de Apoio relativo ao ano de 1990.

É necessário ter presente as exigências do calendário previsto na lei Quadro para concretizar a instituição das regiões no mais curto espaço de tempo.

Participação dos cidadãos

Simultaneamente, a Assembleia aprovou a lei da criação da Área Metropolitana de Lisboa. Esta destina-se a responder a problemas de nível diferente daqueles a que devem responder as regiões. A AML irá inserir a sua actividade na área do ordenamento do território, e na compatibilidade e dinamização das políticas de transportes urbanos regionais, rede viária e ferroviária regional, ambiente (em particular no que respeita à gestão da água). São áreas determinantes para a qualidade de vida mas não esgotam nem se sobrepõem às áreas típicas do planeamento económico. Isto significa que a instituição das regiões nem condiciona a sua existência futura ou sequer a demarcação do seu território. O que significa que haverá que pensar qual será a área desejável para a região ou regiões onde se insere o território da AML. Ninguém pode excluir à partida nenhu-

ma hipótese, incluindo a de o território da AML ser parte de uma região mais vasta.

A concluir, queria deixar uma nota sobre a questão dos municípios.

A existência do planeamento regional, sublinhou-o o dr. Luís Sá, «permite estabelecer um **quadro claro** para o planeamento e acção municipais, que por isso deverá deixar de estar dependente de ratificações governamentais». Assim, a autarquia-município (e a autarquia-freguesia) não só ficam com os poderes instaurados, como podem e devem ganhar um novo espaço de intervenção; participando na elaboração dos planos regionais. Com regiões administrativas, os municípios e as freguesias aproximam-se mais das questões do desenvolvimento e têm um papel mais activo na resolução dessas questões.

Estas são decorrências do processo de **descentralização e de democratização da estrutura do Estado**.

No virar do milénio, a política **recentrou-se no cidadão** e nas diferentes vertentes de uma **vivência democrática plena**, incluindo assim as vertentes política, económica, social e cultural.

As políticas têm de responder às exigências do cidadão no seu quotidiano e têm de entender (e aceitar!) o cidadão como agente do seu próprio presente e do seu futuro.

Neste processo, são peças essenciais, entre outras, a descentralização, a reforma administrativa entendida como reforma democrática da administração pública, a instituição de mecanismos de garantia de participação do cidadão no exercício do poder.

Caminharemos assim para um Portugal mais forte porque mais justo, mais unido porque mais solidário, um Portugal onde haja bom viver e onde seja bom viver.

(Intervenção no seminário sobre Regionalização e Desenvolvimento promovido pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal no passado fim-de-semana).

PSD fuge à polícia

A semana passada, dia 25 de Junho, mais de 3000 agentes da PSP aderentes da Associação Sócio Profissional da Polícia (ASPP), convocados pela Comissão de Apoio ao Sindicalismo Policial e apoiados pela CGTP, pela UGT e por algumas centenas de populares, manifestaram na rua as suas principais reivindicações.

Diz quem sabe que os manifestantes demonstraram uma combatividade e um entusiasmo fora do comum nos dias de hoje, recolhendo o carinho dos populares que, àquela hora, circulavam na baixa lisboeta.

Seguiu-se uma concentração frente ao MAI, no mesmo local onde, em 21 de Abril de 1989, a ASPP e os polícias escreveram um dos capítulos mais significativos da luta pela democracia nestes últimos anos e onde o PSD borrou mais uma negra página do seu lúgubre compêndio de afrontamento com as liberdades e direitos democráticos dos cidadãos.

Na manifestação usaram da palavra um representante da Comissão organizadora, Carvalho da Silva em nome da CGTP e Torres Couto, que parece ter discursado a título pessoal.

Foi também lida, pela Comissão organizadora, uma intervenção que traduzia o sentir da ASPP, já que os dirigentes da Associação estão impedidos de falar por imposição de lei.

Finalmente, foi aprovada uma moção em que se exige do Governo que acabe com as tentativas de intimidação e negocie seriamente com os polícias as suas reivindicações e em que se exige das forças políticas que, na próxima legislatura, aprovem «duma vez por todas, o direito dos polícias ao Sindicato».

Um pouco de história

Tem praticamente 10 anos a luta da ASPP pelo sindicalismo policial, tantos quantos o PSD tem passado a fugir aos polícias e às suas reivindicações e a fazer o possível por silenciá-las.

Parecem longínquos os tempos em que o então Comandante, General Almeida Bruno, considerava que os profissionais da PSP já tinham um Sindicato de que ele era o Presidente.

Parece longínquo o ano de 1982 quando o PCP, defrontando as forças políticas mais significativas, mas bem mais próximo dos profissionais de Polícia, apresentou o seu projecto de lei sobre a «**garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos** que prestam serviço nas forças policiais».

Parecem afastados os tempos em que dirigentes da então «**pró sindical**» foram desterrados para tão longe quanto possível das suas famílias, ao mesmo tempo que muitos outros activistas eram perseguidos, punidos, etc.

Desses dirigentes recordamos aqui o nome do Comissário Joaquim Santinhos que, hoje aposentado da PSP e afastado das lides sindicais, integra, como independente, a lista de candidatos de Lisboa da CDU às próximas eleições legislativas.

Parece já afastado o ano de 89 quando, culminando grandes lutas pelo direito ao sindicato, e tantas histórias de «secos e molhados» que expressavam o apoio do povo à causa dos polícias, a Assembleia da República aprovou a lei do Associativismo Policial que, ficando muito embora aquém das propostas do PCP, traduziu um importante passo em frente na resultante conjunturalmente possível entre a luta dos polícias, o apoio popular, as hesitações do PS e a política antidemocrática do PSD.

De então para cá muita coisa mudou, a ASPP conseguiu cerca de 85 por cento dos votos expressos nas eleições para o Conselho Superior de Polícia, ultrapassou os 10 000 aderentes (em 18 000 efectivos da PSP), apresentou e discutiu com o Comando e o Governo as reivindicações dos profissionais da polícia, mas não conseguiu obter um clima de diálogo construtivo com o Governo.

O Governo do PSD, hoje como nos 10 anos de luta dos polícias, mantém-se intransigente, privilegiando os métodos autoritários e repressivos em prejuízo da estabilidade da PSP, da satisfação das reivindicações dos polícias e da resolução dos problemas de segurança e tranquilidade das populações.

Para onde vai o sindicalismo policial?

Hoje, como sempre no passado, a batalha mantém-se. Dum lado o Governo PSD/Cavaco Silva, a direita retrógrada que, tripudiando sobre a realidade constitucional do País, a legalidade e a prática na sua tão propalada Comunidade Europeia, insiste em negar aos polícias e à ASPP o direito à negociação, o direito ao Sindicato.

A meio, no «tem-te não caías» do costume, uns tantos indecisos ou, pior, uns tantos senhores da UGT divididos entre a sua «boa vontade» e os seus péssimos compromissos.

Do outro lado os polícias, a ASPP, as mulheres e homens deste povo, as forças políticas e sociais seriamente empenhadas nas liberdades e direitos dos cidadãos.

E deste caldeirão sobressai um querer que faz a história, uma luta objectiva pelos direitos humanos, que seguramente vai construindo o pleno direito de cidadania para os profissionais de polícia.

O direito ao sindicato na polícia será, dentro de pouco tempo, uma realidade e representará um importante contributo para uma democracia mais participada, para a liberdade de todos os portugueses.

A face oculta da Igreja

■ Jorge André

Na leitura dos «sinais dos tempos» há quem diga que a igreja tem ganhado em peso político o que perdeu em simplicidade evangélica. E, acrescentam muitos dos que se colocam nessa perspectiva: agora, a mensagem cristã apenas sobrevive na interioridade das convicções dos crentes, sem nada ter a ver com a doutrina oficial.

Não ousaríamos ir tão longe. Conhecemos o trabalho desenvolvido por organizações católicas perfeitamente integradas na igreja e que continuam a pautar as suas acções pelo amor preferencial pelos mais pobres, segundo morais que também nos são comuns.

A verdade, porém, é que a própria luz evidencia a sombra e nos coloca perante uma disforme «face oculta da igreja» em crescimento espectacular. E, ainda que pouco saibamos acerca dos seus mecanismos eclesiais, altamente secretos, importa que contribuamos para trazer o caso à luz do dia.

Em princípio, trata-se de falar na história das igrejas ibéricas. Mas não devemos esquecer que estratégias e acontecimentos inicialmente localizados cedo vieram a afectar a maioria dos países do mundo. Recuemos, pois, no tempo.

Na fase final do século XIX, enquanto Leão XIII fazia publicar a Encíclica «Rerum Novarum», as igrejas espanhola e portuguesa confrontavam-se com um choque económico brutal. A súbita industrialização das sociedades europeias implicava uma drástica desvalorização das terras agrícolas que tinham constituído, até então, a melhor parcela do património católico.

Por outro lado, na Ásia e na América Latina, desmoronavam-se os impérios coloniais ibéricos. Nos anos 20 desse perturbado século libertou-se o Brasil, logo seguido pelas Filipinas, Cuba, México, estados dominicanos, Venezuela, etc. A igreja, profundamente ligada à velha administração colonial, perdeu fortunas imensas, em terras, minas, exportações, privilégios, alfaías e equipamentos ou em pedras e metais preciosos. Impunha-se, urgentemente, reestruturar a economia das igrejas da Europa.

Assim, a partir de 1900, começaram a surgir em Espanha os grandes bancos nacionais fundados e geridos pelas grandes ordens católicas missionárias, como as dos Dominicanos, Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas, Agostinhos e outras. Os primeiros deste bancos foram o Hispano-Americano, o Urquijo, o Central, o Vizcaya e o Santander. Então, a igreja espanhola conseguiu vencer as suas dificuldades económicas recorrendo às tecnologias bancárias conhecidas nessa época e concentrando em bancos próprios as receitas das vendas do seu património colonial.

A sociedade, porém, não cessava de se transformar. Convulsionada por duas guerras, a solução encontrada pela igreja em 1900, deixara de satisfazer: agora, a desvalorização não atingia apenas o valor das terras; inerte, no fundo dos cofres, o dinheiro eclesiástico valia cada vez menos.

Foi então que surgiu a «Opus Dei».

Iniciada em finais dos anos 20, a «Obra», como lhe chamavam, deveu-se ao génio organizativo de um obscuro sacerdote conhecido pelo seu radicalismo de direita — o Padre Escrivá de Balaguer. Tão grandes foram os serviços que prestou à oligarquia espanhola que esta lhe concedeu, nos tempos de Franco, os títulos de Marquês de Peralta e de Barão de S. Filipe. Um pouco mais tarde, em 1982, o actual Papa João Paulo II reconheceu à OD a qualidade de «prelatura pessoal», distinção única em toda a igreja católica e que, automaticamente, responsabiliza o bispo de Roma por todas as acções praticadas pela «Obra».

Afinal, que é a «Opus Dei»?

«É um grupo financeiro que se disfarça de instituto religioso ou de associação de fiéis», dizia a esquerda espanhola. Quanto a nós, apenas tentaremos avançar com três caracterizações possíveis.

Trata-se de **um grupo organizado e agressivo, constituído no interior da igreja mas ligado às estruturas económicas e políticas do mundo capitalista**. Na igreja domina os sectores-chave, como as finanças, o ensino, as comunicações sociais, a saúde, a assistência, etc. Falando às gerações mais antigas, diziam os «jovens turcos» da OD dos anos 60: «O vosso princípio é conservar. O nosso é conquistar.»

Deste modo, a OD ultrapassa as fronteiras da religião e invade os terrenos dos negócios e da política que procura dominar. «Somos a argamassa social do

capitalismo», recordam os seus teóricos. Só a «Obra» poderá conciliar as forças monopolistas rivais.

Finalmente, a OD é **abertamente expansionista, de vocação «europeia» e anticomunista**.

As ideias obsessivas de «nova cruzada», «reevangeliização» ou «fim das ideologias» estão de há muito contidas na filosofia legada pelo P. Balaguer e conduziram à participação activa nos processos de desestabilização das sociedades socialistas do Leste europeu. E envolveram sectores da igreja, também, em escândalos internacionais como os que resultaram das falências da MATE-SA e da RUMASA, da bancarrota do Banco Ambrosiano, das actividades criminosas do cardeal Marcinkus ou dos raptos e assassinatos de Roberto Calvi, Michele Sindona, Aldo Moro, etc.

A primeira tentativa organizada de penetração da «Obra» em Portugal saltou-se, em 1965, por mais um escândalo. O prof. Gregório Prado, homem da OD, bem visto por Franco e Salazar, acabou por fugir para a Venezuela com a bonita soma de 40 milhões de pesetas. Entretanto, fundara no nosso país uma vasta rede de empresas de obediência directa à OD. A título de exemplo, poderíamos citar a LUSOFINA, a LUSOTUR, a LUSOMUNDO, a UNIVERSAL, a PUBLINTER, a SEGRAFIL, a MOVIERECORD, TELECINE, o BANCO DA AGRICULTURA, etc.

No entanto, o avanço fulminante das empresas da OD apenas viria a verificar-se de há poucos anos atrás, já em pleno consulado de Cavaco Silva.

O polvo

Não se trata de um título pedido por empréstimo à TV. Muito antes da conhecida série ter sido filmada, já círculos católicos nada afectos à «Opus Dei» («A Obra de Deus») a tinham alcunhado de «Octopus Dei» («O Polvo de Deus»). E, na verdade, nada do que posteriormente se veio a saber acerca da «Obra» contribuiu para desfazer a amarga ironia daquele jogo de palavras.

É claro que a OD não representa a totalidade dos grupos que detêm e aplicam os capitais da igreja. Sem dúvida que formações concorrentes têm tentado igualá-la, como foi o caso dos Jesuítas e dos Dominicanos. Até hoje, porém, a organização do P. Escrivá permanece imbatível nos terrenos conquistados: ela é, incontestavelmente, a mais forte e a melhor preparada para a conquista do poder económico, no domínio das tecnologias avançadas e na condução das complexas relações da igreja com os centros de decisão do grande capital.

No nosso país, como se sabe, o ano de 1987 assinalou a instalação dos grandes bancos estrangeiros em território nacional. Logo se verificou serem os bancos espanhóis os principais beneficiários das facilidades concedidas. Uma acumulação alucinante de lucros, uma total permissividade bolsista e as possibilidades abertas pelos processos «selvagens» das privatizações, permitiram aos banqueiros espanhóis a ocupação dos pontos nevralgicos do nosso mercado financeiro.

Ora, citar a banca espanhola equivale a falar nas instituições que garantem a economia da igreja católica, ibérica e mundial. Fácil seria provar que quase todos os grupos bancários que operam em Espanha tiveram origem em capitais eclesiásticos. Esta situação persiste e alastrou a Portugal onde a igreja ibérica tem, agora, voto decisivo em muitos dos mais gigantescos negócios do mundo financeiro.

Por muito breves que tenhamos de ser, fundamentaremos a nossa opinião com alguns breves exemplos.

O **GRUPO BANESTO**, presidido por Mário Conde, tem o seu eixo no Banco Espanhol de Crédito, com sede em Madrid. Trata-se de uma instituição bancária fortemente intervencionada pela OD. Considerado o mais rentável dos bancos mundiais obteve, só em 1990, 64 milhões de contos de lucros. Instalou-se em Portugal, em 1987, comprando a seguradora «Unión y El Fénix», a TUDOR, a AGROMAN e a HIBERONIX. Controla o «Banco Totta & Açores» (9 milhões e 600 mil contos de resultados líquidos, em 1990). Está associado a «Valores Ibéricos» (José Roquete/UBP/OD) e por detrás de «Títulos Lusitanos».

O **GRUPO HISPANO-AMERICANO** foi fundado pela Companhia de Jesus, através da família Urquijo. O Banco Hispano-Americano fundiu-se, recente-

mente, com o Banco Central, também totalmente controlado pela OD. O grupo assim formado dispõe de um capital inicial de 10 mil milhões de contos. O HA instalou-se em Portugal, com sede no Porto, em 1987. Comprou uma rede de empresas de onde se destacam a «Hispano Imobiliária», a SEAT, a FINANZAUTO, a STET, as «Cervejas S. Miguel», etc.

O **GRUPO BILBAO-VIZCAYA** resultou da mais importante fusão bancária desde sempre verificada em Espanha, entre os bancos Bilbao e Vizcaya, ambos já totalmente controlados pela OD. O grupo BBV teve, em 1989, mais de 125 milhões de contos de lucros líquidos. Penetrou em Portugal em 1987, comprando o «Lloyds Bank» (1,240 milhões de contos de lucros, em 1990), a «Sociedade de Investimentos», os terrenos do «Cinema Monumental» (10 milhões de contos), etc. O Grupo BBV preside à comissão de cinco grandes banqueiros que gere, após Marcinkus, as finanças do Vaticano.

O **GRUPO SANTANDER** teve raízes no «grupo Central», da Companhia de Jesus, mas cedo evoluiu no sentido da OD. Especializou-se como banco intermédio de articulação dos interesses eclesiásticos espanhóis com os grupos estrangeiros. Em 1989, teve lucros superiores a 70 milhões de contos. Associado ao «grupo ibérico» (Santander/RAR/Pictet/Nomura/Riopele), entrou em Portugal em 1987.

Depois, adquiriu o controlo do BCI-Banco do Comércio e Indústria (3,260 milhões de contos de resultados líquidos, em 1990), a FIPOR, a SIBS, a «Companhia de Portuguesa de Rating», etc. Os presidentes dos conselhos de administração são homens publicamente conotados com a OD: Saenz Abad, em Espanha; Ribeiro da Fonseca, em Portugal. Os órgãos sociais do BCI contam nomes de projecção política, como os drs. Morais Leitão, Eurico de Melo e António Pinto Leite.

O **GRUPO «OPUS DEI»** é o verdadeiro cérebro da gigantesca operação político-financeira instalada por sectores da igreja. Representa o mais poderoso complexo empresarial de toda a Península Ibérica. É directamente administrado pela «Obra». Controla instituições bancárias, de seguros, de crédito, de serviços, publicitárias, de construção civil, editoras, audiovisuais, cinematográfica, turísticas, mediáticas, metalúrgicas, têxteis, livrarias, etc., etc.

Em Espanha, a casa-mãe do grupo OD é o Banco Popular Espanhol, dignidade que a própria «Obra» já se cansou de desmentir. Em Portugal, a evidência aponta para que o papel semelhante esteja a ser desempenhado pelo BCP — Banco Comercial Português. Se quiséssemos resumir, em duas linhas, a história deste banco bastaria dizermos que em três anos de exercício apresentou, em 1990, 13 milhões de contos de lucros líquidos e uma situação consolidada de 120 milhões. Bem se poderia falar em «milagre»...

O presidente do CA do banco, o dr. Jardim Gonçalves, é militante confesso da OD, admissão que representa uma raridade. Não desmente, sequer, que quase todos os directores do banco sejam membros da «Obra» («Expresso», 1/6/91). O BCP, como a prática tem demonstrado, mantém relações privilegiadas com o Banco Popular Espanhol, o Banco do Atlântico e a União dos Bancos Portugueses, organismos profundamente infiltrados ou, mesmo, dominados pela OD.

À margem da pastoral

Os indicadores que fomos reunindo sugerem uma expansão explosiva e recente dos interesses eclesiásticos no nosso país. O fenómeno adquiriu grande expressão, não apenas no mundo financeiro mas, também, em sectores políticos e sociais que já participam da área de poder do Estado.

No **Sector da Educação**, a equipa ministerial dirigente tem sido recrutada, sistematicamente, nos sectores mais convencionais da igreja católica. Na direcção do ME, há militantes da OD, da Companhia de Jesus, dos Focolares, dos Casais de Santa Maria, etc. É um critério de escolha que, naturalmente, não deixa de dar os seus frutos.

Fácil será adivinhar, por detrás da letargia dos servi-

ços, a existência real de um plano de completa privatização do ensino. Tal como noutros sectores de actividade, o liberalismo económico do actual governo procura inviabilizar o funcionamento do ensino público, oficial e gratuito, incentivando a instalação de colégios elitistas, de propinas elevadas mas com altas taxas de lucros comerciais.

Alguns sectores católicos vêem com bons olhos esta orientação. Consideram que, se o Estado português se demitir das suas obrigações educacionais, nenhuma outra instituição melhor que a igreja estará preparada para preencher o espaço deixado vazio.

Curiosamente, pôde ver-se há poucas semanas, em entrevista concedida pelo dr. Jardim Gonçalves (BCP/OD) a um diário lisboeta, ao ser-lhe perguntado se estava envolvido nos planos de expansão da Universidade Católica, a afirmação seguinte: «Não, relativamente à UCP. Estou empenhado na fundação de colégios, os chamados **Colégios de Fomento**, numa óptica que me parece muito positiva: na sociedade portuguesa, aquilo que estes pais fizeram poderiam outros pais fazer, à volta de muitos outros projectos. Compete-nos, às famílias e pais, sermos os efectivos primeiros educadores dos nossos filhos e, **ou encontramos os centros educativos que julgamos estarem adequados ao nosso projecto de vida ou, se não os encontrarmos, temos o direito de os promover**». Curioso, mas não sem sentido, é o facto de tão ambicioso projecto escolar ter sido entregue a um banqueiro...

No plano do ensino superior, também se detectam fortes desenvolvimentos.

A Universidade Católica continua a disseminar, por todo o país, faculdades e escolas superiores especializadas, apenas acessíveis a uma camada estudantil privilegiada. Funciona em Lisboa, Porto, Braga, Funchal, Viseu e Ponta Delgada. Ensina e, simultaneamente, trabalha com as grandes empresas às quais fornece os quadros tecnológicos. Com importante influência da OD em algumas áreas, a Universidade Católica tem vindo a especializar-se em gestão industrial, biotecnologia, informática, electrónica, química, instrumentação, etc. A UCP recebe vultuosas verbas da igreja, do Estado, dos fundos europeus e das empresas às quais fornece estudos, projectos e sondagens.

Não satisfeita com tais resultados, a «Opus Dei» vai lançar, em Outubro próximo, a sua universidade oficial — o «Instituto Superior de Ciências e Educação — ISCEF». Ministrará, inicialmente, os cursos de Engenharia, Medicina, Comunicação Social, Electrónica, Enfermagem e Ciências Familiares. A nova universidade privada surge como propriedade da «Cooperativa

de Ensino FOMENTO», directamente gerida pela OD (o que explica a natureza dos «Colégios FOMENTO» que o dr. Jardim Gonçalves anda a estudar) e integrará escolas que a «Obra» já dirige: em Lisboa, a «Planalto» e a «Mira Rio»; no Porto, a «Cedros» e a «Horizonte».

No Sector da Comunicação Social, Televisão e Audiovisuais, também é enorme a projecção alcançada pelos grupos económicos da igreja. Tentemos resumir.

A fúria das privatizações tornou possível que os dois diários de maior tiragem do país — o «Diário de Notícias» e o «Jornal de Notícias» — caíssem nas mãos da mesma «holding».

A LUSOMUNDO esteve, desde sempre, ligada à OD, tendo resultado do trabalho produzido, nos anos 60, por Ortega Prado, o primeiro dinamizador do ramo português da «Obra». Inicialmente, adquiriu os cinemas «Avis» e «Roma», ambos em Lisboa, e alcançou o controlo da «Movierecord», também da OD, empresa detentora do Exclusivo da publicidade da RDP e da RTP.

A LUSOMUNDO acumula, agora, um capital social de 2 milhões de contos e é «empresa-mãe» de mais 26 unidades empresariais. Explora 225 das 250 salas de cinema existentes no país. Ligada à «Warner Brothers»,

planeia o controlo absoluto dos circuitos de exibição e distribuição cinematográficas. Na TV privada, aparece ligada ao projecto SIC, de Pinto Balsemão. No entanto, também é citada com tendo ligações privilegiadas, quer com o projecto da Igreja, quer com o de Proença de Carvalho. Em caso de impasse, na altura do concurso, poderá fazer cair o prato da balança no sentido mais desejado. Aliada a Freitas Cruz (OD) a LUSOMUNDO conquistou o controlo do «Comércio do Porto», da «Gesgráfica» e do «Jornal de Notícias». Apoiada em José Roquette (OD/BTA/Valores Ibéricos), comprou o «Diário de Notícias».

Todos os casos que temos citado desenvolvem-se no mundo dos negócios, isto é, situam-se às margens da pastoral. Mas criam uma situação de facto, profundamente consolidada, que arrasta a igreja portuguesa para um caminho estreito, aparentemente sem saída.

Será por isso que o episcopado católico português prepara, com urgência, uma «Pastoral da Opinião Pública» susceptível de legalizar, «a posteriori», as obscuras operações que os tecnocratas têm levado a cabo na área oculta que é constituída por alguns sectores da igreja.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Lado humano? Qual?

A Cavaco a assistência nunca falta.
Foi agora à TV num doce mano a mano
para mostrar à malta
o seu aspecto humano.

Uma tarefa assim inda ninguém
tivera de enfrentar.
Aos seus trabalhos Hércules já tem
mais um a acrescentar...

Tempestade na Bonança

A Bonança dá sarilho.
Larga atilho, puxa atilho.
Que mau cheiro! Que fartum...
É ver quem puxa o gatilho:
pum, pum!

Eis aqui a qualidade
da tal estabilidade
do Cavaco-bom-rapaz.
Confrade aperta confrade
zás, trás!

Mansa, a Bonança tem pança
triste dança, triste herança
do antigo fungagá.
Bonança? Se isto é bonança
ah! ah! ah!

Tudo a arder

Incêndios. O Cavaco prometeu
que ia dar cabo deles. Nesta hora
o fogo já rompeu
e dia a dia Portugal devora.

O crime infesta?
Governa em festa.
Giesta a giesta?
Governo em festa.
Arde a floresta?
Governo em festa.
Pouco mais resta?
Maior é a festa...

Não é preciso ter um grande caco
para se compreender:
enquanto lá tivermos o Cavaco
é tudo a arder, é tudo a arder...

O fogo de mais este Verão
pois está visto
não é senão
a maneira de vermos melhor isto.

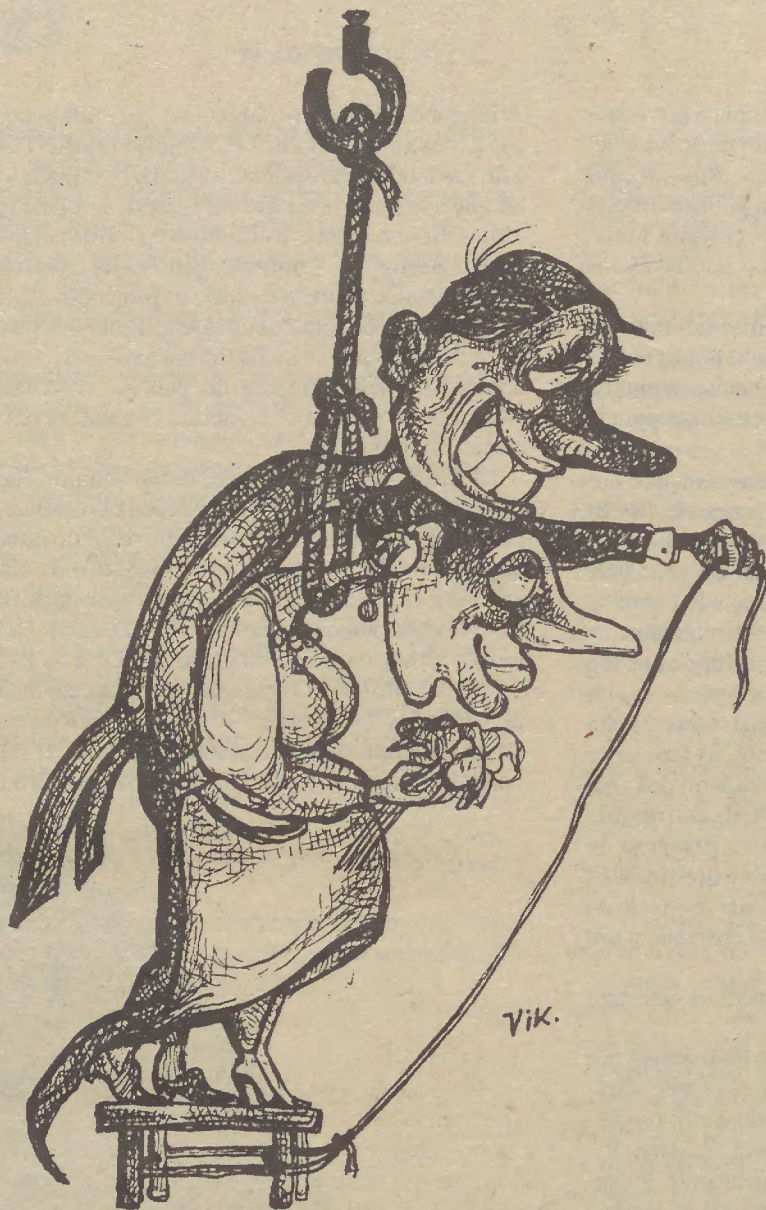
RTP: mais câmaras

Disseram os jornais
em letras garrafais:
no PIDDAC desandam
as cartas nos baralhos.
muitas verbas já andam
desviadas por ínvios atalhos
noutros trabalhos
para outras funções
mais fáceis de espremer
a fim de que Cavaco possa ter
o doce amparo
das inaugurações
(é claro, é claro
antes das eleições...)

O anjinho que eu sou!
Agora sei porquê
a RTP comprou
mais câmaras de TV...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Confusão de sedes

Na passada terça-feira os sócios da cooperativa «Casamar» protestaram contra a utilização abusiva da sua sede pelo recém-formado Partido da Solidariedade Nacional (PSN). Em declarações à Lusa, fizeram notar que «as cooperativas não podem albergar partidos» com a agravante ainda do PSN «estar a viver à nossa custa, com telefone e electricidade de borla e sem renda». A «ocupação» está a prejudicar a «Casamar», no dizer dos respectivos sócios, nada interessados em que a cooperativa, fundada há 27 anos para a construção de casas dos funcionários civis da administração pública, se desvie do objectivo que lhe deu origem. A insólita situação, que «não tem pés nem cabeça», parece resultar do facto do presidente da mesa do congresso do PSN ser também membro tesoureiro da cooperativa. É caso para dizer que solidariedade sim, mas não exagerando.

A política

«... a política deveria ser a mais nobre de todas as actividades, na medida em que conduzia os mais aptos a consagrar, generosa e dedicadamente, todas as suas capacidades à busca constante dos caminhos que conduzissem ao aperfeiçoamento continuado das comunidades humanas» - quem o afirma, pasmem-se, é o engenheiro Krus Abecasis, o mesmíssimo que durante anos presidiu, com os resultados que se conhecem, aos destinos da Câmara Municipal de Lisboa. Das duas três: ou o engenheiro anda em maré de revisão de convicções, ou enquanto presidente da CML buscou tanto os caminhos que acabou por se perder, quicá num dos múltiplos buracos que deixou nas ruas da capital ou no caos em que a sua gestão se tornou. A menos, é claro, que a prosa não passe de alinhar de linhas atrás umas das outras de molde a encher a secção titulada *que direi eu...*? do semanário de Vera Lagoa. *Que direi eu...*? O que me vier à cabeça.

Futebóis

Conta *O Independente* que o Presidente da República, Mário Soares, enviou a Eurico de Melo uma «carta cordial», onde esclarece que, como «árbitro do sistema», entende poder marcar faltas e até grandes penalidades. A missiva desportiva destinava-se a dar resposta a anteriores declarações de Eurico de Melo em que este se afirmava surpreendido com o facto de Soares parecer disposto a deixar de ser «árbitro» e passar a ser «jogador». Já anteriormente o Chefe da Casa Civil do PR tinha vindo a público recordar que os «árbitros» também mostram «cartões amarelos» às equipas. Como se compreende, esta linguagem desportiva nada tem a ver com futebóis e tem tudo a ver com política e com a dita «crise» entre Belém e S. Bento. Há quem afirme que a única razão que levou Cavaco Silva ao Estádio da Luz no passado domingo foi mesmo a necessidade de actualizar o seu vocabulário futebolístico e não qualquer intuito eleitoralista.

frases da Semana

“Pode dizer-se que o reconhecimento da educação como primeira das prioridades do Estado data de Maio de 1988”

(Alarcão Troni, secretário de Estado adjunto do ministro da Educação, discursando na Câmara Municipal de Alcobaça, segundo DN de 30.6.91)

“Hoje, o poder laranja apregoa a estabilidade. Mas onde estão as escolas decentes e a igualdade de oportunidades? As casas acessíveis para os jovens? A tranquilidade para os reformados e a segurança no primeiro emprego? A agricultura moderna e competitiva?”

(Jorge Sampaio, secretário-geral do PS, em Matosinhos, 28.6.91)

“Aconteça o que acontecer, espero voltar em breve para ouvir um outro vosso desejo que eu possa concretizar”

(Fernando Nogueira em “distribuição de cheques” no distrito de Coimbra, segundo *O Independente* de 28.6.91)

“O ministro (Fernando Nogueira) perdeu-se de todo e sacou da pasta dos cheques do erário público que foi distribuindo de aldeia em aldeia, chamando-lhes “milagres”. Um ministro que anda a distribuir cheques da conta do Estado pelas aldeias da sua circunscrição política, a três meses das eleições, é qualquer coisa nunca visto”

(Miguel Sousa Tavares, in *Semanário* de 29.6.91)

“Nunca uma ponte precisou tanto de ser benzida como esta!”

(Bispo do Porto, na inauguração da Ponte de S. João, *Expresso*, 29.6.91)

“Já era altura do Macário montar na burra e ir até Espanha ver como se trabalha! Melhor, como se deixa trabalhar...”

(Concessionário da Costa da Caparica ao *Expresso* de 29.6.91)

Bemvindos à festa da alegria

1991

5, 6 e 7 Julho
Braga

Espectáculos • Debates • Video Gigante

Artesanato e Gastronomia

SEXTA 5

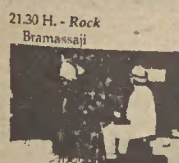


19.00 H. - Abertura

Zés Pereiras de Barcelinhos
Foguetes

NOITE

PALCO 1

21.30 H. - Rock
Bramassaji

PALCO 2

22.00 H. - Música
Tradicional Portuguesa
Os Trigaís

AUDITÓRIO

21.30 H. - Jazz
Quinteto Maria Anadon22.30 H. - Projectões e filmes em
Video Gigante

SÁBADO 6

10.00 H. - Abertura

TARDE

PALCO 2

15.30 H. - Folclore
Rancho S. Torcato
Rancho de Cantelães

AUDITÓRIO

15.00 H. - Debate
17.00 H. - Diálogo
"Cultura e Arquitectura"
Com o escritor
José Saramago
e o Arq. Siza Vieira

NOITE

PALCO 1

21.00 H. - A Música da
América Latina
Julian del Valle e Banda22.30 H. - Música
Tradicional Portuguesa
Val de Roda23.30 H. - Rock
Delfins

24.00 H. - SESSÃO DE FOGO DE ARTIFICIO

AUDITÓRIO

21.00 H. - Rock
Som CrenteProjectões e Filmes em
Video Gigante

DOMINGO 7

10.00 H. - Abertura Entrada Livre *

Exibição de Jogos Populares

TARDE

Desfile da Fanfara de S. Vitor

PALCO 1

16.00 H. - Música
Tradicional Portuguesa
Cantares da Terra17.00 H. - COMÍCIO
com
CARLOS CARVALHAS
Sec. Geral Adj. do PCP18.30 H.
Raízes

AUDITÓRIO

15.00 H. - Debate
A Situação da Mulher18.30 H.
Projectão de Filmes em
Video Gigante

NOITE

21.30 H. - A Música da
África
Issabari

* A entrada a partir da 19.00 H. é paga

PETISCOS DE TODO O PAÍS (Continente)

- Rojões • Bacalhau frito à Minhota • Vinho Verde
- Queijo • Enchidos e Presunto da Serra da Estrela
- Vinhos do Dão, Pinhel e Méda
- Vinho do Porto
- Leitão e Espumantes da Bairrada
- Ovos moles de Aveiro
- Vinho de Alpiça
- Queijos e Vinhos Alentejanos
- Massapães • D. Rodrigues • Aguardente de Medronho do Algarve
- E outros!

VENDA DE ARTESANATO DA URSS

- EXPOSIÇÕES
- FEIRA DAS VELHARIAS
- FEIRA DO LIVRO E DO DISCO
- FILMES DE ANIMAÇÃO INFANTIL
- ADEGA DO FADO
- 3 DIAS DE MÚSICA DE PORTUGAL DA ÁFRICA DA AMÉRICA LATINA ROCK JAZZ

Compre já a sua I.F.
Entrada para os 3 dias — 1000\$00

Carlos Carvalhas sábado no distrito de Setúbal

Águas de Moura

contacto com a população num café
local, às 11h

Casebres

almoço-convívio no Centro de Trabalho
do PCP

A partir das 16h

o camarada Carlos Carvalhas estará
presente nasJornadas Autárquicas da CDU do
Seixal,

intervindo no encerramento

Festa do Povo em Vale de Cavalos

Realiza-se nos próximos dias 5, 6 e 7 a
Festa do Povo, em Vale de Cavalos.

Jogos populares, folclore, fados, baile e muitas outras iniciativas, devidamente acompanhadas de serviço de bar, vinhos e petiscos não vão faltar, prometem as Comissões de Freguesia do PCP e JCP locais. Presente estará também o camarada **Agostinho Lopes**, no comício a efectuar no final da tarde de domingo.

Bancas CDU nas Feiras de Sintra



para venda e distribuição de materiais

Sábado em Montelavar

Domingo em S. João das Lampas

Debates com Reformados

O Secretariado da Coordenadora dos Reformados da Cidade de Lisboa do PCP está a promover uma série de debates com a candidata da CDU às próximas eleições legislativas, Feliciano Montoito, membro da Comissão Permanente do MURPI, com vista a uma intervenção mais esclarecida dos reformados, pensionistas e idosos na ida às urnas em 6 de Outubro. É o seguinte o programa dos próximos dias:

Hoje, dia 4, no **Jardim do P. Real**; dia 5, no **Jardim da Parada** e dia 6 no **Largo Ferrador/Olivais**, sempre entre as 15 e as 16h (com apresentação de vídeos); no dia 8, no salão da **UPPSS** (Alameda); dia 9, no salão da **Voz do Operário**; dia 10, no salão da **Junta de Freguesia de Alcântara**; dia 11, no salão da Junta de Freguesia de **Stª Engrácia**, também entre as 15 e as 16h (com apresentação de filmes em ecrã gigante).

Quinta, 4

• FARO

Decorrem hoje, amanhã e sábado no distrito de Faro as 2ªs Jornadas Legislativas Regionais do PCP, que têm como objectivo aprofundar o conhecimento da vida regional e tornar mais eficaz o trabalho parlamentar do PCP em defesa da região. Participam os deputados comunistas Carlos Brito, Jerónimo de Sousa, Rogério Brito, Manuel Filipe e Ilda Figueiredo.

• CARNAXIDE

Mini-comícios, às 12.30, junto à FNAC e à FPRA-PEX com a participação de Arménio Carlos, candidato às próximas eleições legislativas pela CDU.

Sexta, 5

• ODIVELAS

Jantar-convívio com a participação do camara-

da Carlos Carvalhas e do camarada Demétrio Alves - no Centro de Dia dos Reformados de Odivelas (Bairro Lima Pimentel)

• TERCENA

Sessão-debate com a participação do camarada João Amaral, às 21.30, no Clube Recreativo de Tercena.

• CARNAXIDE

Plenário da organização local, com a participação do camarada Joaquim Judas - no CT, às 21.30.

• BEJA

Movimento Associativo - mais um debate da série organizada pela CDU sobre questões nacionais e regionais. Com a participação de Orlando Chão, Jorge Revez, Velga Trigo e Carlos Rabaçal, na Sala de Sessões da CM, a partir das 21.00.

• SANTARÉM

Apresentação pública dos candi-

datos CDU às próximas eleições legislativas. Às 19.00, nas Portas do Sol.

• PORTO

A Justiça em Portugal, Hoje - de-bate integrado no ciclo «Diálogos com o PCP» que a DORP tem estado a organizar. No Hotel Tuela, às 21.30, com a participação do camarada Luís Sá.

• VALE DE CAVALOS

Festa do Povo, iniciativa das Comissões de Freguesia do PCP e da JCP: de hoje a domingo, com um comício no domingo, às 19.00, em que participa o camarada Agostinho Lopes (destaque nesta página).

• AMADORA

Encontro Concelhio da CDU: no auditório da Câmara Municipal, a partir das 21.00, com a participação do camarada José Casanova.

• TALAÍDE

Plenário de militantes - na garagem do camarada Barroso, com início às 21.30.

Sábado, 6

• VILA DO CONDE

A situação política actual e as eleições - debate com a participação do camarada Luís Sá, a partir das 21.30, no Convento do Carmo.

• BEJA

Debate sobre «A situação social e laboral» com a participação de António Murteira, Sérgio Ribeiro e Ivo Góis: na Câmara de Beja, a partir das 10.00.

• ALJUSTREL

«Desenvolvimento e Indústrias Extractivas» - debate organizado pela CDU/Beja com a participação de António Murteira, Sérgio Ribeiro, Orlando

Chão, José Godinho e António Venâncio. A partir das 21.00 na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Aljustrel.

• MALVEIRA DA SERRA

Convívio de militantes, no quintal do camarada Chico Ferrer - às 15.30.

• ESPINHO

Encontro Concelhio da CDU: no Salão da Piscina, a partir das 15.00, com a participação dos camaradas Luís Sá e José Amaro.

• S. DOMINGOS DE RANA

Encontro com os moradores do Bairro Sete Castelos para discussão dos problemas da população - às 16.00, frente à Churrasqueira, com a participação de Carlos Sota e de eleitos da CDU na freguesia.

• ALCOCHETE

4ª Assembleia

da Organização Concelhio de Alcochete - a partir das 14.30, no salão da Junta de Freguesia, com a participação do camarada Octávio Teixeira, que fará cerca das 18.30 uma intervenção de encerramento.

• SEIXAL

Jornadas autárquicas CDU do concelho do Seixal: no Clube Recreativo da Cruz de Pau (antigas instalações, à R. Infante D. Augusto), com início às 10.00. O camarada Carlos Carvalhas participará no encerramento dos trabalhos com uma intervenção.

Domingo, 7

• SANTIAGO DO CACÉM

Festa da Unidade em Alvalade, durante todo o dia. Participa o camarada Octávio Teixeira, que intervirá na sessão que se realiza cerca das 18.00.

Televisão

Quinta, 4

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Deixem-nos Viver
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 Eternos Novatos
21.55 Twin Peaks
22.50 Crônicas do Sobrenatural
23.20 24 Horas
23.55 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis Show
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha!
15.50 Aventura
16.20 O Homem da Carabina
16.45 Recreio do 2
17.15 A Vida é Dura
17.50 Eterno Feminino
18.40 Direito de Amar
19.10 Via Rápida
19.20 Circo
19.55 A Família Forsythe
21.00 Jornal das Nove
21.30 Dramazine
21.55 Sinais do Tempo
22.55 Flor Silvestre
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Especial Desporto - Ténis

Sexta, 5

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 À Descoberta do Mundo
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Stead
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 Norma Rae
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Cheers, Aquele Bar
00.05 24 Horas
00.40 Remate
01.05 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha!
15.45 O Século dos Cirurgiões
16.10 As Aventuras de Black Beauty
16.35 Recreio do 2
17.15 Stan Laurel
17.50 Clip-Club
18.40 Direito de Amar
19.10 Via Rápida
19.20 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
21.00 Jornal das Nove
21.30 Desejo
22.20 Rotações
23.20 Derrick
00.10 Roseanne
00.40 Especial Desporto - Ténis

Sábado, 6

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem

13.00 Notícias
13.15 Operação Mozart
13.40 Febre em Beverly Hills
14.35 Prince's Trust Rock Concert 1990
15.50 Entre Amigas
(ver «Filmes na TV»)
17.30 T & T
17.55 Memórias da Humanidade
18.50 Ilha do Sol
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.35 Corações Periféricos
22.45 Casa Cheia
23.25 Hercule Poirot
00.30 Cidade Viscosa
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
11.00 O Mundo em Extinção
11.55 Forum Musical
13.15 Agarra o 2
13.45 Hollywood, Hollywood
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Outras Músicas
21.00 Estádio
23.20 Traição
00.10 Paul McCartney

Domingo, 7

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo de Audubon
14.40 Mapa Cor de Rock
15.35 Desenhos Animados
15.50 Pretos e Brancos a Cor
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Mãe à Força
17.45 Mistura Fina
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
21.00 Kananga do Japão
22.35 História da Cerveja
22.45 Domingo Desportivo

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Fora de Horas
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.00 Competir
12.40 Troféu
18.10 Vida Nova
19.00 Ford - O Homem e a Máquina
19.50 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós Dois
22.00 Artes e Letras - «Nureyev»
22.45 El Dorado
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Tauromaquia

Segunda, 8

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.20 O Preço Certo
22.50 Praia da China
23.50 24 Horas
00.25 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
12.40 Bate, Bate, Coração
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Expedição
16.40 Recreio do 2

17.10 O Livro dos Recordes
18.00 Clip Club
18.40 Direito de Amar
19.10 Via Rápida
19.20 Circo
19.55 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Acerto de Contas
22.00 Bailado

Terça, 9

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Guerra e Paz
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.30 A Lei das Ruas
22.30 1ª Página
23.30 A Mansão dos Marblehead
24.00 24 Horas
00.35 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 Curso de Alemão
12.40 Variedades no Apollo
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Os Visitantes da Talga
16.30 Frederico e Frederica
16.40 Recreio do 2
17.10 Tribunal de Juri
17.50 Clip Club
18.40 Direito de Amar
19.10 Via Rápida
19.20 Circo
19.55 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemazine
22.00 Do Outro Lado do Espelho - Atlântida
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Arsenal Hall
00.05 Universidade Aberta

Quarta, 10

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Medicamentos
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.00 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.30 Vamos Jogar no Totobola
21.45 S6, Entre Amigas
(Ver «Filmes na TV»)
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Madeira - Cá Entre Nós
16.45 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
17.50 Clip-Club
18.40 Direito de Amar
19.10 Via Rápida
19.20 Circo
19.55 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Corrida de Touros em Tomar
23.00 Pop-Off
23.30 Atletismo
00.05 Universidade Aberta

Filmes na TV



Flor Silvestre

«Flor Silvestre» (México/1943). Realização de Emilio Fernandez, fotografia de Gabriel Figueroa, interpretação de Dolores Del Rio, Pedro Armendariz. P/B, 78 minutos.

Emilio Fernandez passou a ser na Europa do pós-guerra uma referência obrigatória da cultura mexicana contemporânea quando o seu filme «Maria Candelária» foi apresentado e premiado em Cannes em 1946. Mas este era já o seu terceiro filme; o anterior, «Flor Silvestre», que o Canal 2 apresenta a dar início a um ciclo dedicado ao realizador, decorre sob o mesmo pano de fundo de um México em convulsão, atravessado por profundas desigualdades sociais e a luta revolucionária contra os terratenientes, onde Emilio Fernandez situa

uma trágica história de amor entre uma mulher pobre e o filho de um grande proprietário.

Para a crítica da época eram evidentes as pontes da obra de Emilio Fernandez com o neo-realismo europeu, transfigurado por um clima de melodrama «hispano-americano» e também por um certo lirismo poético para que decisivamente contribui a fotografia de Gabriel Figueroa.

Dolores del Rio e Pedro Armendariz, actores deste e de outros filmes de Fernandez, alcançariam anos depois lugar em Hollywood, onde ela foi uma estrela e ele «o mexicano» de numerosos filmes.

Quinta, 22.55, Canal 2

Norma Rae

«Norma Rae» (EUA/1979). Realização de Martin Ritt, interpretação de Sally Field, Beau Bridges, Ron Leibman, Pat Hingle. Cor, 120 minutos.

Inspirado num caso real, «Norma Rae» conta a história de uma operária têxtil que passa progressivamente do conformismo perante as situações de exploração, injustiça e desumanidade a que ela e os seus camaradas (como já antes os seus pais, trabalhadores da mesma fábrica) são sujeitos, para a consciência da necessidade da luta organizada dos trabalhadores, tor-



filme, EUA/1983). Realização de Lou Antonio, interpretação de Elizabeth Taylor, Carol Burnett, Barbara Bush. Cor, 100 minutos.

Um telefilme para lembrar e fazer brilhar Taylor e Burnett, aqui na pele de duas mulheres de meia idade vivendo novas experiências amorosas...

Sábado, 15.50, Canal 1

Cidade Viscosa

«Fat City» (EUA/1972). Realização de John Huston, interpretação de Stacy Keach, Jeff Bridges, Susan Tyrrell. Cor, 89 minutos.

A história amarga e desencantada de dois homens (um ex-pugilista alcoolizado e o jovem em quem julgou poder continuar-se) à deriva, ligados pelo boxe e pela comum tendência para o derrotismo e o falhanço, admiravelmente contada por Huston, que sabe como ninguém encher de emoções os mundos aparentemente mais pobres e vazios. Dois grandes actores: Stacy Keach no velho pugilista e Jeff Bridges, já a destacar-se entre os actores da sua geração.

Sábado, 00.30, Canal 1

Pretos e Brancos a Cores

«La Victoire en Chantant» (França-Suíça-Costa do Marfim/1976). Realização de Jean-Jacques Annaud, interpretação de Jean Carmet, Jacques Dufrillo, Catherine Rouvel. Cor, 96 minutos.

Primeira longa-metragem de Jean-Jacques Annaud, antigo professor de cinema nos Camarões e realizador de publicidade, que conquistou com este trabalho um Oscar para o Melhor Filme de Língua Estrangeira da Academia de

nando-se a grande activista da criação de um sindicato.

Martin Ritt, profissional experiente e competente, é frequentemente criticado por uma certa linearidade na condução desta intriga. Demasiado óbvio, comenta-se; como porém a necessidade da organização em sindicatos e da luta unida dos trabalhadores ainda não é óbvia para todos, «Norma Rae» e a sua exibição na televisão são, também por isso, obviamente de saudar...

Sally Field compõe uma personagem cheia de força, que aliás lhe valeu um Oscar da Academia.

Sexta, 21.25, Canal 1

Hollywood, Hollywood

«That's Entertainment Part II» (EUA/1976). Realização de Gene Kelly. Cor, 128 minutos.

Na sequência de «That's Entertainment», exibido neste canal e neste horário na passada semana, a MGM volta a antologiar a sua produção de filmes musicais, desta vez sob a direcção de Gene Kelly, que lhe acrescentou algumas novas sequências especialmente filmadas.

O grande mérito reside mais uma vez em alguns dos fragmentos incluídos, dos mais conseguidos de toda a história do musical.

Sábado, 13.45, Canal 2

Entre Amigas

«Between Friends» (tele-

Tempo

Céu pouco nublado, excepto sábado nas regiões do Norte onde se apresentará muito nublado num dia em que se espera chuva fraca no litoral. Vento fraco a moderado, neblinas ou nevoeiros matinais e pequena subida de temperatura.



CINEMA

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Um Chá Deserto	—	★★★	★★★	★★★
B Danças com Lobos	—	★★★	★★★	★★★
C Eduardo Mãos de Tesoura	—	★★★	★★★	—
D Na Lista Negra	—	★★★	—	—
E Nouvelle Vague	—	★★★★	—	★★★
F Texasville	—	★★★★	—	★★★★
G Sentimento	—	★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Leonardo Bertolucci — Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 22.00), Xenon (14.15, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
B — Real. Kevin Costner — Amoreiras/9 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30) — Lisboa.
C — Real. Tim Burton — Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.
D — Real. Irwin Winkler — Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), King Triplex/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00), Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
E — Real. Jean-Luc Godard — King Triplex/1 — (14.15, 16.15, 18.15, 20.15, 22.15), — Lisboa.
F — Real. Peter Bogdanovich — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
G — Real. Luchino Visconti — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 20.00, 22.00) — Lisboa.

Hollywood. É uma comédia, satirizando a guerra e o colonialismo, passada durante a I Guerra na África colonial francesa.

Domingo, 15.50, Canal 1

El Dorado

«El Dorado» (EUA/1966). Realização de Howard Hawks, interpretação de John Wayne, Robert Mitchum, James Caan, Charlene Holt, Michele Carey. Cor, 122 minutos.

Com 70 anos de idade e 50 de carreira no cinema, Hawks deve justamente ter pensado que já não tinha prova a fazer de coisíssima nenhuma... Vai daí, põe em prática, e, o que para muitos outros nunca passou de sonho: um remake de si próprio! Pega em «Rio Bravo», dá-lhe umas voltas... e faz deste «El Dorado» um outro western para a sua galeria de obras notáveis. De novo com John Wayne, e ainda Robert Mitchum e James Caan, este em começo de carreira.

Domingo, 22.45, Canal 2

Do Outro Lado do Espelho - «Atlântida»

Realização, argumento, fotografia e montagem de Daniel Del-Negro, interpretação de Luís Lucas, Teresa Madruga, Rui de Carvalho, entre outros. Portugal/1984, 102 minutos.

Inédito comercialmente em Portugal, sobre este filme escreve Jorge Leitão Ramos no «Dicionário do Cinema Português»: «Do Outro Lado do Espelho é quase uma deambulação livre pelos terrenos do imaginário, uma espécie de cinema automático, onde a criação de situações e de sensações toma a dianteira sobre o processo narrativo. Em vez de uma história, uma vereda sinuosa e nocturna, um sentido estilhaçado, um corredor da inquietação, onde se aflora um cinema de raiz fantástica (...).»

É a primeira longa-metragem de Daniel Del-Rio, que antes se revelara como director de fotografia.

Terça, 22.00, Canal 2

Malucos no Divã «Couch Trip».

Na ausência de qualquer outra indicação da RTP sobre este filme além dos seus títulos em português e em inglês, presume-se que se trate de uma comédia realizada em 1988 por Michael Ritchie com Dan Aykroyd e Walter Matthau.

Quarta, 21.45, Canal 1

TEATRO

ACADEMIA MUSICAL JOAQUIM XAVIER

Alam. Linhas de Torres, 45. 6ª e sáb. às 21.45. A VOZ HUMANA, de Jean Cocteau, interpretação de Arminda Lemos, produção do grupo de teatro A Barca.

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. CONFISSÃO AO LUAR, de Eugene O'Neill. Encenação de João Canijo, interpretação de José Eduardo, Rita Blanco e Adriano Luz.

CLUBE ESTEFÂNIA

Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16. CORAÇÃO NA BOCA, de Sam Shepard. Encenação de Carlos Fogaça e José Mora Ramos, interpretação de Virgílio Castelo, Natália Luísa, Xana, Ricardo Campos.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cucha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30). SONHOS, texto e encenação de Figueira Cid (5ª, 6ª e sáb. às 15 e 21.30; dom. às 16).

TEATRO ABERTO

Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. O SUICIDÁRIO, de Nicolai Erdman. Encenação de João Lourenço, interpretação de Canto e Castro, Irene Cruz, Fernanda Montemor, entre outros (até 7/7).

TEATRO DA GRAÇA

Trav. S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. PAIS E FILHOS, de Turguenev. Encenação de Rogério de Carvalho, interpretação de Mário Jacques, Isabel de Castro, André Maia, Maria José Pascoal, entre outros.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3475454. De 3ª a dom. 20.30 e às 23. A GRANDE FESTA, encenação de Francisco Nicholson.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 372629. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria, interpretação do elenco do Teatro Nacional e dos actores convidados José Jorge Duarte, Rita Ribeiro e Simone de Oliveira.



«Sentimento», de Visconti

TEATRO S. LUIZ

R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sala Estúdio. A BIRRA DO MORTO, de Vicente Sanchez, encenação e interpretação de Mário Viegas (sáb. e dom. às 21.45); MÁRIO GIN TÓNICO VOLTA A ATACAR, adaptação de contos de Mário Henrique Leiria por Mário Viegas (2ª, 3ª e 4ª às 21.30); O CANTINHO DA MARIA, interpretação de Maria Vieira (sáb. às 16).

TEATRO DO SÉCULO

Rua do Século. Tel. 3423009. De 4ª a dom. às 21.30. VESTIR OS NUS, de Luigi Pirandello. Encenação de Amadeu Neves, interpretação de ex-alunos da Esc. Sup. de Teatro e Cinema.

TEATRO VILLARET

Av. Fozes Pereira de Melo. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 20.30, dom. também às 16. Bilhetes: de 800\$00 a 1800\$00. OS BANCÁRIOS TAMBÉM TÊM ALMA, encenação de Armando Cortez, interpretação de Raul Solnado, Io Apolloni, Manuela Maria.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. O PECADO DE JOÃO AGONIA, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

SALA DO POVO PORTUENSE

Porto. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. MARATHONA, de Ricardo Monti, encenação de Júlio Cardoso, pelo Seiva Trupe.

TEARTO

Rua do Heroísmo, Porto. 3ª e 5ª às 9.30 e 11, sáb. às 21.30. O ANIVERSÁRIO DA INFANTA, de Oscar Wilde, encenação de João Luís, pelo grupo Pé de Vento (até 14/7)

TEATRO DE BOLSO DE SETÚBAL

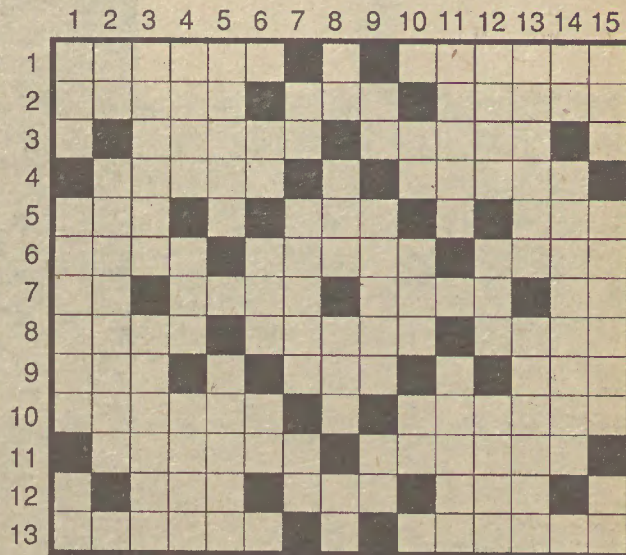
Setúbal. 3ª, 4ª e dom. às 19, 5ª e sáb. às 19 e 22. SERÁ QUE FUISUFICIENTEMENTE MARXISTA, de Patrick Besson, encenação de Carlos César.

Para crianças

PAPA-LÉGUAS

R. Prof. Santos Lucas, 26-A. Tel. 7141823. Sáb. às 16, dom. às 11. SOPA E COISAS SELVAGENS, adaptação de um livro de Maurice Sendak por Mário Jorge, pelo Teatro Papa-Léguas.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais 1- Agradecidos; orador romano; 2- calor; prep.; moeda americana; 3- nome masc.; aguce; 4- vive de pedir dinheiro; moca; 5- pron. pess.; divisão de tempo; sopé; 6- teta (pop.); casa nobre; servir-se; 7- pref. neg.; escol; observam; lado do navio voltado para o vento; 8- defeito; conhecem; gostam; 9- nome de homem; graga; tumor mole dos animais; 10- nono mês do ano maometano; cerimónias da semana santa; 11- privado de um braço; julgues; 12- conj.: pron. poss.; observar; 13- sacudir; grupo de bovinos.

Verticais 1- Petróleo; expedir; simb. do Sódio; 2- consoantes iguais; gritavam; 3- idolatram; natural de Roma; 4- cabeça (pop.) canseira; arq; 5- discursava; inchaço; 6- ande; socorro; basta (inv.); 7- coisa sem valor (fig.); resides; carta de jogar; 8- nota musical; bilis; casa de vinhos; pron. pess.; 9- batráquio; peixe teleosteo; simb. do Cobre; 10- 1100 romanos; órgão duplo do corpo humano; pron.; pess.; 11- divindade falsa; joieira; 12- grude; artigo; paraíso terrestre; 13- fazes subir; deslocara; 14- deus egípcio; demovias; 15- discurso; olores; saudável.

Solução do número anterior

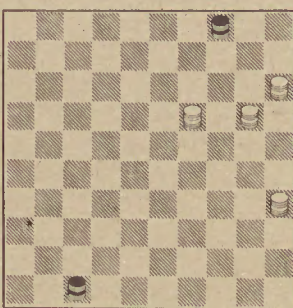
Horizontais 1- Rogamos; saloias; 2- iraras; citara; 3- casal; lie; mamam; 4- aí; sebastião; lá; 5- saveiro; 6- cor; lesma; aia; 7- baratas; odorara; 8- ar; sós; avô; Al; 9- Rás; cóis; agi; 10- véu; focas; fio; 11- mar; baladas; anã; 12- in; ao; ovo; im; em; 13- lascas; emasso.

Verticais 1- Ricas; bar; mil; 2- orai; caravana; 3- gás; dor; ser; 4- aras; rãs; Ac.; 5- males; toa; boa; 6- os; balas; fá; 7- laves; colo; 8- vises; tocava; 9- étimo; sado; 10- a.C.; irada; sá; 11- limão; ovo; sim; 12- Otão; aro; má; 13- iam; ria; aia; 14- Aral; aragonês; 15- samas; ali; amo.

DAMAS

CCCXI - 4 de Julho 1991
Proposição nº 311
Por: Louis Coutelan
- 1945

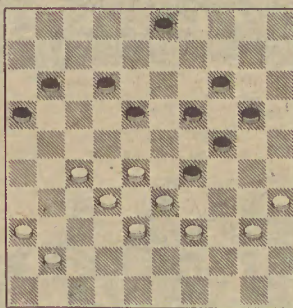
Pr.: [2]: (4)-(47)
Br.: [4]: (15)-(19)-(20)-(35)



Branças jogam e ganham (6T)

Golpe nº 311
Por: A.K.W.Damme
- Março de 1930 [em jogo]

Pr.: [10]: 3-11-12-14-16-18-19-20-24-29
Br.: [10]: 27-28-32-33-35-36-38-39-40-41



Branças jogam e ganham

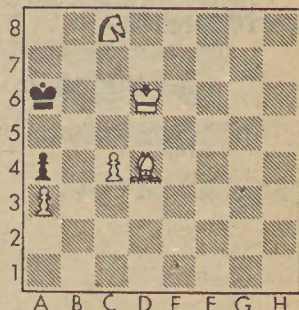
Soluções do nº CCCXI
Nº 311 (L.C.): 1. 19-24, (47-36); 2. 20-14, (36-47); 3. 14-10 (47x20); 4. 15x47, (4x15); 5. 35-24, (15x42); 6. 47x38+ Se: 1.... (4-36); 2. 15-4, (47-41); 3. 4-9 e 20-9+
Golpe Nº 311 (A.K.W.D.): 1. 27-22, (18-27); 2. 32x21, (16x27); 3. 28-22, (27x18); 4. 35-30, (24x44); 5. 33x22, (44x42); 6. 22-17, (ad. lib.); 7. 41-37, (42x31); 8. 36x7+

A. de M.M.

XADREZ

CCCXI - 4 de Julho de 1991
Proposição nº 311/A
Por: Theodore Herlin
Palamède, 1845

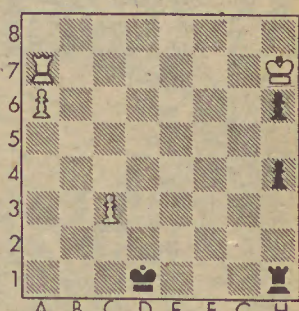
Pr.: [2]: Pa4-Ra6
Br.: [5]: Ps.a3, ç4-Cç8-Bd4-Rd6



Mate em 4 lances

Proposição nº 311/B
Por: Henri Rink
Budapest Schch Klub, 1911

Pr.: [4]: Ps.h4, h6-Th1-Rd1
Br.: [4]: Ps.a6, ç3-Ta7-Rh7



Branças jogam e ganham

Soluções do nº CCCXI
Nº 311/A (T.H.): 1. Rç7, Ra5; 2. Bf6, Ra6; 3. Bd8, Ra5; 4. Rb7++
Nº 311/B (H.R.): 1. Tg7, Rç2; 2. Tg2+ Rb3!; 3. Ta2, R:a2; 4. a7 e g.
Se: 1.... Tè1; 2. Tg1... e g.

A. de M.M.



Baixo relevo do século V antes de Cristo

«Que esta bela jornada que os nossos futebolistas juniores proporcionaram constitua um motivo mais de reflexão que tenda para a construção de um desporto preferentemente de portugueses para portugueses»

Carlos Pinhão

Segundo parece começou há 2400 anos...



Aristocratas enchendo uma bola. A gravura é dos princípios do século XVII



Escolas públicas inglesas no século XIX: o nascimento do futebol que evoluiria para o seu figurino actual



LVDVS QVEM ITALI APPELLANT IL CALCIO

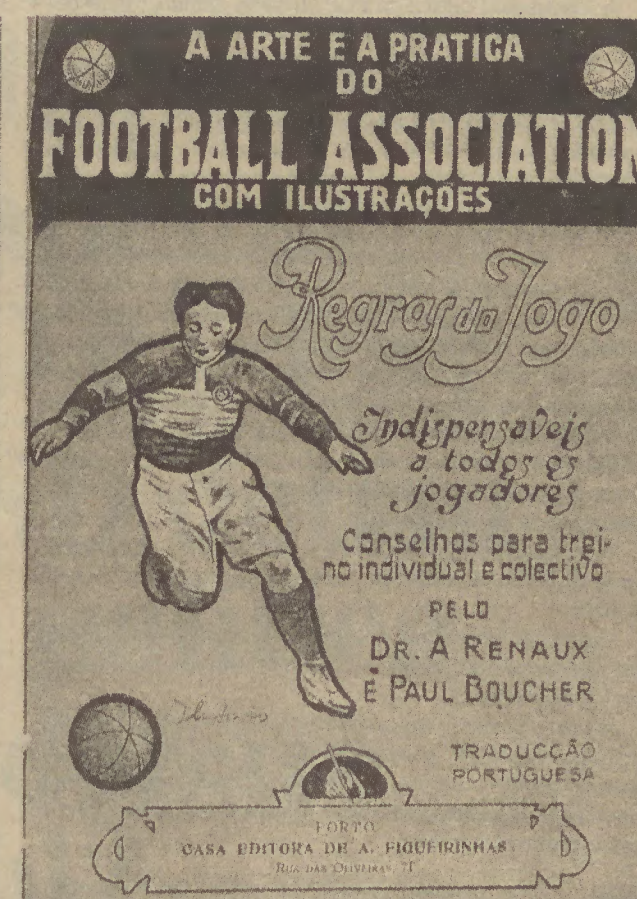
Um antepassado: o *cálcio*, jogado em numerosas cidades italianas da Renascença



Estádio da Luz, domingo 30 de Junho de 1991

«O porquê desta brilhante carreira está num trabalho feito com condições mínimas, como as que foram dadas à formação orientada por Carlos Queirós, e que deu logo os seus frutos. Por aqui se vê onde poderia chegar o desporto nacional em geral se lhe fossem dadas condições de funcionamento».

Melo de Carvalho



Um dos primeiros manuais portugueses editado em 1924



O cartaz do primeiro campeonato do mundo de futebol, organizado pelo Uruguai em 1930

a talhe de FOICE

Os Fundos

Valente de Oliveira, ministro do Planeamento e Administração do Território, moderou um seminário que decorreu anteontem no pavilhão de congressos da AIP sob o lema «Fundos Estruturais - Que Futuro?» e, desempenhando a função à letra, ele próprio se apresentou como a moderação em pessoa: o ministro não quer aumento nos fundos comunitários!

Em abundante entrevista concedida ao «Público», o governante explicava o porquê desta insólita atitude por parte de um Governo que aprecia tanto os aumentos, que a primeira coisa que fez, mal tomou posse, foi aumentar-se a si próprio.

E disse ele: «Segundo as regras actuais, os apoios concedidos no âmbito dos fundos estruturais reclamam uma contrapartida nacional grande, que é difícil acompanhar». Por isso «tendemos a favorecer a manutenção destes fundos».

Portanto temos finalmente o ministro a admitir o que o PCP há tanto denuncia - que este pretensão maná dos fundos da CEE é uma espécie de armadilha económica, onde a «dáviva» vai ser cobrada com língua de palmo - uma dedução, aliás, ao alcance da mais elementar mercearia, que só abre as portas no evidente pressuposto de que ninguém dá nada sem receber algo em troca. E aí estão as «contrapartidas» reclamadas pela CEE, que já assustam o Executivo.

Curiosa é, entretanto, a alternativa engendrada por Valente de Oliveira, após o óbvio expediente de não querer mais fundos para não agravar as dívidas.

«O que nós precisamos - apontou ele - é de uma componente alternativa para investimentos em que os índices de participação comunitária sejam maiores do que actualmente».

Ou seja, na descodificação do duto discurso do governante: o que a gente precisa é que a CEE invista por aqui em força; assim não se perde tempo e os nossos ricos parceiros, em vez de nos afogarem em dívidas com empréstimos que não reproduzimos, sorvem-nos o tutano com «investimentos» que, segundo o nosso governante, «precisamos».

Mas apesar de falar «em casa», para os industriais da AIP que tão gulosamente têm utilizado os fundos comunitários, o ministro não se livrou de críticas.

Alguns já sentem «a necessidade de reforçar o acompanhamento e avaliação dos projectos apoiados pela Comunidade» - tal tem sido a reboaldaria - enquanto outros acham que os apoios à formação profissional «devem deixar de continuar a ser aplicados em função de uma estrutura produtiva do passado» - o que, no mínimo, coloca a questão de se saber por que é que tantos milhões, ao longo de todos estes anos, não geraram nada parecido, ao menos, com uma «estrutura de presente», para não sermos megalómanos como o Governo, que todos os dias «constrói o futuro».

Mas o ministro também se desculpou, invocando que «houve coisas que correram manifestamente mal para nós, porque os regulamentos comunitários vieram atrasados. Tivemos alguns programas aprovados só no meio do ano passado. Fomos penalizados pelos atrasos na sua assinatura, relativamente à disponibilidade dos dinheiros».

Que houve coisas que correram manifestamente mal para nós, disso ninguém tem dúvidas e a única surpresa será ouvir o Governo admiti-lo. Só não se compreende é porque o Executivo de Cavaco Silva consentiu que fossemos «penalizados» por causa de atrasos de que não fomos responsáveis. A não ser que a tal «não responsabilidade» seja semelhante à que levou a CEE a cancelar larguíssimos milhões de contos de apoios que o Governo de Cavaco Silva se esqueceu de pedir ou para os quais não apresentou projectos...

Posto isto é notável assistir à formidável concessão do Primeiro-Ministro produzida no mesmo dia e durante uma reunião com os partidos da oposição, comprometendo-se, a partir daí, a fornecer informações acerca das questões comunitárias através de reuniões regulares, que serão protagonizadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro.

Evidenciando, para já, duas coisas.

Que, para o Primeiro-Ministro e após todos estes anos de secretismo, informar o País do que o Governo anda, em seu nome, a negociar com o estrangeiro, é uma concessão que ele se digna fazer - provavelmente por ser muito democrático.

Que, ao fazê-lo, não arranhou melhor porta-voz que um ministro caracterizado por falar inglês, não dispensar a sauna e ter secretários de Estado como alter ego ministerial.

■ HC

ÚLTIMAS

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

Democratizar as eleições

1. A Comissão Política do PCP pronuncia-se no sentido de que a garantia da democraticidade das eleições se torna no momento uma das exigências centrais das forças democráticas.

A actuação do Governo continua a suscitar as mais sérias preocupações.

O encerramento precipitado da Assembleia da República, no pleno exercício das suas competências, teve como objectivo silenciar uma instância fundamental da fiscalização do Governo e de intervenção crítica das forças da oposição.

Vários acontecimentos ocorridos nos últimos dias confirmaram de uma maneira irrefutável a utilização abusiva por parte do Governo dos aparelhos, meios e dinheiros do Estado em benefício da campanha eleitoral do PSD. Os episódios recambolísticos em torno da inauguração da ponte de S. João no Porto e das revelações dos dinheiros gastos para fazer coincidir a inauguração da auto-estrada de Cascais com o ponto alto da campanha eleitoral, alertaram de modo especial a opinião pública para o extremo eleitoralismo em que o Governo Cavaco Silva está mergulhado. No caso das cerimónias do Porto, o Primeiro-Ministro viu-se forçado a cancelar a participação que se reservava como vedeta principal da festa. Mas tudo indica, como decorre das declarações mal-humoradas de Cavaco Silva, que a operação inauguracionista vai continuar, tentando transformar em dádivas do Governo obras imputáveis ao funcionamento normal da Administração Pública (e que seriam em maior número caso tivessem sido aceites as propostas apresentadas pelo PCP por altura da discussão do PIDDAC).

O PCP chama a atenção para o facto de, segundo os cálculos mais baixos, os gastos adicionais relativos à antecipação de obras, cujos prazos de conclusão aliás já estavam atrasados, atingirem 6 milhões de contos, que seriam suficientes para financiar 1200 habitações sociais, área em que o Governo se tem escandalosamente demitido das suas responsabilidades.

Na Televisão e na Rádio públicas, apesar do saudável movimento de opinião pública de apoio à mensagem do Presidente da República, persiste uma inadmissível manipulação que é imperioso continuar a combater.

A governamentalização e o persistente abuso do poder que caracterizam a actuação do Governo de Cavaco Silva assumem uma especial gravidade no presente período eleitoral.

A Comissão Política do PCP alerta as demais forças democráticas para a urgente necessidade de prosseguir o combate sistemático, em conjunto ou de forma convergente, à escandalosa actuação eleitoralista do Governo.

O PCP pela sua parte desenvolverá as iniciativas e acções adequadas a contribuir para que a Comissão Permanente da Assembleia da República desempenhe, de acordo com as suas competências, toda a possível fiscalização do Governo.

2. A Comissão Política alerta para o facto de o PSD tentar inculcar a ideia de que está inserido numa dinâmica de vitória e que esta é inteiramente segura. A verdade é que se multiplicam as manifestações de descontentamento de diversas camadas, sectores e grupos sociais que podem e devem convergir na vitória das forças democráticas. Por outro lado, mesmo as sondagens que são mais favoráveis ao PSD apontam para uma queda substancial, da ordem dos dez pontos percentuais e não é possível determinar que ponto poderá atingir uma tal queda.

Não são os dirigentes do PSD que decidem antecipadamente do resultado eleitoral. Será o povo português em 6 de Outubro.

As manobras eleitoralistas do Governo não representam um sinal de confiança, mas sim de medo e nervosismo face aos resultados eleitorais.

As actividades propagandistas do PSD e a instrumentalização do Estado não podem esconder as deformações do regime, os direitos políticos, económicos, sociais e culturais não concretizados, as desigualdades e injustiças que prosseguiram ou mesmo se agravaram.

3. A exposição «Justiça-Caminhos de Mudança», caracterizada por um dispendioso aparato, e as declarações do ministro da Justiça na ocasião representam mais um meio de utilizar a máquina do Estado ao serviço da campanha eleitoral do PSD, de esconder os reais problemas desta importante área, a incapacidade do Governo lhe fazer face e caracteriza-se pela apresentação de propósitos futuros para esconder as incapacidades passadas e presentes. Só por manifestar hipocrisia se pode afirmar, como fez o ministro da Justiça, que o propósito é «dar ao cidadão comum a informação do estado global da Justiça: para que se possa dizer o que está bem e o que está mal». O PSD é responsável pelo encarecimento da Justiça, que só não foi ainda maior devido à intervenção do PCP e de profissionais do foro que encontraram eco na Assembleia da República; manteve-se a grande morosidade que caracteriza os processos judiciais, a falta de apoio de qualidade aos cidadãos sem recursos, a não realização prática do direito à informação e consulta jurídicas, apesar de garantidos pela Constituição; a autonomia do Ministério Público foi ameaçada pela fúria governamentalizadora, o acesso à profissão de advogado e a sua dignificação continuaram a não encontrar resposta, o parque judicial manteve-se, em muitos casos, extremamente degradado, as prisões superlotadas, os serviços



Luís Sá e Luís Corceiro na conferência de Imprensa.

de reinserção social e os serviços tutelares de menores com uma eficácia que deixa muito a desejar.

O confronto entre as promessas inseridas no Manifesto Eleitoral do PSD, apresentado em 1987, e a realidade mostra o abismo que os separa. Afirma-se que «uma justiça lenta deixa de ser justa», se inserem promessas como a «renovação das leis de processo», a «acessibilidade de todas as leis» e muitas outras.

As operações de «marketing» não poderão ocultar a realidade profunda e indelével: o Governo não cumpriu o que o PSD prometeu e tem que ser julgado por esse facto.

4. A Comissão Política analisou os dados conhecidos do último censo da população e concluiu que representam uma confirmação de que da política do PSD não resultou a resolução nem a travagem da migração das populações do interior do país para os centros urbanos do litoral, fundamentalmente à procura do emprego que na região não encontram.

Este facto, para além de representar mais uma razão para um julgamento severo da política do PSD, torna oportuna as propostas do PCP, no sentido de uma revisão intercalar da verba orçamentada para os municípios, capaz de aumentar a sua capacidade de se candidatarem a fundos comunitários bem como as propostas de acções de desenvolvimento equilibrado das regiões e a proposta apresentada no Parlamento Europeu de uma linha especial de financiamento do desenvolvimento das dez regiões mais atrasadas da CEE (das quais três são portuguesas).

5. O PCP manifesta o seu apoio às preocupações expressas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses quanto à imposição pelo Governo de um prazo profundamente irrealista para conclusão dos Planos Directores Municipais, acompanhado pela ameaça de um conjunto de severas sanções para quem o não cumpra.

Um correcto desenvolvimento dos processos de planeamento, quer nas suas fases técnicas quer no necessário e alargado debate público que os deve acompanhar, exige um mínimo de condições, que se revelam incompatíveis com prazos estabelecidos a partir de critérios meramente autoritários e burocráticos.

No sentido de corresponder à justa reclamação do conjunto dos municípios do país, o PCP declara que retomará na Assembleia da República, no início da próxima legislatura, o projecto de lei apresentado em Março passado com vista à prorrogação do prazo dos Planos Municipais de Ordenamento do Território para 31/12/1992.

Não pode, por outro lado, deixar de assinalar que o Governo, ao mesmo tempo que impõe prazos curtos aos municípios e os ameaça com sanções, não prossegue ele próprio acções coerentes de planeamento nas áreas que lhe compete, prejudicando assim o próprio planeamento municipal.

6. A Comissão Política reitera a sua grande preocupação face aos fogos que de novo assolam o país. Portugal não está condenado a ser todos os anos pasto das chamas. Uma coisa é tal ou tal fogo numa ou noutra mata, sempre difícil de evitar completamente, outra são os fogos contínuos e de grande extensão.

Os últimos incêndios (especialmente o da serra de Monchique) puseram em evidência que nada se avançou em matéria de política preventiva e que o país continua a não estar dotado de meios adequados para combater fogos de grandes proporções. Cumpre, a propósito, chamar a atenção para o facto de o Governo de Cavaco Silva e o PSD terem recusado o reforço das dotações orçamentais para o combate aos incêndios proposto pelo PCP, bem como duas iniciativas legislativas de grande alcance que levou à Assembleia da República, o «Programa de emergência para a defesa da floresta portuguesa» e o «Programa de arborização para as áreas percorridas por incêndios florestais».

A atitude do Governo face a este fenómeno tem sido caracterizada pela passividade e ausência de combate aos especuladores. O PCP está em condições de responsabilizar o Governo pelo essencial das graves consequências que as sucessivas vagas de incêndios provocam no país, em particular perda de vidas, degradação de microclimas, degradação da fauna e flora e exige que ainda agora sejam tomadas as medidas necessárias para pôr termo a um tal flagelo.